

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008 CORE/BA

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DA BAHIA



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DA BAHIA**

Relatório de Gestão

Salvador
2008

SUMÁRIO

1.	Informações Gerais de Identificação da Unidade Jurisdicionada.	6
2.	Objetivos e Metas.	9
3.	Informações Sobre o Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos	173
4.	Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	173
5.	Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.	174
6.	Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem.	204
7.	Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, contendo as informações abaixo, além de outras informações que se fizerem necessárias.	204

- 8. Informações sobre Renúncia Tributária. 204**
- 9. Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontra em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social. 204**
- 10. Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos. 205**
- 11. Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito. 205**
- 12. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno 207**
- 13. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU 244**
- 14. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão EM 2008 nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007. 244**

- Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e as Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos 245 Incisos I a IV ° do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº. 56, de 5/12/2007.**
- 15. Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos 245 Incisos I a IV ° do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº. 56, de 5/12/2007.**
 - 16. Informações sobre composição de recursos humanos.**
 - 17. Outras informações consideradas relevantes para a avaliação e da conformidade e do desempenho da Gestão.**
 - 18. Conteúdos específicos pó UJ ou grupo de unidades afins.**

1. Informações Gerais de Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Nome completo da unidade e sigla	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, FUNASA COORDENAÇÃO REGIONAL DA BAHIA, COREBA.
CNPJ	26.989.350/0017-83
Natureza jurídica	Fundação do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério da Saúde
Endereço completo da sede	Rua do Tesouro 21/23 edifício Ministério da Saúde, Bairro da Ajuda, Salvador – BA, CEP: 40.020-050 Telefone: 7132414991/32414992. Fax: 71 32666103
Endereço da página institucional na internet	http://www.funasa.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	A Fundação Nacional de Saúde foi criada com base na disposição do art.14. da Lei nº8.029 de 12 de abril de 1990, com a finalidade de promoção e proteção à saúde, com a atribuição de: I. Prevenir e controlar doenças e outros agravos à saúde; II. Assegurar a saúde dos povos indígenas; III. Fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

<p>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.</p>	<p>A Coordenação Regional da Bahia possui na sua estrutura 04 Divisões: Divisão de Recursos Humanos, que é composta pela Seção de Pagamento, Seção de Cadastro e Setor de Capacitação. Divisão de Administração, que possui 2 (duas) Seções: a Seção de Execução Orçamentária e Financeira, a qual está vinculada o Setor Orçamentário e o Setor Financeiro. Seção de Recursos Logísticos, que é constituída: Setor de Comunicação, Setor de Material, Setor de Transportes e Setor de Patrimônio. A Divisão de Engenharia de Saúde Pública, que possui a Seção de Análise de Projetos e o Setor de Acompanhamento e Avaliação e a Divisão de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde.</p> <p>Compõe também a estrutura da Regional 01 Distrito Sanitário Especial Indígena, ao qual está subordinado: Seção de Administração e a Seção de Operação.</p> <p>O regimento Interno da FUNASA foi aprovado através da Portaria nº. 1.776 de 08 de setembro de 2003 pelo Ministro de Estado da Saúde, com publicação no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2003.</p>
<p>Código da Coordenação Regional da Bahia</p>	<p>255005</p>
<p>Códigos das UJ abrangidas</p>	<p>Não consolida outras unidades.</p>

Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Saúde	
Tipo de atividade	Promover, supervisionar e apoiar as ações relativas a assistência à saúde das populações indígenas, engenharia de saúde pública e educação em saúde. Executar as atividades relativas ao desenvolvimento institucional, organização, qualidade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Unidade Gestora (Ug): FUNASA/C.R. DA BAHIA.	255005
	Ug. Set. Orçamentária: FUNASA /PRESIDÊNCIA	255000
	Ug. Set. Auditoria: CGU/SFC/DSSAU	170973
	Ug. Set. Contábil: SET.CONT.FUNASA	255037
	Ug. Set. Financeira: FUNASA /PRESIDÊNCIA	255000
	Ug. Set. Serviços Gerais:	000000

2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

2.1. Responsabilidades Institucionais – Papel da Coordenação Regional da Bahia na Execução das Políticas Públicas.

Torna-se indispensável apresentar um, breve, panorama da administração pública brasileira para situar as responsabilidades da Coordenação Regional frente à implementação das Políticas Públicas.

A administração pública evoluiu através de três modelos básicos: Patrimonialista; Burocrático e Gerencial. Essas três formas se sucedem no tempo, o que não significa que alguma delas esteja inteiramente abandonada na administração pública brasileira.

No estado patrimonial não existe a noção de uma propriedade ou atribuições públicas que estejam desvinculadas da pessoa do Soberano, que age como se as funções de Estado lhe pertencessem. Por consequência dessa estrutura, a corrupção e o nepotismo são inerentes às práticas administrativas.

Foi esse padrão que predominou até o limiar da década de trinta, quando um movimento de ruptura, liderado por Getúlio Vargas, derrubou o último governo da República Velha (1889-1930), instaurando assim as bases para a construção do modelo burocrático da Administração Pública no Brasil. Nesse momento, as práticas patrimonialistas passam a ser recusada como ilegítimas.

O Estado, no modelo burocrático, é caracterizado por uma estrutura hierárquica piramidal. As regras são escritas e iguais para todos, codificadas em normas e regulamentos de caráter universal. Adota controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas. O controle, que é a garantia do poder do Estado transforma-se na sua própria razão de ser. Em consequência, o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir à sociedade.

A expansão das funções econômicas e sociais do Estado, o desenvolvimento tecnológico e a globalização da economia mundial, entre outros fatores, evidenciou os problemas associados ao modelo de Administração Pública Burocrática (alta rigidez, muitos níveis hierárquicos, tarefas altamente especializadas e reação lenta às mudanças no ambiente). Como alternativa ao modelo burocrático, emerge, na segunda metade do século XX, a Administração Pública Gerencial, e a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

A Administração Pública Gerencial constitui um avanço, e até certo ponto um rompimento com o modelo da Administração Pública Burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os princípios do modelo anterior. Pelo contrário, a Administração Pública Gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos princípios fundamentais: admissão segundo critérios rígidos de mérito; sistema estruturado e universal de remuneração; carreiras; avaliação de desempenho e treinamento sistemático.

O Governo Collor formula a reforma administrativa com um viés acentuadamente econômico, pois a crise econômica e o cenário internacional influenciam a condução da reforma. Sua motivação reside na necessidade de saneamento das contas do governo e de controle do déficit público, como condição de entrada de investimentos estrangeiros, da retomada do desenvolvimento econômico e de uma inserção mais competitiva na nova ordem internacional.

No governo Collor inexistia um plano formal para a reforma, a redução do aparelho do Estado deu-se através da demissão de servidores e extinção de órgãos, sem assegurar a legalidade das medidas adotadas, através da reforma constitucional. As ações do governo estavam sustentadas sob a filosofia da "moralização do serviço público" e "caça aos marajás", vez que os servidores públicos eram considerados como sendo a causa de todos os males que assolava o país.

Neste cenário é criada a Fundação Nacional de Saúde, FUNASA, fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, que naquela ocasião tinha a finalidade de prevenir e controlar doenças e outros agravos à saúde; assegurar a saúde dos povos indígenas e fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

A FUNASA foi criada a partir do exclusivo, debate político e com um baixo grau de consenso social. O corpo funcional de instituições que foram extintas passou a compor uma única instituição, em que as atribuições pregressas permaneceram as mesmas, o que gerou uma ausência de integração plena entre os servidores e em alguns momentos até mesmo a competitividade.

A partir de 1995 passa a ser desenvolvida uma nova política de Estado. A reforma do aparelho do Estado e dos servidores tem como base o ajuste fiscal. O objetivo geral da reforma administrativa era de transitar de uma administração pública burocrática para a gerencial.

Período em que a FUNASA inicia a transferência da responsabilidade da execução das suas ações de saúde e o controle de agravos para os municípios, com a cessão de servidores para a implementação do SUS e a cessão dos bens móveis e imóveis ligados a estas ações, através do termo de comodato.

Um dos aspectos que merece destaque é que nesta ocasião parcela significativa do seu capital humano passa a desenvolver as suas atividades laborativas no Estado e/ou municípios. A intenção destas medidas era de atender dispositivos da carta magna e oferecer ao cidadão um serviço público efetivamente mais barato, melhor controlado e com qualidade superior.

Em 2003 foi montada uma proposta com base no desenvolvimento sustentável, na democracia e na redistribuição da riqueza e o planejamento figura entre uma das áreas mais importantes do governo.

Um dos desafios do Modelo de Gestão é "implementar uma nova gestão pública, ética, transparente, participativa, descentralizada,

com controle social e orientada para o cidadão”, com o objetivo de implantar um Estado promotor do desenvolvimento com inclusão social, o que requer transformações significativas nas instituições públicas, principalmente nas do Poder Executivo Federal, com políticas ativas de modernização institucional.

Neste cenário a FUNASA tem a Missão de: “Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio”.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas vem sendo implementada pela FUNASA, a qual tem a responsabilidade de coordenar, normatizar e executar as ações de atenção à saúde dos povos indígenas em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde, SUS, e as peculiaridades etnoculturais.

A atuação da FUNASA envolve a promoção de ações de saneamento ambiental em municípios de até 50 mil habitantes (Plano de Aceleração do Crescimento, PAC FUNASA) e áreas especiais, indígenas e quilombolas, cujos indicadores de saúde apresentem índices de doenças causadas pela falta e/ou inadequação de saneamento, visando promover a saúde pública e a inclusão social.

Com o objetivo de colaborar com o cumprimento da Missão da FUNASA e das Políticas Públicas de Governo a Coordenação Regional da Bahia executa os seguintes programas e ações de governo do Plano Plurianual, PPA, 2008 – 2011:

Programa: Serviços Urbanos de Água e Esgoto

- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);
- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de

Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE);

- Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos e
- Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental.

Programa: Resíduos Sólidos Urbanos

- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduo Sólidos em Municípios de até 50.000 habitantes, exclusive RIDE.

Programa: Saneamento Rural

- Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas;
- Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais;
- Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos e

Programa: Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

- Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena;
- Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas e
- Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena.

A Regional tem contribuído de forma significativa para o alcance dos objetivos de governo, vez que tem buscado a parceria, qualidade nos seus processos de trabalho e otimização dos recursos disponíveis, além de pautar a sua atuação nos princípios gerais da administração pública: legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade e eficiência.

Entretanto, tem que destacar que a transição do Estado regulador para o Estado promotor do desenvolvimento com inclusão social

está associada a uma gama de transformações, que caracterizam um novo paradigma tecno-econômico, o que requer um novo modelo organizacional e uma nova forma de gerenciamento das instituições públicas.

2.2. Estratégia de Atuação da Coordenação Regional da Bahia na Execução das Políticas Públicas

Na estrutura da FUNASA, compete ao Departamento de Saúde Indígena, DESAI, planejar, promover e coordenar o desenvolvimento das ações integrais de atenção à saúde indígena, o que vem sendo realizado por meio da rede descentralizada dos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena, DSEI.

É de competência da FUNASA garantir a assistência à saúde dos povos indígenas nos níveis de atenção básica, média e de alta complexidade, em articulação com o SUS, conforme a necessidade destas populações.

A Coordenação Regional possui 01(um) DSEI, cuja sede está localizada em Salvador e a população indígena encontra-se distribuída nos seus 06 (seis) pólos base, abrangendo 26 (vinte e seis) municípios e 76 (setenta e seis) aldeias com uma população aproximada de 26.000 (vinte e seis mil) índios.

Destaca-se que foi implantado o pólo base de Juazeiro, com vistas a melhorar a qualidade da prestação de serviço à população indígena. O novo pólo foi formado a partir de aldeias que estavam sob a jurisdição do pólo base de Paulo Afonso, mas a distância para o pólo era bastante longa, chegando a atingir uma média de 500 km da aldeia para a unidade de apoio, o que colaborava para a demora na resolução dos problemas, devido ao difícil acesso. Então, o pólo de Juazeiro está com a responsabilidade de prestar a assistência à saúde integral dos indígenas, cujas aldeias estão na circunscrição dos municípios de Sobradinho, Curaçá

e Abaré, totalizando aproximadamente uma população de dois mil indígenas.

Os pólos base são as instâncias de atendimento mais próximas às comunidades e a maioria dos agravos à saúde é solucionada neste nível. Servem, também, como referência para as Equipes Multidisciplinares de Saúde (EMDSI), que realizam ações e procedimentos da atenção básica. Os programas de saúde desenvolvidos são os preconizados pelo Ministério da Saúde, os quais estão implantados nos pólos. As EMDSI realizam o atendimento pela demanda espontânea em detrimento do acompanhamento das ações programáticas prioritárias (saúde da mulher, criança, vigilância nutricional, doenças imunopreveníveis, tuberculose, DST/Aids, saúde bucal e assistência farmacêutica).

Os profissionais que constituem a EMDSI são contratados pelo município, através do Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas – IAPI, que são transferidos pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS) para o município, fundo a fundo.

A seguir, estão demonstrados os recursos repassados para assistência à saúde indígena para contratação das EMDSI.

Quadro I – Municípios que Receberam Incentivo para a Atenção Básica dos Povos Indígenas, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Municípios	Valor R\$
Abaré	195.000,00
Banzae	313.300,00
Belmonte	165.100,00
Buerarema	165.100,00
Camacan	192.400,00
Camamú	31.200,00
Curaçá	144.950,00
Euclides da Cunha	208.650,00
Glória	631.800,00

Municípios	Valor R\$
Ibotirama	215.150,00
Ilhéus	297.050,00
Itajú do Colônia	4.550,00
Itamarajú	174.200,00
Muquém do São Francisco	204.100,00
Pau Brasil	257.400,00
Paulo Afonso	136.500,00
Porto Seguro	270.800,00
Prado	206.050,00
Rodelas	9.100,00
Salvador	510.250,00
Santa Cruz Cabralia	267.800,00
Serra do Ramalho	4.550,00
Total	4.605.000,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde

As aldeias contam com Agente Indígena de Saúde, AIS, e Agente Indígena de Saneamento, AISAN, os quais possuem as suas atividades vinculadas a um posto de saúde e normalmente, são indicados pelas lideranças indígenas (caciques).

Os Ais e Aisan, que, com os demais membros das equipes multidisciplinares, são os responsáveis por realizar a atenção básica nas aldeias.

Os pólos base absorvem as demandas de média complexidade de forma bastante heterogênea pela insuficiência ou inexistência de serviços na rede SUS, demandando, às vezes, a compra de serviços particulares, para consultas especializadas, exames complementares, próteses e órtese.

A atenção secundária e terciária é realizada numa rede de hospitais referenciados (nível municipal, estadual ou regional) ou conveniados com o SUS. A terceira referência é em Salvador, através do Hospital São Rafael.

O acesso aos serviços de maior complexidade ocorre por meio do mecanismo de referência, que se dá através do agendamento e encaminhamento dos pacientes, para os serviços especializados da rede

do SUS ou de forma complementar a rede privada e também aos estabelecimentos incentivados pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde - MS/SAS para o atendimento ambulatorial de diagnóstico e internamento da população.

Quanto aos cuidados de urgência/emergência, a falta de meios de comunicação das comunidades com a sede dos Pólos Base têm dificultado uma maior agilidade no transporte dos pacientes para os serviços que realizam esse tipo de atendimento.

Quadro II – Municípios que Receberam Incentivos à Assistência Ambulatorial, Hospitalar e Apoio Diagnóstico para População Indígena, IAPI, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Entidade	Valor do Repasse (R\$)
Abaré	Prefeitura Municipal de Abaré	14.400,00
Camacã	Fundação Hospitalar de Camacã	60.000,00
Curaçá	Prefeitura Municipal de Curaçá	14.400,00
Euclides da Cunha	Clínica Dr. Aristides Queiroz Ltda.	36.000,00
Eunápolis	Prefeitura Municipal de Eunápolis	7.126,00
Feira de Santana	Hospital Regional Cleriston Andrade	12.000,00
Itabuna	Santa Casa De Misericórdia de Itabuna	31.485,00
Itamaraju	Hospital Santa Rita	27.000,00
Pau Brasil	Prefeitura Municipal de Pau Brasil	12.000,00
Ribeira do Pombal	Prefeitura Municipal de Ribeira do Pombal	10.000,00
Salvador	Monte Tabor Centro Ítalo Bras. de Promoção Sanitária	124.332,00
Santa Cruz Cabrália	Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália	36.000,00
Serra do Ramalho	Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho	24.000,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde

Com vistas a otimizar a assistência à saúde integral dos povos indígenas é utilizado o Sistema de Informações de Saúde Indígena, SIASI, visando, sobretudo, fornecer dados para o planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das ações de saúde desenvolvidas no seu âmbito de atuação.

Na prática o SIASI não vem sendo utilizado como uma ferramenta estratégica de planejamento nem de gestão, pois o desenho

do referido sistema não permite a emissão de relatório com a consolidação dos dados. Assim, os dados, parciais, de cada Pólo-Base são enviados diretamente pelo respectivo, ao DESAI/Presidência, o que compromete, significativamente, a tomada de decisão e análise gerencial.

Na tentativa de facilitar o acesso às informações são utilizados alguns formulários, a nível regional para facilitar a disponibilidade da informação no dia-a-dia. Contudo, não atende às necessidades, além de representar duplicidade de informação.

O SIASI, nos Pólos Base, é alimentado por servidores com baixa qualificação na área de saúde gerando equívocos no preenchimento, e os técnicos das EMDSI não possuem a atribuição de realizar o acompanhamento e a crítica dos relatórios gerados.

As ações de saúde ambiental são coordenadas pelo Departamento de Engenharia de Saúde Pública, Densp, e executadas pelas Divisões de Engenharia de Saúde Pública, Diesp, das Coordenações Regionais.

A DIESP atua no âmbito do Estado da Bahia apoiando técnica e/ou financeiramente o desenvolvimento de ações de saneamento nos municípios, a partir de critérios epidemiológicos e ambientais em saúde, com vistas ao financiamento das obras que contribuam para impactar os indicadores de saúde, como: prevalência e incidência da esquistossomose, dengue, febre tifóide, doença de chagas, mortalidade proporcional por diarreia em menores de um ano. Essas obras estão contempladas nos Programas de Governo: Serviços Urbanos de Água e Esgoto, Resíduos Sólidos Urbanos e Saneamento Rural.

Assim a sua atuação, portanto, abrange a população exposta a agravos relacionados à falta ou inadequação de saneamento ambiental contemplando comunidades rurais, centros urbanos, aldeias indígenas, áreas especiais como comunidades remanescentes de quilombos, bem como áreas de relevante interesse epidemiológico.

Desta forma, as atividades desenvolvidas pela DIESP estão inseridas basicamente nas seguintes áreas de atuação: convênios de cooperação técnica e/ou financeira e saneamento indígena.

Para as comunidades especiais e municípios contemplados com recursos do Orçamento Geral da União ou de Emendas Parlamentares, as ações de saneamento são realizadas através de celebração de convênios entre a FUNASA e as Prefeituras Municipais. Neste caso, cabe a DIESP orientar, analisar, aprovar projetos técnicos e acompanhar a execução das obras decorrentes da celebração de tais convênios. Os convênios celebrados contemplam as ações de: Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água; Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário; Construção de Melhorias Sanitárias Domiciliares; Melhorias Habitacionais (reforma e construção de unidades habitacionais) para o Controle da Doença de Chagas e Controle de Resíduos Sólidos.

Uma vez celebrados Convênios com os municípios cabe também a DIESP o acompanhamento das execuções das obras referentes aos projetos aprovados de forma a garantir que os recursos liberados para financiamento da ação objeto de cada convênio tenha sua aplicação regular. No processo de acompanhamento da execução das obras são realizadas visitas técnicas para emissão de relatório de execução de obras e ainda pareceres técnicos parciais e finais que subsidiarão a área de convênios da FUNASA quanto à pertinência de liberação de novas parcelas dos recursos previstos em cada convênio. Ainda como visita às obras de convênios, vale citar as relativas a Prestações de Contas, Tomadas de Contas Especiais e as para atendimento de diligências da Auditoria da Presidência da FUNASA.

Para avaliação das prestações de contas finais pela equipe de convênios da FUNASA a DIESP emite pareceres técnicos finais sobre a execução das obras, do objeto de cada convênio. Nestes pareceres são evidenciados os índices de execução das obras, o que leva à aprovação ou impugnação das prestações de contas do conveniente. Estes índices

retratam também o alcance social das ações implementadas mediante a celebração dos convênios.

Para as comunidades indígenas, cuja execução das ações de saúde e saneamento é atribuição da FUNASA por determinação do Governo Federal, cabe a DIESP a elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização da execução de obras, coordenação das atividades de operação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, monitoramento do controle da qualidade da água distribuída nas aldeias, formação de Agentes Indígenas de Saneamento, AISAN's, e ainda a supervisão das ações dos em suas respectivas aldeias.

Na perspectiva desta diretriz a DIESP realiza ações que visam equipar cada aldeia indígena com sistemas de abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e construção de melhorias sanitárias domiciliares de forma a minimizar e ou solucionar os problemas de saúde decorrentes da falta de saneamento básico.

Os serviços de manutenção dos sistemas de abastecimento de água das aldeias indígenas até agosto de 2006 eram realizados diretamente pela equipe da DIESP, através de concessão de suprimento de fundos para contratação de mão de obra e aquisição de peças de reposição necessárias à recuperação de cada sistema. Tal procedimento tornava-se dispendioso, pouco eficiente e com elevado grau de riscos de acidentes de trabalho para os servidores e AISAN's tendo em vista o desconhecimento técnico específico para grande parte dos problemas a serem resolvidos e ainda pela falta de equipamentos específicos para realização destes serviços especializados. Tais problemas foram equacionados com a contratação, a partir daquele ano, de empresa especializada em prestação de serviços eletromecânicos e hidráulicos e que tem por atribuição realizar as manutenções preventivas e corretivas dos sistemas de abastecimento de água das aldeias, o que tem contribuído para a redução do índice de ocorrências de defeitos nos sistemas por falta de manutenção adequada.

Como apoio ao desenvolvimento das suas atividades, a DIESP utiliza os seguintes sistemas de informática: SISCON, SIGESAN e SISABI.

O SISCON, Sistema de Convênios, é responsável pelo fluxo de pleitos de prefeituras municipais, governo estadual e de organizações não governamentais visando à celebração de convênios com a FUNASA, na área de saneamento. O sistema é composto por dois módulos, sendo o 1º módulo de acesso aberto às entidades interessadas, permitindo que seus usuários cadastrem a proposta técnica de convenio. A transmissão da proposta para a presidência da FUNASA é realizada via Internet, sendo emitido comprovante de envio com numero de controle. O 2º modulo é de utilização exclusiva dos técnicos da FUNASA e se destina ao enquadramento, análise e processamento do projeto, com fins de celebração do convenio. O fluxo do sistema no 2º módulo passa por 18 etapas, de competência das áreas técnicas da Coordenação Regional (fases 2,3,4 e 5) e Presidência (fases 1 e 6 até 18). O sistema trabalha no modo "on-line"

O Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento, SIGESAN, é responsável pela consolidação dos dados de acompanhamento de obras de saneamento, particularmente daquelas realizadas mediante celebração de convenio. O sistema é de acesso exclusivo aos servidores da FUNASA responsáveis pelo acompanhamento e emissão de pareceres técnicos de obras, basicamente os mesmo cadastrados no SISCON. O sistema trabalha nos modos "off-line" (lançamento de dados) e "on-line" (transmissão final dos dados).

A consolidação das informações de saneamento das aldeias indígenas é realizada, através do Sistema de Informação de Saneamento em Áreas Indígenas, SISABI, o qual é composto pelos módulos: CASAN; Censo Sanitário e Caderno do AISAN. O módulo CASAN tem como objetivo o cadastramento das obras de saneamento e edificações em áreas indígenas. O Caderno do AISAN registra todas as atividades realizadas diariamente pelo AISAN. No Censo Sanitário são registradas informações

de aldeias e bairros indígenas, relativas ao: saneamento, condições de saúde da população, estabelecimentos assistenciais de saúde, fontes de energia, acessibilidade, sustentabilidade, costumes, religião, etc. Os dados populacionais relativos ao Censo Sanitário estão vinculados ao SIASI. Os relatórios gerenciais disponibilizados pelo SISABI subsidiam a DIESP no planejamento das ações em áreas indígenas.

Diante deste panorama, constata-se que a Coordenação tem envidado esforços no sentido de colaborar com a execução das políticas públicas de Governo e para alcançar os resultados desejados adota princípios básicos da gestão participativa.

Uma das estratégias utilizadas é o Colegiado Regional de Gestão, COREGE, o qual tem o objetivo de implementar e assessorar a execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos, em consonância com a Missão Institucional e Políticas Públicas. O referido Colegiado é constituído pelos dirigentes das divisões e assessorias diretamente subordinadas ao Coordenador Regional. Dentre as suas atribuições destaca-se: análise e aprovação do plano anual de trabalho; dos relatórios de acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos, além da definição do cronograma das atividades a serem desenvolvidas e as respectivas unidades organizacionais responsáveis pela operacionalização dos mesmos.

É natural que as mudanças ocorram lentamente e de forma gradativa, mas requer que sejam introduzidas novas ferramentas, as quais devem colaborar para a solidificação da gestão gerencial, cujo objetivo primordial na esfera pública é o aumento da produtividade e da melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as prioridades estabelecidas no planejamento. Assim, será implantado o Colegiado de Gestor Intermediário na Coordenação Regional, com vistas a assegurar um espaço de discussão e pactuação permanente, a fim de promover o gerenciamento participativo e democrático, a pactuação e a responsabilização pelas decisões tomadas.

2.3. Programas

2.3.1. Programa 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.
Objetivos específicos	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Gerente do programa	Leodegar da Cunha Tiscoski
Gerente executivo	Márcio Galvão Fonseca
Responsável pelo programa no âmbito da Unidade	William Dell'Oso
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de cobertura dos serviços urbanos de abastecimento de água (%) ▪ Taxa de cobertura dos serviços urbanos de coleta de esgoto (%) ▪ Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (%)
Público-alvo (beneficiários)	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em área de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Programa 8007 – Resíduos Sólidos Urbanos

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Objetivos específicos	Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores.
Gerente do programa	Vicente Andreu Guillo
Gerente executivo	Silvano Silvério da Costa
Responsável pelo programa no âmbito da Unidade	William Dell'Oso
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de municípios com destino final adequado de resíduos sólidos (%) ▪ Taxa de cobertura de coleta de resíduos sólidos urbanos (%)
Público-alvo (beneficiários)	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.

Programa 1287 – Saneamento Rural

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população
Objetivos específicos	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.
Gerente do programa	Francisco Danilo Forte
Gerente executivo	Jose Raimundo Machado dos Santos
Responsável pelo programa no âmbito da Unidade	William Dell'Oso
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas rurais (%) ▪ Taxa de cobertura de esgotamento sanitário em áreas rurais (%) ▪ Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas indígenas (%)
Público-alvo (beneficiários)	População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

Programa 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista.
Objetivos específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral.
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira
Gerente executivo	Astrid Inês Schuster
Responsável pelo programa no âmbito da Unidade	William Dell'Oso
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de Aldeias em Situação de Vulnerabilidade (%) ▪ Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na população indígena (1/100.000) ▪ Coeficiente de Mortalidade Infantil entre crianças indígenas menores de 1 ano (1/1000)
Público-alvo (beneficiários)	Sociedades Indígenas

2.3.2. Principais Ações dos Programas:

2.3.2.1. Principais Ações do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto

O Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto compreende as ações de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de melhorias sanitárias domiciliares, e como as referidas são correlatas entre si, torna-se necessário apresentar, inicialmente, a análise destes aspectos comuns, a fim de evitar que este relatório torne-se repetitivo, para a posteriori proceder à análise individual de cada uma delas, conforme diretriz da Portaria CGU n 2.238 de 19 de dezembro de 2008.

Não resta dúvida que qualquer que seja o tipo de gestão a ser desenvolvida o responsável tem que decidir quais serão as suas opções de investimento frente a um orçamento financeiro disponível, limitado, para tantas opções de aplicação, o que requer a priorização destes investimentos.

Definir e/ou analisar o valor do sistema público de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de melhorias sanitárias domiciliares, que são recursos ambientais, significa estimar o valor monetário destes em relação aos bens e serviços disponíveis na economia tendo por base o custo benefício.

Outro aspecto é que o direito de propriedade tem um papel fundamental no sistema de preços e, conseqüentemente, no processo de valoração dos bens. Os bens públicos não possuem os direitos de propriedade completamente definidos e assegurados, o que impossibilita a valorização adequada do sistema de preços.

No caso específico da Coordenação não há como realizar este tipo de valoração, vez que é a Presidência da FUNASA quem decide

quais os municípios que serão apoiados técnica e/ou financeiramente, mediante transferências voluntárias (convênios), o que limita o planejamento da Regional no acompanhamento físico das obras, vez que não permite a previsão de convênios a serem implementados nos exercícios vindouros.

Tendo em vista que o objetivo principal dos investimentos públicos é a provisão de bens e serviços que aumentem o bem-estar das pessoas, será apresentada uma análise simplificada dos valores monetários gastos em relação aos benefícios gerados, através dos resultados alcançados em cada uma das ações referenciadas nas respectivas análises individuais. Salienta-se que benefícios são aqueles bens e serviços que foram executados conforme programados e que atingiram o seu propósito social, ou seja, são entregues em condições de uso (em funcionamento) após a conclusão da obra, impactando positivamente no bem-estar das pessoas.

No que diz respeito, especialmente, às ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC , foram realizadas algumas atividades que envolveram simultaneamente as ações de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de melhorias sanitárias domiciliares, como também a de implantação de melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas, que está relacionada ao Programa de Saneamento Rural.

Entretanto os custos correspondentes não são possíveis de serem desmembrados por ação, vez que os técnicos envolvidos nestas atividades trabalharam com todos esses componentes de infra-estrutura social e urbana do PAC, concomitantemente, em decorrência da publicação das Portarias de número 55 e 56 do Presidente da FUNASA, ambas de 11 de janeiro de 2008, que estabeleciam o prazo até março/2008 para os municípios apresentarem os projetos técnicos de engenharia relativos a estas ações, a fim de que pudessem receber apoio

técnico e financeiro. O referido prazo foi prorrogado até primeiro de abril do mesmo ano pela Portaria de nº. 365, do Presidente da FUNASA.

A análise da documentação técnica entregue pelos municípios ficou sob a responsabilidade da Divisão de Engenharia de Saúde Pública da Coordenação Regional, o que gerou uma sobrecarga de trabalho devido ao total de municípios convocados. Em função deste panorama foi solicitada a colaboração de servidores que desenvolvem as suas atividades laboriosas nas residências de engenharia e nos pólos de saneamento.

Com vistas a maximizar a capacidade de atingir os objetivos desejados foi realizada uma distribuição espacial dos convênios entre 06 (seis) engenheiros do quadro de pessoal e 01 (um) engenheiro consultor da UNESCO, sendo 03 (três) lotados na sede da Coordenação (Salvador) e outros 04 em unidades localizadas no interior do Estado (Ilhéus, Juazeiro, Barra e Bom Jesus da Lapa). Os processos divididos entre os técnicos do nível local (Sede) foram separados de acordo com 03 (três) mini-regiões (Itaberaba, Jequié e Feira de Santana).

Assim, objetivou-se racionalizar a distribuição dos trabalhos de acordo com a localização dos técnicos, a disponibilidade de infraestrutura de transporte, condições de acesso, distância do município à sede da unidade de apoio, características fisiográficas regionais e capacidade da equipe técnica de atendimento à carga de trabalho. Cada equipe lotada na respectiva unidade é responsável pela análise técnica e acompanhamento dos processos correspondentes à sua região.

Além desses responsáveis técnicos em cada região a FUNASA conta ainda com uma equipe de apoio, formada por inspetores, auxiliares de saneamento e agentes de saúde pública, que dão suporte e auxiliam os profissionais de nível superior na análise e acompanhamento dos projetos de engenharia. Entretanto, no início do mês de julho de 2008

não foi mais permitido o acesso dos técnicos de nível médio ao sistema de análise de convênio - SISCON, tendo em vista que os mesmos não podem realizar análise técnica de projetos de engenharia, vez que não possuem prerrogativa dos órgãos formadores, conforme exigência legal, para o desenvolvimento dessas atividades.

Em novembro de 2008 foram incorporados à equipe mais 02 (dois) engenheiros consultores (OPAS). A Presidência da FUNASA realizou ainda uma força tarefa, em novembro, em sistema de rodízio, para suprir a carência de pessoal, destinando 05 (cinco) engenheiros contratados no Concurso da MPOG (lotados na FUNASA/ Presidência) para a Coordenação, os quais realizaram a análise preliminar dos convênios do PAC.

Existe uma carência de pessoal acentuada frente ao volume excessivo de processos nesta Regional, levando a uma sobrecarga de trabalho dos poucos profissionais disponíveis, o que torna indispensável à realização, urgentemente, de concurso público para suprir esta lacuna.

Em 2004 a Presidência tentou amenizar essa situação com a contratação temporária de consultores pela UNESCO. Embora a colaboração dos engenheiros consultores tenha sido valiosa para acelerar os procedimentos de análise e emissão de pareceres técnicos, o caráter intermitente com que ocorriam essas participações forçou a freqüente redistribuição dos processos para outros técnicos do quadro de pessoal, em razão do encerramento do contrato do consultor, demonstrando não ser a solução mais indicada.

É importante destacar que os resultados alcançados só são possíveis em função do conhecimento diferenciado dos técnicos, como também da disposição e comprometimento dos mesmos com a execução das políticas públicas.

A análise técnica dos projetos de engenharia segue as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, critérios e procedimentos definidos pela FUNASA, bem como o Sistema Nacional de

Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. O acompanhamento gerencial das obras é realizado através do Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento – SIGESAN e Sistema Integrado de Gestão de Obras – SIGOB (em implantação).

O plano de capacitação é realizado anualmente, com a definição das áreas em que os técnicos devem ser aprimorados, mas nem sempre contempla as reais necessidades em razão da impossibilidade de serem extensivos a todos os técnicos, em decorrência do montante elevado dos custos e da inviabilidade dos servidores se ausentarem do serviço, em função da carga laborativa.

Quanto à infra-estrutura física os engenheiros, no nível local, estão lotados nas Residências de Engenharia de Bom Jesus da Lapa e de Juazeiro e nos Pólos Base de Barra e Feira de Santana, enquanto os do nível regional na Divisão de Engenharia e Saúde Pública da Coordenação. Salienta-se que não existe um espaço físico exclusivo para os recursos humanos que desenvolvem o acompanhamento dos processos de convênios relativos ao Programa de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, da mesma forma que não há a disponibilidade de recursos materiais direcionados, apenas, para o referido Programa, enfim são utilizadas a infra-estrutura e os recursos existentes na Coordenação. Destaca-se que os materiais de expediente utilizados no exercício de 2008 serão demonstrados no Programa de Apoio Administrativo.

Torna-se necessário salientar alguns aspectos que contribuem para que os resultados não sejam alcançados em sua totalidade: baixa qualidade dos projetos apresentados pelos proponentes, o que compromete a qualidade dos diagnósticos e a velocidade nas obras para beneficiar as populações; salários defasados em relação aos profissionais de cargos equivalentes de outras carreiras do Governo Federal, carência de recursos humanos e as longas distâncias entre os municípios.

A soma dessas dificuldades prejudica o desempenho institucional, tornando a FUNASA alvo de críticas por parte da mídia e da

sociedade em geral. A fim de que estas situações sejam sanadas deve-se implementar as seguintes medidas: revisar a tabela salarial dos profissionais de nível superior da FUNASA, visando compatibilizá-la com as demais carreiras do Governo Federal; regularizar o credenciamento dos técnicos de nível médio (inspetores e auxiliares de saneamento) junto ao Conselho Regional de Engenharia, CREA; realizar concurso público para provimento dos cargos de nível superior; manutenção da força tarefa da Presidência nas Regionais a fim de permitir a reanálise da documentação solicitada e realização de visitas técnicas preliminares, até a aprovação dos respectivos processos de projeto, inclusive para atendimento às demandas de auditoria e dos órgãos de controle externo e investir na capacitação dos gestores municipais e estaduais, bem como de suas equipes técnicas, visando melhorar a qualidade dos projetos e de gestão dos recursos públicos repassados mediante transferências voluntárias da União.

Ação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).

Quadro III – Dados Gerais da Ação Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 habitantes, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

O sistema de abastecimento público de água é a solução coletiva mais econômica e definitiva para o abastecimento de água de

uma população. Este tipo de sistema possui uma importância significativa nos aspectos sanitário, social e econômico.

Dentre os benefícios em relação ao aspecto sanitário pode-se salientar a diminuição da mortalidade, principalmente da infantil, redução da incidência de doenças de veiculação hídrica; melhoria da saúde e das condições de vida de uma comunidade. No que diz respeito ao aspecto social facilita a implantação da limpeza pública, dos sistemas de esgotos sanitários, além de proporcionar conforto e bem estar à população. As vantagens econômicas são significativas, pois contribui para o aumento da vida produtiva dos indivíduos economicamente ativos; facilita a instalação de indústrias, onde a água representa a matéria prima ou meio de operação, além de reduzir os gastos particulares e públicos com consultas e internações públicas.

No que diz respeito às obras de sistema público de água a Coordenação Regional acompanha os projetos relativos ao Plano de Aceleração do Crescimento, PAC, (relativo ao exercício de 2007 e 2008), Emendas Parlamentares e os convênios firmados no período de 2000 a 2006. Para uma melhor visualização das atividades realizadas neste componente ambiental, os processos de convênios serão demonstrados em quadros:

Quadro IV– Municípios com Processos de Convênios de Abastecimento de Água, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor Convênio R\$
Novo Horizonte	389.000,00
Pindobaçu	395.000,00
Presidente Tancredo Neves	1.550.000,00
Sobradinho	1.185.668,00
Total	3.519.668,00

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Destes convênios Novo Horizonte e Sobradinho foram analisados, mas apresentam pendências e o de Pindobaçu e de Presidente Tancredo Neves até o momento não foram analisados.

Quadro V – Municípios do Convênio de Abastecimento de Água com a SEDUR, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor Convênio R\$
Andaraí	1.222.222,22
Banzaê	385.000,00
Boa Nova	440.000,00
Cândido Sales	1.444.444,44
Castro Alves	555.555,56
Coronel João Sá	550.000,00
Encruzilhada	555.555,56
Guajerú	525.409,75
Ibirapua	444.444,45
Itirucu	1.611.111,11
Jacaraci	555.555,56
Jussiape	623.978,47
Laje	611.111,11
Lençóis	388.888,89
Maetinga	385.000,00
Muquém do São Francisco	388.888,89
Muritiba	1.555.555,56
Nazaré	1.925.000,00
Pau Brasil	666.666,67
Pedro Alexandre	388.888,89
Piritiba	1.166.666,67
Planaltino	555.555,56
Retirolândia	777.777,78
Riacho de Santana	722.222,22
Ribeirão do Largo	792.043,48
São José da Vitória	550.000,00
Sátiro Dias	826.288,45
Total	19.058.275,73

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Todos estes 27(vinte e sete) convênios foram analisados e apresentaram pendências técnicas.

Quadro VI – Municípios do Convênio de Abastecimento de Água com a SEMA, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor Convênio R\$
Barra	1.347.479,87
Barreiras	648.422,04
Bom Jesus da Lapa	2.591.451,17
Bom Jesus da Lapa	212.526,92
Boninal	378.383,52
Cairu	191.224,80
Camamu	2.728.086,48
Canarana	173.115,86
Carinhanha	1.111.194,83
Itacaré	1.882.000,00
Lençóis	443.328,26
Marau	1.256.991,34
Morpara	470.399,52
Morro do Chapéu	731.000,00
Muquém de São Francisco	121.380,62
Muquém de São Francisco	264.895,08
Paratinga	177.321,14
Presidente Tancredo Neves	836.110,83
Riacho de Santana	3.200.000,00
Seabra	2.012.405,43
Itaperoa	787.000,00
Valença	492.000,00
Vitória da Conquista	571.289,34
Total	22.628.007,05

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Destes 23 (vinte e três) convênios apenas o de Bom Jesus da Lapa no valor de R\$ 2.591.451,17 (dois milhões quinhentos e noventa e um e quatrocentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos) foi analisado, com a realização de visita técnica preliminar, mas apresenta pendências técnicas, enquanto que os demais ainda não foram analisados.

Quadro VII – Municípios do Convênio de Abastecimento de Água Celebrado com a SEDUR em 2007, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor Convênio R\$
Brotas de Macaúbas	130.653,60
Itambé	1.413.681,27
Macaúbas	777.800,01
Total	2.322.134,88

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos estes 03 (três) convênios foram analisados e apresentam pendências técnicas.

Quadro VIII – Municípios com Convênio de Abastecimento de Água, Celebrados em 2007, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor Convênio R\$
Belmonte	525.965,56
Brumado	421.910,00
Carinhanha	727.624,83
Elísio Medrado	165.467,74
Formosa do Rio Preto	526.427,00
Ipiau	835.500,86
Itarantim	200.450,00
Itororó	210.000,00
Lapão	524.971,54
Mairi	360.897,00
Malhada	688.940,00
Maragogipe	410.900,00
Ruy Barbosa	265.000,00
Sítio do Mato	310.000,00
Valente	317.504,80
Total	6.491.559,33

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Destes 15 (quinze) convênios apenas o de Ruy Barbosa não foi analisado, os demais não foram aprovados em virtude das pendências técnicas.

Quadro IX – Municípios com Convênio de Abastecimento de Água Celebrados em 2006, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Baixa Grande	185.400,00
Bom Jesus da Lapa	400.000,00
Boquira	92.700,00
Boquira	206.000,00
Brejolândia	257.500,00
Camaçari	94.500,00
Candeias	94.500,00
Canudos	139.050,00
Central	391.400,00
Cristópolis	257.500,00
Dias D'Ávila	94.500,00
Dom Basílio	139.050,00
Encruzilhada	315.000,00
Feira de Santana	475.000,00
Formosa do Rio Preto	258.376,48
Ipirá	189.000,00
Itaguaçu da Bahia	248.487,50
Itapetinga	189.000,00
Itiúba	142.150,00
Jaborandi	1.009.400,00
Luís Eduardo Magalhães	515.000,00
Mortugaba	412.000,00
Paratinga	369.623,25
Riachão do Jacuípe	141.750,00
São Gonçalo dos Campos	157.500,00
São Sebastião do Passé	141.750,00
Sento Sé	262.500,00
Serra do Ramalho	189.000,00
Teofilândia	197.903,80
Teolândia	226.600,00
Urandi	618.000,00
Total	8.410.141,03

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Destes 31 (trinta e um) convênios, 08 (oito) foram aprovados: Dias D'Ávila, Dom Basílio, Ipirá, Itapetinga, Jaborandi, Mortugaba, Serra do Ramalho e Teofilândia. Os demais estão em processo de análise.

Foi realizada visita técnica para emissão de parecer parcial da prestação de contas do município de Ipirá, localidades de Santa Rita e Pau Ferro. O sistema encontra-se em operação, está praticamente concluído e os serviços foram realizados com boa qualidade técnica. A prestação de contas final está sendo providenciada.

No município de Jaborandi, fazenda Zé Alves, a obra está em finalização, pois 95% da mesma foi executada restando apenas a realização das instalações finais e da prestação de contas.

Em Boquira, nas localidades de Piedade e Mata que prevê a construção de dois sistemas de abastecimento de água, o projeto não foi aprovado em virtude de pendências técnicas. Ainda nesse município, foi realizada visita na zona rural para acompanhamento da prestação de contas de um convênio de construção de sete sistemas de abastecimento de água. A obra foi executada em 80,55% e já foi emitido o parecer final.

Quadro X – Municípios com Convênio de Abastecimento de Água Celebrados em 2005, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Água Fria	364.671,50
Antonio Cardoso	233.547,36
Apuarema	191.996,93
Bom Jesus da Lapa	1.021.671,46
Boquira	106.985,64
Caetite	440.000,00
Camaçari	1.388.398,27
Campo Alegre de Lourdes	210.526,32
Candeias	621.506,75
Itaparica	734.179,66
Itororo	226.000,00
Jaborandi	418.000,00

Município	Valor do Convênio R\$
Jaborandi	495.000,00
Jacobina	2.580.570,20
Jaguarari	526.610,00
Jandaira	185.670,12
Jandaira	416.502,13
Livramento de Nossa Senhora	277.527,49
Macarani	254.845,35
Malhada	888.453,98
Mansidão	108.991,43
Mansidão	108.991,43
Mirangaba	421.270,00
Piatã	892.648,80
Santa Maria da Vitória	157.971,89
Santa Maria da Vitória	1.369.668,05
Souto Soares	413.762,83
Lamarão	100.000,00
Tanque Novo	46.390,50
Valença	211.111,12
Total	15.413.469,21

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Desses 30 (trinta) convênios, 20 (vinte) estão aprovados; 08 (oito) estão em processo de análise (Apuarema, Caetite, Camaçari, Jaguarari, Mansidão (2), Mirangaba e Valença) e 02 (dois) ainda está por definir os analistas (Piatã e Lamarão).

Em Santa Maria da Vitória, nas localidades de Currais e Caniveta, está prevista a construção de dois sistemas de abastecimento de água e em visita técnica de acompanhamento constatou-se que a obra está em andamento, tendo sido executada em 55%.

No município de Campo Alegre de Lourdes foi realizada visita técnica final e preenchimento da ficha de avaliação da implantação do sistema de abastecimento de água na localidade de Jequitaia. O resultado alcançado foi de 96,95%, devido a não execução de alguns itens na planilha orçamentária. Os serviços que foram realizados apresentam

boa qualidade. A prestação de contas final não foi aprovada, devido a não execução de 3,05% dos serviços previstos. O município ficou de providenciar a execução dos itens não contemplados, e em seguida solicitar nova visita.

Quadro XI – Municípios com Convênio de Abastecimento de Água Celebrados em 2004, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Brumado	202.536,38
Coronel João Sá	549.505,01
Juazeiro	843.493,68
Mairi	171.826,92
Mansidão	312.187,19
Mutuipe	186.583,74
Mutuipe	209.973,71
Nova Fátima	226.856,51
SEDURB (Salvador)	3.567.626,24
São Domingos	216.310,03
Uaua	193.026,12
Total	6.453.069,02

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Apenas o convênio do município de Coronel João Sá está em processo de análise, os outros 10 (dez) já estão aprovados. Em visita técnica de acompanhamento no município de Uauá, na localidade de Laje das Aroeiras, constatou-se que o resultado alcançado foi de 5,70%. Os poucos serviços que foram realizados apresentam boa qualidade. Recomendou-se a não aprovação da prestação de contas, tendo em vista que durante a visita a área técnica identificou somente 5,70% de obra executada e a prestação de contas tinha sido relativo a 47,57% do total dos recursos do convênio. No município de São Domingos (Queimada do Rumo) o resultado alcançado foi de 24,08%, e os serviços que foram

executados apresentam boa qualidade. A obra encontra-se paralisada há mais de um ano. Segundo o representante municipal, a EMBASA, órgão que irá operar e manter no sistema solicitou alteração no projeto técnico, adequando-o as normas internas e novas determinações. Na localidade de São Bento das Lajes do município de Mairí a obra foi executada em 57,64%, o que impossibilita a avaliação do benefício. A obra está praticamente paralisada, sem evolução de crescimento no espaço de um ano. No município de Mansidão, através da visita técnica para prestação de contas verificou-se que a obra foi executada em 100%, com boa qualidade.

Quadro XII – Municípios com Convênio de Abastecimento de Água Celebrados em 2003, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Água Fria	100.430,00
Biritinga	318.278,35
Camamu	213.000,00
Cordeiros	429.134,92
Igapora	308.977,34
Itaete	126.747,39
Jaguarari	515.463,91
Mutuipe	309.225,69
Tabocas do Brejo Velho	205.820,06
Total	2.527.077,66

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos estes 09 (nove) convênios estão aprovados. Em Cordeiros, através da visita técnica constatou-se que a obra ainda encontra-se em andamento, com execução parcial de 23,29%. O município não recebeu todos os recursos do convênio.

**Quadro XIII – Municípios com Convênio de Abastecimento de Água
Celebrados em 2002, Coordenação Regional da Bahia, 2008.**

Município	Valor do Convênio R\$
Barra da Estiva	166.666,67
Barreiras	315.860,03
Boquira	164.984,58
Caetité	367.894,73
Campo Formoso	244.628,66
Campo Formoso	657.814,86
Canapolis	202.000,00
Candeias	224.489,00
Catu	127.870,20
Caturama	252.518,43
Conceição do Jacuipe	209.765,55
Cordeiros	183.636,18
Coribe	132.613,00
Correntina	222.533,37
Dias D' Ávila	211.280,06
Dom Basilio	257.841,15
Erico Cardoso	111.111,11
Feira de Santana	142.969,83
Ibicoara	460.590,15
Ibiquera	204.781,91
Igapora	309.410,41
Iramaia	100.000,00
Irece	276.930,91
Itagimirim	561.533,53
Itanhem	206.271,84
Itiucu	153.536,46
Jaborandi	302.409,61
Jaguarari	148.888,89
Lajedinho	229.840,77
Macaubas	462.040,30
Nilo Pecanha	202.020,20
Santa Ines	202.000,00
Santana	271.166,14
Santo Antonio de Jesus	444.444,44
São Domingos	206.469,11
São Sebastião do Passé	208.728,78
SEINFRA (Anage)	173.473,68
SEINFRA (Itaju do Colônia)	485.943,51

Município	Valor do Convênio R\$
SEINFRA (Itamarí)	721.000,41
SEINFRA (Licínio de Almeida)	2.016.777,83
SEINFRA (Luis Eduardo Magalhães)	484.564,88
SEINFRA (Riacho de Santana)	3.463.222,33
SEINFRA (Rio do Pires)	884.333,33
SEINFRA (Saubara)	3.490.888,30
Senhor do Bonfim	324.829,93
Simões Filho	221.990,99
Tapiramuta	109.801,00
Uauá	1.108.740,02
Valença	691.293,05
Xique-Xique	163.230,53
Total	23.487.630,65

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos os convênios celebrados em 2002 foram analisados e estão aprovados. Foi realizada visita técnica em Boquira nos povoados de Piedade, Salão, Mata Barra, Candéal, Brejão, Malhada do Caminho, Campos de São João e Saco de Varzinha. A obra foi executada em 80,55%.

Dos convênios de 2001 foi realizada visita técnica nos municípios de:

1. Juazeiro (sede e povoados Quipá, Itaparica, Conchas, Cachoeirinha, Guanhões, Jatobá, Campos, Porto de Pedras, Poções, Mandacarú II, Riacho da Massaroca, Baraúna e Alagadiço). A obra foi executada em 77%;
2. Igrapiúna (Ambar, Ancural e Pescaria) para construção de 3 (três) sistemas de abastecimento de água. Somente 66% da obra foi executada (Sistemas de Ancural e Pescaria);
3. Abaíra (Ouro Verde e Catolés) para construção de 2 (dois) sistemas de abastecimento de água. Cerca de 98% da obra foi executada.

Realizou-se nova visita técnica final no município de Pindobaçu na localidade de Jatobá, referente ao convênio de 2000, para

construção do sistema de abastecimento de água. O resultado alcançado relativo ao objeto pactuado foi de 87,27%. Salienta-se que o sistema encontra-se em operação. Apesar de desobedecer às especificações técnicas, o objeto pactuado não foi totalmente prejudicado, a redução na execução foi decorrente da mudança de material em alguns itens da planilha aprovada e não acatada pela área técnica.

Em Itiruçu (povoado de Tabuleiro, Tiririca, Lagoa dos Laços, Marialva e Várzea) foi realizada visita técnica e constatou-se que a obra foi executada em 100%, em relação ao objeto pactuado em 1999.

Quadro XIV – Meta Física e Financeira da Ação de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Apoiar o beneficiamento de 2.957 famílias com a implantação e melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água.	13.759,71	100	100

No total foram acompanhados durante o exercício de 2008 cerca de 208 convênios celebrados entre a FUNASA e os Gestores Municipais e o Governo do Estado da Bahia, visando a execução de ações de abastecimento de água. O acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de

parecer técnico parcial/final de prestação de contas. A grande maioria dos processos acompanhados encontram-se analisados aguardando providências dos proponentes para sanar as pendências ou em fase de execução, restando apenas uma pequena parcela de processos ainda a serem analisados.

Cada convênio celebrado passa por diversas etapas (procedimentos), seguindo os trâmites estabelecidos pela Presidência da FUNASA, em atendimento à IN-01/07. Para a formalização dos processos e pré-análise, foram seguidos os procedimentos previstos nas Portarias 55 e 56, bem como o roteiro de análise técnica do SISCO. Para o acompanhamento da execução dos convênios foi utilizado o modelo do SIGESAN. Assim, um único processo é avaliado em média 7 vezes (pré-análise (1), análise preliminar (1 ou mais), visita preliminar (1 ou mais), visita de acompanhamento de obras (3 ou mais), visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas (2 ou mais)).

Assim, com base na análise da tabela acima podemos concluir que foram gastos R\$ 13.759,71 para acompanhamento de 208 convênios diferentes, envolvendo várias etapas à nível de escritório e de campo.

Os recursos foram utilizados basicamente para despesas com deslocamento e passagens dos engenheiros, apoio técnico (inspetores e auxiliares de saneamento) e condutores (motoristas).

Se considerarmos um custo médio de R\$ 150,00 / dia / técnico para acompanhamento de campo (visita técnica) e considerando que em cada visita participam ao menos dois servidores (engenheiro + motorista ou técnico de apoio + motorista), teremos uma despesa média de R\$ 300,00 / dia / convênio .

Considerando ainda que cada convênio avaliado em campo demanda em média 2,5 dias úteis para a sua efetivação, ou seja 1 dia de deslocamento de ida, 1 dia de visita técnica e 1/2 dia de deslocamento de retorno ou conjugação com a visita de outro convênio, teremos para as ações de abastecimento de água um montante de R\$ 750,00 / convênio.

Voltando aos dados da tabela acima percebemos que, para a cobertura integral dos 208 convênios seriam necessários gastos num montante de aproximadamente R\$ 156.000,00 (208 x R\$ 750,00). Entretanto, as visitas de acompanhamento absorveram menos de 10% do total dos recursos citados (R\$ 13.759,71).

Embora as diversas dificuldades constatadas durante o exercício de 2008, computamos a conclusão de 6 processos de convênio com cerca de 2.957 famílias beneficiadas com abastecimento público de água com qualidade.

Foram considerados concluídos os seguintes convênios: Ribeira do Pombal (CV_0067/01) com 100% de execução, beneficiando uma população de 28.000 habitantes (1.070 famílias beneficiadas); Wenceslau Guimarães (CV_3604/01) com 87% de execução, beneficiando 295 famílias (357 previstas originalmente); Ibirataia (CV_3616/01) com 100% de execução, beneficiando 68 famílias; Ribeirão do Largo / CERB (CV_0067/01) com 100% de execução, beneficiando 439 famílias; Mutuípe (CV_0169/03) com 100% de execução, beneficiando 81 famílias; Juazeiro (CV_3846/01) com 77,38% de execução, beneficiando 1.004 famílias (1.298 previstas originalmente).

Ação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

Quadro XV – Dados Gerais da Ação Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

A construção de sistema de esgotamento sanitário eficiente gera um elevado impacto social, uma vez que, em curto espaço de tempo, se alcança índices extremamente favoráveis na área de saúde pública e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população.

Os estudos indicam que cerca de 70% das internações hospitalares da rede pública estão relacionadas com doenças de veiculação hídrica que por sua vez estão diretamente ligadas à ausência de tratamento de esgotos domésticos. Estes mesmos estudos mostram que cada dólar investido em saneamento proporciona a economia de cinco na área da saúde.

A Fundação Getúlio Vargas publicou os resultados de um levantamento realizado que conduziu que o esgoto é o serviço que tem “a menor taxa de acesso, menor crescimento de acesso e a pior qualidade percebida entre coleta de lixo, luz e serviço geral de água”. Declarou ainda, que o esgotamento sanitário evoluiu pouco no Brasil e que nos últimos 14 anos, o acesso a esse serviço passou de 36% para 47%. “Está crescendo menos de 1% ao ano nos últimos anos”.

Os sistemas de esgotamento sanitário devem ter planejamento e monitoramento efetivos, tendo sua sustentabilidade na forma eficiente e econômica como são realizados, uma vez que as obras a serem implantadas devem possibilitar uma expansão urbana ordenada, não impedindo, desta forma, o desenvolvimento local.

A fim de sanar este déficit na população brasileira o Governo Lula deu uma prioridade máxima ao esgotamento sanitário dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, com a destinação de mais de dez bilhões para o setor, o que caracteriza a prioridade de uma política pública voltada para a melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro.

No entanto, não basta apenas ter recursos orçados, claro que é uma condição sine qua nom, mas é necessário que os gestores

criem condições também para acessar estes recursos, como por exemplo, melhorando a qualidade na elaboração dos seus projetos e investindo na formação e capacitação de quadros técnicos necessários à implantação e operacionalização dos sistemas de esgotamento sanitário.

Quadro XVI – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário com a SEDUR, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Andaraí	4.125.000,00
Camacan	3.777.777,78
Canavieiras	6.444.444,44
Castro Alves	2.944.444,44
Ibirapuã	1.320.000,00
Itajú do Colônia	2.444.444,44
Itajuípe	3.722.222,22
Itapitanga	2.130.999,60
Itiruçu	3.888.888,89
Muritiba	4.222.222,22
Nazaré	3.888.888,89
Pau Brasil	2.444.444,44
Piritiba	3.444.444,44
Santa Luzia	2.777.777,78
São José da Vitória	2.530.000,00
Ubaitaba	4.055.555,56
Utinga	4.777.777,78
Total	58.939.332,92

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Dos 17 (dezessete) convênios formalizados apenas 02 (dois) não foram analisados (Castro Alves e Itiruçu), enquanto que os demais não foram aprovados em função de pendências técnicas identificadas na fase de análise preliminar.

Quadro XVII – Municípios com Convênio de Esgotamento Sanitário, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Brotas de Macaúbas	154.667,88
Brumado	310.791,78
Gavião	309.995,67
Ibitiara	206.000,00
Itajuípe	515.464,00
Itapicuru	210.589,05
Lapão	1.578.947,37
Milagres	206.200,14
Parapiranga	210.000,00
Santo Estevão	220.529,00
Total	3.923.184,89

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Destes, 05 (cinco) não foram analisados (Ibitiara, Itapicuru, Milagres, Parapiranga e Santo Estevão), enquanto que os demais foram analisados mas apresentam pendências técnicas, inviabilizando assim a sua aprovação.

Quadro XVIII – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário com a SEDUR, Celebrado em 2007, Plano de Aceleração do Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Itagi	2.888.888,89
Macaúbas	4.444.499,99
Maracás	4.888.888,89
Nova Viçosa	4.222.222,22
Total	11.555.611,10

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos estes 04(quatro) convênios não foram aprovados, em virtude de terem sido identificadas pendências técnicas na análise.

Quadro XIX – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário com a SEDUR, Celebrado em 2007, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Boa Vista do Tupim	111.292,14
Ipecaeta	111.349,52
Pindobaçu	111.292,14
Serrinha	111.300,61
Total	445.234,41

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Os processos de Boa Vista do Tupim, Ipecaetá e Serrinha foram analisados, mas apresentaram pendências. Já o processo de Pindobaçu até o momento não foi analisado.

Quadro XX – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário, Celebrados em 2007, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Amélia Rodrigues	1.030.000,00
Salvador	240.000,00
Dias D'Ávila	2.106.976,46
Formosa do Rio Preto	526.767,55
Gavião	412.500,00
Lauro de Freitas	372.340,42
Riacho de Santana	4.536.610,00
Total	9.225.194,43

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Todos estes 07(sete) convênios não foram aprovados, vez que apresentam pendências.

Quadro XXI – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário, Celebrados em 2006, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Almadina	824.000,00
Amélia Rodrigues	927.000,00
Anage	94.500,00
Antas	185.400,00
Antas	92.700,00
Aramari	139.050,00
Barreiras	283.500,00
Brumado	141.750,00
Cachoeira	94.500,00
Catu	94.500,00
Coribe	1.545.000,00
Formosa do Rio Preto	376.307,12
Formosa do Rio Preto	517.162,66
Ibicui	94.800,00
Itapitanga	139.200,00
Mortugaba	1.030.000,00
Nova Soure	1.030.000,00
Ribeira do Pombal	567.000,00
São Domingos	139.050,00
São Gonçalo dos Campos	141.750,00
São Sebastião do Passe	283.500,00
Senhor do Bonfim	250.029,50
Souto Soares	1.979.666,02
Tabocas do Brejo Velho	309.000,00
Total	11.279.365,30

Fonte: Sistema de Análise de Convênio.

Dos 24 (vinte e quatro) convênios de 2006, 04 (quatro) estão aprovados (Amélia Rodrigues, Formosa do Rio Preto, Mortugaba e Souto Soares), 16 (dezesesseis) estão com pendências técnicas e 04 (quatro) em processo de análise técnica (Anage, Antas, Ibicui e Ribeira do Pombal).

Em Amélia Rodrigues o resultado alcançado foi de 39,29%, embora o município tenha recebido 80,00% dos recursos. As obras estão

muito atrasadas e por esse motivo a prestação de contas parcial não foi aprovada.

Quadro XXII – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário, Celebrados em 2005, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Aramari	498.743,40
Aramari	495.254,60
Baixa Grande	2.060.580,33
Boquira	2.141.159,00
Camaçari	1.173.219,99
Camaçari	1.527.634,15
Formosa do Rio Preto	531.252,21
Iambupe	526.315,80
Irecê	188.904,00
Itaparica	1.158.203,75
Itaparica	1.328.592,40
Itapetinga	864.604,05
Itapicuru	309.000,00
Jandaira	796.390,88
Lapão	293.019,87
Lapão	524.996,33
Mirangaba	1.030.225,00
Quinjingue	262.500,01
Rafael Jambeiro	257.500,00
Souto Soares	773.200,06
Teolândia	105.999,99
Ubaitaba	273.924,47
Total	17.121.220,29

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Do total de convênios acima apenas 09 (nove) estão aprovados (Irecê, Itaparica (2), Itapetinga, Itapicuru, Lapão (2), Souto Soares e Ubaitaba). Os demais, 13 (treze), apresentaram pendências técnicas.

Quadro XXIII – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário, Celebrados em 2004, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Alcobaça	164.948,45
Amélia Rodrigues	263.496,00
Biritinga	1.000.538,34
Boa Nova	68.627,01
Correntina	254.616,00
Feira de Santana	177.269,92
Ibicoara	649.009,58
Itamari	172.959,01
Lapão	161.472,60
Lauro de Freitas	229.482,14
Lauro de Freitas	237.245,59
Lauro de Freitas	311.807,40
Lauro de Freitas	691.394,47
Lauro de Freitas	647.002,64
Miguel Calmon	1.424.737,64
Prado	370.793,80
SEDURB (Salvador)	1.453.714,88
SEDURB (Salvador)	5.101.282,77
Santa Brigida	254.138,69
Simões Filho	1.378.933,85
Santanópolis	454.359,36
Sobradinho	169.748,45
Total	15.183.219,23

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos os 22 (vinte e dois) convênios foram analisados, apenas 02 (dois) apresentam pendências técnicas (Boa Nova e Sobradinho) e os restantes estão aprovados.

No município de Miguel Calmon a obra foi executada em 95,22%, com boa qualidade técnica, obedecendo às especificações previstas no projeto original. O município está elaborando a prestação de contas final.

As obras no município de Biritinga estão bastante atrasadas, vez que foram executadas apenas 14,54% das metas previstas

originalmente. Entretanto, o município já recebeu 80% do valor do convênio, e por esse motivo a prestação de contas parcial não foi considerada aprovada.

A execução da obra encontra-se na fase inicial no município de Santa Brígida, o que inviabiliza, neste momento, a avaliação do benefício social. Durante a visita, comprovou-se o início das obras, concentradas nas escavações para o assentamento da unidade de tratamento.

Quadro XXIV – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário, Celebrados em 2003, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Amélia Rodrigues	514.461,34
Aramari	529.126,23
Curaça	360.500,00
Iaçu	326.400,04
Jaguaquara	48.480,00
Mascote	474.160,50
Ribeirão do Largo	1.917.862,60
Total	4.170.990,71

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Os processos de Amélia Rodrigues, Aramari, Curaçá, Iaçu e Mascote estão aprovados. Em Aramari, Iaçu e Mascote a obra foi executada em 67%, 65,65% e 30,48% respectivamente. Em Curaçá a obra encontra-se paralisada. Os processos de Ribeirão do Largo e Jaguaquara ainda encontram-se pendentes de apresentação de documentos complementares, necessários à avaliação do projeto.

Quadro XXV – Municípios do Convênio de Esgotamento Sanitário, Celebrados em 2002, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Alagoinhas	332.356,83
Coronel João Sá	353.500,00
Curaça	164.966,03
Firmino Alves	96.000,00
Guanambi	644.470,75
Ipira	277.440,84
Itaquara	2.145.809,85
Lapão	1.185.025,74
Macaubas	515.225,46
Paulo Afonso	504.200,00
Uaua	2.684.377,71
Vitória da Conquista	995.691,71
Total	9.899.064,92

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Todos estes processos estão aprovados. Em Alagoinhas a obra está em andamento. Em Guanambi 86,95% da obra foi executada e em Itaquara 31,26%, porém esta última não alcançou nenhum benefício social, tendo sido recomendada a abertura de TCE.

No que diz respeito aos convênios de 2001 foi realizada visita técnica em Sátiro Dias (sede e Sátiro Dias), cuja obra foi executada em 89%.

Visitas Técnicas Realizadas nos convênios de 2000 a 1997:

1. Itiruçu, 2000, (sede e nos bairros Centro, Cruzeiro, Santo Antônio, Francisco Inácio e Tancredo Neves) O percentual de execução da obra foi de 94%, os serviços que não foram executados corresponde a R\$16.820,63 (dezesesseis mil oitocentos e vinte reais e sessenta e três centavos);
2. Itiruçu, 1999, (sede e bairros José Alves Teixeira e Itiruçuzinho) e Itiruçu, 1999, (sede e bairros Felícia Di Filippo), ambas obras foram executadas em 100%;

3. Itiruçu, 1998, (sede e bairros Felicia Di Filipo), a obra foi executada em 100%;
4. Jaguarari, 1997, (sede e bairro Odilon Gonçalves), a execução foi de 73,12%, mas com baixa qualidade. Todos os recursos foram liberados no valor de R\$400.000,00 quatrocentos mil reais.

Quadro XXVI – Meta Física e Financeira da Ação de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Apoiar o beneficiamento de 772 famílias com a implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	3.658,10	100	100

No total foram acompanhados durante o exercício de 2008 cerca de 134 convênios celebrados entre a FUNASA e os Gestores Municipais e Governo do Estado da Bahia, visando a execução de ações de esgotamento sanitário. O acompanhamento foi realizado, através da atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial e/ou final de prestação de contas. A grande maioria dos processos acompanhados encontram-se analisados aguardando providências dos proponentes para sanar as

pendências ou em fase de execução, restando apenas uma pequena parcela de processos ainda a serem analisados.

Cada convênio celebrado passa por diversas etapas (procedimentos), seguindo os trâmites estabelecidos pela Presidência da FUNASA, em atendimento à IN-01/07. Para a formalização dos processos e pré-análise, foram seguidos os procedimentos previstos nas Portarias 55 e 56, bem como o roteiro de análise técnica do SISCON. Para o acompanhamento da execução dos convênios foi utilizado o modelo do SIGESAN. Assim, um único processo é avaliado em média 7 vezes (pré-análise (1), análise preliminar (1 ou mais), visita preliminar (1 ou mais), visita de acompanhamento de obras (3 ou mais), visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas (2 ou mais)).

Assim, com base na análise da tabela acima podemos concluir que foram gastos R\$ 3.658,10 para acompanhamento de 134 convênios diferentes, envolvendo várias etapas à nível de escritório e de campo.

Os recursos foram utilizados basicamente para despesas com deslocamento e passagens dos engenheiros, apoio técnico (inspetores e auxiliares de saneamento) e condutores (motoristas).

Se considerarmos um custo médio de R\$ 150,00 / dia / técnico para acompanhamento de campo (visita técnica) e considerando que em cada visita participam ao menos dois servidores (engenheiro + motorista ou técnico de apoio + motorista), teremos uma despesa média de R\$ 300,00 / dia / convênio .

Considerando ainda que cada convênio avaliado em campo demanda em média 2,5 dias úteis para a sua efetivação, ou seja 1 dia de deslocamento de ida, 1 dia de visita técnica e 1/2 dia de deslocamento de retorno ou conjugação com a visita de outro convênio, teremos para as ações de esgotamento sanitário um montante de R\$ 750,00 / convênio.

Voltando aos dados da tabela acima percebemos que, para a cobertura integral dos 134 convênios seriam necessários gastos num montante de aproximadamente R\$ 100.500,00 (134 x R\$ 750,00).

Entretanto, as visitas de acompanhamento absorveram menos de 4% do total dos recursos citados (R\$ 3.658,10).

Embora as diversas dificuldades constatadas durante o exercício de 2008, computamos a conclusão de 3 processos de convênio com cerca de 772 famílias beneficiadas com esgotamento sanitário de qualidade.

Foram considerados concluídos os seguintes convênios: Curaçá (CV_0191/03) com 92% de execução, beneficiando uma população de 1.560 habitantes (312 famílias beneficiadas) e Vitória da Conquista (CV_0265/02) com 100,00% de execução, (beneficiando 460 famílias).

O convênio celebrado com o município de Sátiro Dias (CV_2589/01) com 89,87% de execução, não atingiu o seu alcance social (Sistema sem funcionalidade - previstas originalmente 400 famílias), resultando em processo de TCE em desfavor daquele município.

Ação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

Quadro XXVII – Dados Gerais da Ação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição	Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

As ações de melhorias sanitárias domiciliares são voltadas, prioritariamente, para os domicílios e tem como objetivo atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de instalações sanitárias mínimas, relacionadas ao uso da água e ao destino adequado dos esgotos no domicílio.

São consideradas melhorias sanitárias a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (fossa absorvente) e instalações de: reservatório domiciliar de água; tanque de lavar roupa; lavatório; pia de cozinha, como a ligação à rede de distribuição de água; à rede coletora de esgoto; entre outras.

O grande desafio na implantação das melhorias sanitárias domiciliares, MSD, é o uso adequado destas pela comunidade. A incorporação de hábitos sanitários adequados normalmente não se faz presente na maioria das residências contempladas com MSD.

A não apropriação das melhorias sanitárias pela comunidade contemplada faz com que o impacto destas ações não se reflita diretamente na melhoria da saúde da população. Assim, a simples construção de uma melhoria sanitária domiciliar não garante a incorporação de práticas sanitárias adequadas pela família beneficiada.

Parece ser uma estrutura a parte da casa, em que os moradores não percebem as suas reais vantagens e, portanto não a utilizam plenamente.

Uma das alternativas para modificar esta situação é o desenvolvimento paralelo de atividades educativas, junto à população a ser beneficiada, com vistas a alertar e clarear sobre os benefícios da benfeitoria e o grau de interferência positiva, através do seu uso adequado, na qualidade de vida e estado de saúde da comunidade.

Quadro XXVIII – Municípios com Processos de Convênios de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Andaraí	944.920,00
Apuarema	672.345,00
Canavieiras	899.100,00
Castro Alves	947.386,43
Curaçá	526.500,00
Floresta Azul	601.500,00
Ibotirama	876.000,00
Iramaia	619.240,00
Itabela	949.000,00
Itagiba	535.000,00
Itajú do Colônia	877.000,00
Itambé	949.000,00
Itiruçu	892.241,00
Maracás	949.000,00
Morro do Chapéu	963.224,81
Ubatuba	471.189,60
Ubatã	948.065,92
Total	13.620.712,76

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Dos convênios de MSD 2008, PAC, foram analisados 17(dezessete), mas apenas 01 (um) foi aprovado, ou seja, o de Castro Alves (sede e zona rural), no qual foi realizada visita técnica preliminar para confirmação da real necessidade de construção de 295 unidades sanitárias.

Realizou-se ainda visita técnica preliminar no município de Itagibá (zona rural), para certificar a necessidade da construção de 178 (cento e setenta e oito) módulos sanitários. Em virtude de o projeto ter apresentado pendências técnicas, o mesmo só poderá ser aprovado após a resolução destas pelo município.

Quadro XXIX – Municípios do Convênio de Melhorias Sanitárias Domiciliares da SEDUR, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Capela do Alto Alegre	112.000,00
Feira de Santana	556.000,00
Total	668.000,00

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos este 02 (dois) convênios foram analisados e apresentam pendências técnicas.

Quadro XXX – Municípios com Processos de Convênios de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Aratupe	361.500,00
Brumado	334.050,00
Calcule	309.300,00
Central	99.992,00
Cipó	105.000,00
Elísio Medrado	259.000,00
Guajeru	154.653,10
Ibitita	105.000,00
Mansidão	156.000,00
Mortugaba	207.000,00
Oliveira dos Brejinhos	310.000,00
Ribeira do Pombal	317.041,02
Sebastião Laranjeiras	155.000,00
Teodoro Sampaio	156.000,00
Total	3.029.536,12

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Destes, 05 (cinco) ainda apresentam pendências técnicas (Aratupe, Cipó, Elísio Medrado, Sebastião das Laranjeiras e Teodoro Sampaio) e os outros 09 (nove) não foram analisados até o momento.

Em relação ao município de Elísio Medrado (localidades de Alambique, Água Branca, Alto São José, Capivara, Chapadinha, Sitio do Meio I, Sitio do Meio II, Serrote I, Serrote II, Palmeira, Lajedo do Joca e

Horta) foi realizada visita técnica preliminar para certificar a necessidade da construção de 295 (duzentas e noventa e cinco) unidades sanitárias.

Quadro XXXI – Municípios com Convênio de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Celebrados em 2007, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Camacan	949.009,01
Candido Sales	949.000,00
Carinhanha	290.000,00
Chorrochó	419.741,82
Ibirapuã	283.872,21
Itagi	900.000,00
Itajuípe	928.500,00
Itanagra	463.977,00
Itaparica	929.990,40
Itapitanga	567.246,00
Jussiape	312.000,00
Macaúbas	588.734,92
Mairí	944.799,41
Malhada	601.000,00
Mascote	889.002,00
Morpará	516.800,00
Muritiba	948.150,00
Nova Viçosa	426.937,30
Pau Brasil	928.000,00
Piritiba	930.600,00
Riacho de Santana	630.000,00
Ruy Barbosa	948.000,00
Santa Luzia	901.501,62
São José da Vitória	928.300,58
Saúde	934.400,00
Sítio do Mato	249.200,29
Sobradinho	825.286,00
Ubaíra	619.050,00
Uruçuca	927.900,00
Utinga	948.003,70
Várzea Nova	929.429,48
Total	22.608.431,74

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Totalizam 31 (trinta e um) convênios do PAC celebrados em 2007, dos quais 20 (vinte) estão aprovados e 11 (onze) permanecem com pendências técnicas.

Do total de projetos aprovados, apenas parte tiveram início das obras confirmada, em razão da liberação dos recursos (20%) pela FUNASA. Nos demais não foram agendadas visitas técnicas em função das obras ainda não terem sido iniciadas. Na lista abaixo relacionamos os processos aprovados cujas obras ainda não foram iniciadas:

- 1.** Morpará, construção de 159 (cento e cinquenta e nove) módulos sanitários;
- 2.** Chorrochó, construção de 150 (cento e cinquenta) módulos sanitários;
- 3.** Utinga (sede, Cambuí, São Roque, Cabeceira do Rio), construção de 337 módulos sanitários. O município apresentou nova relação de beneficiários, bem como, novos croquis, pendências que foram identificadas em visita anterior, já solucionadas;
- 4.** Riacho de Santana, construção de 210 módulos sanitários;
- 5.** Camacan, construção de 337 módulos sanitários;
- 6.** Santa Luzia, construção de 299 módulos sanitários;
- 7.** Itapitanga, construção de 190 módulos sanitários;
- 8.** Itanagra (zona rural), construção de 155 módulos sanitários;
- 9.** Muritiba (zona rural), construção de 295 módulos sanitários;
- 10.** Ibirapuã (zona rural) para construção de 95 módulos sanitários;
- 11.** Mairi, construção de 281 unidades sanitárias em diversas localidades. Durante a visita foram realizadas algumas correções na lista de beneficiários e croqui.

Foram constatadas que as obras encontram-se em andamento nos seguintes municípios:

- 1.** Ubaíra (sede e zona rural), iniciada a construção de 217 módulos sanitários;
- 2.** Várzea Nova, iniciada a construção de 328 módulos sanitários, a execução até o momento é de 10,80%, com boa qualidade e

3. Itagi, iniciada a construção de 308 módulos sanitários.

Em visita técnica preliminar realizada no município de Pau Brasil (Sede, Taquarí e Região das Pratas), para verificação da necessidade de construção de 323 módulos, e em Piritiba (Largo, Areia Branca, Andaraí e Cigana), para a construção de 207 unidades sanitárias, verificou-se que a aprovação está na dependência da resolução das pendências técnicas. Os demais processos que também estão com pendências são: Itajuípe Malhada, Mascote, Ruy Barbosa, Santa Luzia, Saúde, Sobradinho, Urucuca e São José da Vitória.

Quadro XXXII – Municípios com Convênio de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Celebrados em 2007, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Acajutiba	159.613,30
Amélia Rodrigues	105.000,00
Antônio Cardoso	123.718,44
Barra do Choça	158.200,00
Belmonte	518.348,00
Brotas de Macaúbas	103.259,31
Caem	103.265,91
Campo Formoso	464.601,68
Capim Grosso	105.500,00
Conde	515.656,00
Dias D'Ávila	209.511,46
Entre Rios	210.560,99
Formosa do Rio Preto	516.000,00
Governador Mangabeira	209.914,16
Iaçu	369.252,00
Ibipitanga	103.125,00
Ibirapua	206.321,52
Ibitiara	105.300,00
Irajuba	72.200,00
Iraquara	310.704,65
Irecê	168.600,00
Itaparica	208.843,68
Itapetinga	569.886,47
Itapitanga	105.000,00
Ituaçu	105.000,00

Município	Valor do Convênio R\$
Jucuruçu	157.190,49
Lagoa Real	108.666,45
Lagoa Real	210.527,55
Lapão	106.251,11
Lençóis	156.947,11
Luis Eduardo Magalhães	516.000,00
Luis Eduardo Magalhães	1.032.000,00
Macajuba	103.595,97
Mairí	207.450,57
Mirante	105.000,00
Mucugê	264.678,88
Mundo Novo	216.300,00
Muritiba	318.816,10
Nova Itarana	257.842,00
Nova Viçosa	105.352,58
Paratinga	205.516,11
Pilão Arcado	429.000,00
Piripa	156.000,00
Planalto	73.570,00
Rafael Jambeiro	206.720,00
Remanso	105.963,26
Santo Estevão	265.380,00
Sento Sé	105.963,26
Serra Dourada	207.717,50
Tanhaçu	124.200,80
Tanquinho	156.000,00
Wagner	103.100,00
Total	11.833.132,31

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Dos processos relacionados acima, apenas 28 (vinte e oito) estão aprovados, incluindo a realização de visita técnica preliminar. Entretanto as obras ainda não foram iniciadas nos seguintes municípios:

1. Amélia Rodrigues (zona urbana), construção de 35 módulos sanitários;
2. Belmonte, construção de 172 módulos sanitários;
3. Brotas de Macaúbas (sede e zona rural), construção de 197 (cento e noventa e sete) módulos sanitários;
4. Conde, construção de 174 unidades sanitárias;

- 5.** Governador Mangabeira (zona rural), construção de 72 módulos sanitários;
- 6.** Irajuba, construção de 24 módulos sanitários;
- 7.** Iraquara, construção de 100 módulos sanitários;
- 8.** Ituaçu (sede, Água Preta e Rego Novo), construção de 38 módulos sanitários;
- 9.** Lagoa Real, construção de 70 módulos sanitários; .
- 10.** Lagoa Real, construção de 36 módulos sanitários.
- 11.** Mirante (povoado de Areião), construção de 38 módulos sanitários;
- 12.** Mucugê (Ibicoara e Caraíbas), construção de 96 módulos sanitários;
- 13.** Muritiba, construção de 102 módulos sanitários;
- 14.** Paratinga (Paratinginha, Coqueiro e Tomba), construção de 69 módulos sanitários;
- 15.** Tanhaçu, construção de 40 módulos sanitários.

Além desses, também foram aprovados os seguintes processos: Antônio Cardoso, Barra do Choça, Iaçu, Ibirapua, Itaparica, Itapetinga, Itapitanga, Lapão, Mairí, Nova Viçosa, Paratinga, Remanso, Santo Estevão e Serra Dourada.

Municípios com pendências técnicas, inviabilizando a aprovação:

- 1.** Acajutiba, povoado Saco do Rocha, prevendo a construção de 70 unidades. O projeto não foi aprovado até o momento em função de apresentar divergências em relação à proposta inicial;
- 2.** Caem, prevendo a construção de 33 módulos sanitários;
- 3.** Dias D'Ávila (zona rural), prevendo a construção de 75 módulos sanitários;
- 4.** Entre Rios, prevendo a construção de 70 unidades sanitárias;

5. Formosa do Rio Preto, prevendo a construção de 169 módulos sanitários. A documentação encontrava-se incompleta, o que não permitiu a sua aprovação;
6. Irecê, prevendo a construção de 60 módulos sanitários;
7. Nova Itarana, prevendo a construção de 94 módulos sanitários.

Os demais municípios cujos processos apresentaram pendências técnicas no projeto são: Campo Formoso, Capim Grosso, Ibipitanga, Ibitiara, Jucuruçu, Lençóis, Macajuba, Mundo Novo, Pilão Arcado, Piripa, Planalto, Rafael Jambeiro, Sento Sé, Tanquinho e Wagner.

Os dois convênios relativos a Luis Eduardo Magalhães até o momento não foram analisados.

Quadro XXXIII – Municípios com Convênio de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Celebrados em 2006, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Amargosa	94.500,00
Andaraí	309.000,00
Andorinha	185.400,00
Baixa Grande	93.524,01
Camamu	255.150,00
Campo Formoso	94.800,00
Canarana	284.904,79
Canavieiras	987.000,00
Cipó	139.175,40
Cristópolis	139.050,09
Cristópolis	278.100,00
Euclides da Cunha	183.500,00
Formosa do Rio Preto	478.950,00
Gavião	120.957,88
Gongogi	139.050,00
Iaçu	283.500,00
Irecê	787.792,38
Itabela	252.000,00
Itagi	92.700,00
Itanhém	92.700,00
Jacobina	190.005,51
Livramento de Nossa Senhora	378.000,00

Município	Valor do Convênio R\$
Maetinga	139.050,00
Mansidão	187.200,00
Macionílio Souza	139.050,00
Muquém do São Francisco	139.050,00
Nova Redenção	139.050,00
Pintadas	116.000,00
Piritiba	139.175,40
Salvador	378.000,00
Santa Maria da Vitória	421.117,55
Santa Rita de Cássia	231.750,00
Santana	52.680,92
Simões Filho	519.750,00
Tapiramuta	139.050,00
Teodoro Sampaio	139.180,48
Uibai	115.985,26
Total	8.855.849,67

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Visita técnica realizada nos municípios com projetos aprovados:

1. Andaraí (Assentamento e Itaguassú VIII), construção de 123 unidades sanitárias, encontra-se com obras em andamento;
2. Canavieiras, construção de 395 módulos sanitários, das quais 203 já foram executados, representando 36,38% da meta original. As obras encontram-se paralisadas;
3. Cipó (zona rural), construção de 50 módulos sanitários;
4. Formosa do Rio Preto (Lapa, São Marcelo e outros), construção de 192 módulos sanitários. Já foram construídos 113 módulos, com boa qualidade;
5. Gavião, construção de 44 unidades sanitárias. A prestação de contas parcial foi aprovada;
6. Iaçu, construção de 123 unidades sanitárias, das quais 98,85% estão concluídas. Os serviços estão sendo executados com boa qualidade técnica, obedecendo às especificações previstas no projeto original, sendo ainda necessárias algumas correções, apontadas no último relatório de acompanhamento;

- 7.** Itabela, construção de 118 módulos sanitários. A obra já foi executada em 75%, apresentando boa qualidade;
- 8.** Itagi, construção de 40 módulos sanitários. A obra está em andamento;
- 9.** Jacobina (Lages do Batata), construção de 61 módulos sanitários, dos quais 52 encontravam-se em fase final de acabamento. O objeto pactuado está sendo cumprido e está sendo feito o acompanhamento e parecer técnico final.
- 10.** Livramento de Nossa Senhora, construção de 151 módulos. A obra está em andamento e já foram executados 84,76% dos serviços propostos;
- 11.** Nova Redenção, construção de 55 unidades sanitárias. O resultado alcançado relativo ao objeto pactuado foi de 99,86%. Os serviços realizados apresentam boa qualidade e estão em fase final de acabamento. A prestação de contas parcial já foi considerada aprovada;
- 12.** Pintadas (Raspador), construção de 51 unidades sanitárias. A prestação de contas final já foi realizada e o resultado alcançado relativo ao objeto pactuado foi de 89,51%, devido a não execução de dois módulos sanitários e outros serviços executados fora das especificações técnicas. Os serviços que foram efetivamente realizados apresentam boa qualidade, apesar desta área aprovar a prestação de contas final com ressalvas. Foi sugerido na prestação de contas final que o proponente deverá devolver aos cofres públicos o valor correspondente aos serviços não realizados e/ou não acatados pela área técnica;
- 13.** Piritiba, construção de 50 unidades sanitárias. A obra relativa a este convênio encontra-se concluída em 96,00%. Os serviços estão sendo executados com boa qualidade técnica, obedecendo às especificações previstas no projeto original;
- 14.** Salvador (zona urbana), construção de 130 módulos sanitários domiciliares, obra em andamento.

- 15.** Teodoro Sampaio, construção de 56 unidades sanitárias. Não foi aprovada a prestação de contas parcial.

Os municípios de Amargosa, Baixa Grande, Camamu, Canarana, Cristópolis (2), Irecê, Itanhém, Maetinga, Mansidão, Muquém do São Francisco, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana, Tapiramuta e Uibai possuem processos aprovados mas sem registro de acompanhamento técnico recente.

Os municípios cujos processos ainda apresentam pendências técnicas são: Andorinha, Campo Formoso, Euclides da Cunha, Macionílio Souza e Simões Filho. O projeto do município de Gongogi ainda está em processo de análise.

Quadro XXXIV – Municípios com Convênio de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Celebrados em 2005, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Andaraí	52.839,00
Antonio Cardoso	42.539,01
Baixa Grande	82.482,24
Barra do Mendes	186.147,09
Bom Jesus da Lapa	883.276,14
Boquira	216.872,19
Cafarnaum	52.181,96
Camaçari	551.000,00
Cipó	211.233,23
Coaraci	603.971,40
Conceição do Almeida	109.551,00
Formosa do Rio Preto	412.371,69
Formosa do Rio Preto	231.750,00
Irecê	157.590,00
Itagi	83.225,42
Itubera	132.439,52
Jaborandi	242.000,00
Jandaira	319.727,10
Maragogipe	552.650,28
Marcionílio Souza	284.265,25
Mortugaba	53.796,90

Município	Valor do Convênio R\$
Remanso	77.514,22
Ruy Barbosa	154.084,70
São Gonçalo dos Campos	278.100,00
Sebastião Laranjeiras	45.213,01
Sento Sé	108.797,57
Simões Filho	172.864,00
Souto Soares	126.210,08
Uaua	41.199,29
Uruçuca	34.499,89
Total	6.583.074,51

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Processos com Visitas técnicas realizadas:

1. Antônio Cardoso, construção de 18 unidades sanitárias. O resultado alcançado foi de 100%, com boa qualidade técnica;
2. Coaraci, construção de 241 módulos sanitários. A obra já foi executada em 75% com boa qualidade;
3. Camaçari, para construção de 218 módulos sanitários. A prefeitura solicitou prorrogação de prazo de vigência em razão do atraso na licitação. A vigência do convênio expirou e as obras não chegaram a ser iniciadas até o momento. Por essa razão o município foi notificado a devolver os recursos;
4. Irecê, construção de 60 módulos sanitários. O projeto foi aprovado e a obra ainda não foi iniciada;
5. Itagi, construção de 40 módulos sanitários. Obra em andamento;
6. Ituberá no Bairro de Pedreira, construção dos 67 módulos sanitários. Todos foram construídos com qualidade satisfatória;
7. Jaborandi nas localidades Sede, Zé Alves, Barreirinho, Lajeado e Planalto. Construção de 93 módulos sanitários, sendo todos concluídos com uma boa qualidade;
8. Jandaira (zona urbana e rural), construção de 124 módulos sanitários. Obra em andamento;

9. São Gonçalo dos Campos, construção de 108 unidades sanitárias. A prestação de contas parcial não foi aprovada;

10. Simões Filho, construção de 74 unidades sanitárias.

Convênios que estão aprovados: Andaraí, Baixa Grande, Barra do Mendes, Bom Jesus da Lapa, Boquira, Cafarnaum, Camaçari, Cipó, Conceição do Almeida, Formosa do Rio Preto (2), Maragogipe, Marcionílio Souza, Mortugaba., Remanso, Ruy Barbosa, Sento Sé, , Souto Soares, Uaua e Uruçuca.

O projeto do município de Sebastião das Laranjeiras não foi aprovado até o momento, em função de pendências técnicas.

Quadro XXXV – Municípios com Convênio de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Celebrados em 2004, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Água Fria	183.348,96
Andorinha	168.096,00
Aramari	165.564,59
Aratuípe	91.585,58
Baixa Grande	84.336,84
Barrocas	164.658,88
Belo Campo	83.070,00
Brumado	101.243,23
Buritirama	82.411,80
Camacan	206.005,30
Castro Alves	221.617,86
Catu	210.336,84
Coaraci	271.263,82
Conceição do Almeida	252.402,56
Cordeiros	158.772,48
Curaça	315.000,00
Dario Meira	258.787,02
Elísio Medrado	88.000,00
Encruzilhada	82.400,00
Euclides da Cunha	128.544,43
Feira de Santana	54.893,32
Feira de Santana	230.208,97
Iaçu	259.403,39

Município	Valor do Convênio R\$
Ibotirama	156.739,84
Ichu	165.094,23
Iraquara	103.000,00
Irecê	126.193,92
Itaite	742.630,03
Itagiba	158.653,61
Itaquara	395.245,70
Jaborandi	172.380,14
Jequié	90.499,92
Juazeiro	474.217,49
Lagedo do Tabocal	84.251,53
Lagedo do Tabocal	167.891,57
Maracas	270.607,50
Mata de São João	264.000,00
Pintadas	82.400,00
Piraí do Norte	157.416,00
Pojuca	215.311,74
Presidente Tancredo Neves	104.998,92
Ribeirão do Largo	158.549,62
Santa Cruz Cabralia	606.653,48
Santana	257.872,59
Santanópolis	185.400,00
São Félix do Coribe	274.200,00
São Gonçalo dos Campos	175.101,71
Senhor do Bonfim	460.446,25
Sento Sé	174.043,49
Simões Filho	181.437,60
Tapiramuta	145.729,08
Tucano	123.600,00
Ubaíra	159.239,00
Vera Cruz	84.189,81
Xique-Xique	351.818,24
Total	11.131.764,88

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Visitas técnicas realizadas:

1. Água Fria, (Jacaré e Topo), construção de 89 unidades sanitárias. A obra está paralisada e os serviços executados, até então, com qualidade inadequada;
2. Aramari (zona rural), construção de 80 módulos sanitários;
3. Brumado, construção de 49 módulos sanitários. A obra foi executada em 95,77%. A qualidade da execução é satisfatória.

- 4.** Catú (sede e zona rural). Construção de 101 módulos sanitários. Os serviços foram desenvolvidos com boa qualidade técnica;
- 5.** Conceição de Almeida (zona urbana e rural), construção de 107 módulos sanitários. As obras estão paralisadas;
- 6.** Curaçá, três visitas para acompanhamento, construção de 152 (cento e cinquenta e dois) módulos sanitários, nos povoados de Poço de Fora e Cerca de Pedra. O município solicitou a redução de 152 (cento e cinquenta e dois) módulos para 116(cento e dezesseis), o que foi aceito pela Divisão de Engenharia da Coordenação Regional, mas ainda não ocorreu a publicação da alteração do objeto. Na última visita verificou-se que 94,75% da obra já havia sido executada em relação aos cento e dezesseis conjuntos;
- 7.** Dario Meira (zona rural), construção de 125 módulos sanitários. A obra foi executada em 81,35%, está em andamento e a qualidade da execução razoável;
- 8.** Feira de Santana (zona rural), construção de 114 unidades sanitárias. O resultado alcançado foi de 98,25%, devido a não execução de dois módulos. Os serviços que foram realizados apresentam boa qualidade, apesar da prestação de contas final não ter sido aprovada, em função da não execução de 1,75% dos serviços previstos. De acordo com o preposto e interlocutor do município, existe o interesse em sanar as pendências apontadas e em seguida solicitar uma nova visita;
- 9.** Iaçú, construção de 115 unidades sanitárias. As obras relativas a este convênio foram concluídas em 95,53%, com boa qualidade técnica, obedecendo as especificações previstas no projeto original, sendo necessário algumas correções apontadas no último relatório de acompanhamento. Na prestação de contas parcial recomendou-se fazer as correções solicitadas;
- 10.** Iraquara (zona rural), construção de 52 módulos sanitários. A obra foi executada em 97,31%, A qualidade da execução foi satisfatória;

- 11.** Itaquara (sede), construção de 185 unidades sanitárias, das quais 171 já foram concluídas, o que representa 82,23% da meta original. A obra está paralisada aguardando liberação de nova parcela de recursos;
- 12.** Mata de São João, construção de 115 unidades sanitárias. O resultado alcançado foi de 100%, com boa qualidade técnica;
- 13.** Ribeirão do Largo, construção de 70 módulos sanitários, sendo construídos 60. A obra foi executada em 70% e está paralisada sem justificativas;
- 14.** Santa Cruz Cabrália, construção de 256 unidades sanitárias, das quais 173 foram executadas, representando 42,46% da meta original. As obras encontram-se paralisadas sem justificativa oficial;
- 15.** Santanópolis (sede e localidade Rumo I), construção de 90 unidades sanitárias. A fiscalização do município é ineficiente, tendo sido detectadas diversas pendências na execução das unidades. A prestação de contas parcial não foi aprovada, até que as impropriedades sejam corrigidas.
- 16.** São Gonçalo dos Campos, construção de 85 unidades sanitárias. O resultado alcançado relativo ao objeto pactuado foi de 70,99%, devido a não execução de alguns itens na planilha orçamentária. Os serviços que foram realizados não apresentam boa qualidade. A prestação de contas não foi aprovada;
- 17.** Sento Sé, construção de 80 unidades sanitárias. Ainda não foi alcançado nenhum resultado, devido à baixa qualidade na execução dos serviços. Convênio encontra-se em vigor com 60 módulos em andamento. A prestação de contas parcial foi aprovada com ressalvas;
- 18.** Simões Filho, construção de 87 unidades sanitárias;
- 19.** Vera Cruz, localidade de Jiribatuba, construção de 37 unidades sanitárias. O município não fiscaliza a obra, a qual apresenta impropriedades. Por essa razão a prestação de contas parcial não foi aprovada.

Todos os demais convênios estão aprovados: Andorinha, Aratuípe, Baixa Grande, Barrocas, Belo Campo, Buritirama, Camacan, Castro Alves, Coaraci, Cordeiros, Elísio Medrado, Encruzilhada, Euclides da Cunha, Ibotirama, Ichu, Irecê, Itaite, Itagiba, Jaborandi, Jequié, Juazeiro, Lagedo do Tabocal (2), Maracás, Pintadas, Piraí do Norte, Pojuca, Presidente Tancredo Neves, Santana, São Félix do Coribe, Senhor do Bonfim, Tapiramuta, Tucano, Ubaíra e Xique-Xique.

Quadro XXXVI – Municípios com Convênio de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Celebrados em 2003, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Aramari	66.539,77
Aratuípe	154.673,50
Belo Campo	315.205,68
Catu	168.118,11
Coaraci	271.261,70
Iaçu	164.751,00
Itiuba	107.808,35
Juazeiro	137.387,65
Macurure	91.464,00
Macurure	150.615,80
Pau Brasil	50.835,80
Rio do Pires	87.548,83
Santo Antônio de Jesus	54.240,56
São Félix	310.791,97
Saúde	155.382,00
Várzea do Poço	312.712,00
Wanderley	144.200,00
Total	2.743.536,72

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Foram realizadas visitas técnicas nos municípios de:

1. Belo Campo, construção de 128 módulos sanitários, os quais foram concluídos com pequenas pendências, representando 99,09%;

2. Catú (sede e zona rural), construção de 83 unidades sanitárias. O resultado alcançado relativo ao objeto pactuado foi de 100%, com boa qualidade técnica. Em função do saldo financeiro o município solicitou aumento de meta, sendo acatada pela área técnica;
3. Itiúba na localidade de Jacurici da Leste, construção de 50 unidades sanitárias. O resultado alcançado está sendo de 73,89%, pois foram executados 35 módulos sanitários de boa qualidade. O serviço relativo ao convênio encontra-se em andamento e a prestação de contas parcial já foi realizada;
4. Macururé, construção de 51 unidades sanitárias, o resultado alcançado foi de 90,52%, devido a não execução de alguns itens na planilha orçamentária. Os serviços que foram realizados apresentam boa qualidade, apesar da prestação de contas final ter sido aprovada parcialmente, em função da não execução de 9,48% dos serviços previstos. O município solicitou nova visita técnica;
5. Várzea do Poço, construção de 166 unidades sanitárias. A obra encontra-se paralisada com 70,05% dos serviços executados.

Os projetos dos municípios a seguir foram considerados aprovados: Aratuípe, Coaraci, Iaçú, Juazeiro, Macururé, Pau Brasil, Rio do Pires, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Saúde e Wanderley.

Quadro XXXVII – Municípios com Convênio de Melhorias Sanitárias Domiciliares, Celebrados em 2002, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Almadina	248.112,89
Andorinha	413.189,13
Apuarema	82.611,60
Banzae	63.646,40
Barreiras	370.501,59
Boa Vista do Tupim	819.690,46

Município	Valor do Convênio R\$
Boquira	206.231,18
Brejões	412.945,02
Buritirama	132.680,28
Caetité	281.390,03
Caldeirão Grande	506.484,65
Canudos	212.361,47
Canudos	412.462,86
Caravelas	404.125,46
Casa Nova	231.852,24
Catu	285.284,35
Caturama	82.797,78
Coaraci	255.102,89
Conceição do Jacuipe	157.452,95
Correntina	278.715,89
Cristopolis	81.375,20
Curaça	440.516,85
Dario Meira	140.371,38
Dom Basilio	82.819,00
Erico Cardoso	82.806,31
Formosa do Rio Preto	742.529,70
Gandu	195.270,96
Ibiassuce	252.552,45
Ibicoara	317.856,16
Ibipeba	1.547.056,86
Ibiquera	153.061,40
Ibirapitanga	235.338,64
Igapora	248.596,37
Igrapiuna	284.600,84
Inhambupe	114.931,85
Irece	643.861,93
Itabela	63.900,70
Itabela	344.939,18
Itaete	619.952,21
Itagimirim	111.742,98
Itanhem	151.459,83
Itirucu	605.990,87
Jaborandi	366.618,18
João Dourado	412.542,49
Lajedo do Tabocal	109.952,00
Lajedo do Tabocal	367.332,00

Município	Valor do Convênio R\$
Lapão	527.889,26
Mairi	263.927,77
Mairi	1.437.815,01
Matina	92.137,49
Medeiros Neto	391.110,88
Morro do Chapéu	407.876,00
Mutuipe	265.755,45
Nova Itarana	202.061,03
Pintadas	214.424,26
Pirai do Norte	151.460,38
Presidente Tancredo Neves	157.853,82
Salvador	1.332.095,90
Santa Luz	164.276,75
Santana	1.216.523,85
São Domingos	154.672,40
São Félix	253.068,50
São Miguel das Matas	151.541,23
São Sebastião do Passé	504.384,09
Saubara	303.473,04
SEINFRA (Barro Preto)	91.029,11
SEINFRA (Barrocas)	89.232,23
SEINFRA (Bom Jesus da Serra)	89.152,22
SEINFRA (Brejolandia)	89.152,22
SEINFRA (Canápolis)	89.152,22
SEINFRA (Chorrocho)	89.152,22
SEINFRA (Elisio Medrado)	89.232,53
SEINFRA (Ilheus)	121.707,59
SEINFRA (Ipupiara)	89.152,83
SEINFRA (Jacobina)	735.734,72
SEINFRA (Lajedão)	87.800,19
SEINFRA (Luis Eduardo Magalhães)	89.152,28
SEINFRA (Macurure)	89.232,53
SEINFRA (Mansidão)	89.152,22
SEINFRA (Queimadas)	226.207,16
SEINFRA (Rio do Pires)	89.151,62
SEINFRA (Rodelas)	90.974,44
SEINFRA (Sebastião Laranjeiras)	89.152,22
SEINFRA (Vereda)	88.905,26
SEINFRA (Wanderley)	144.699,71
Senhor do Bonfim	234.835,35

Município	Valor do Convênio R\$
Serra Preta	122.407,00
Taperoa	217.675,23
Uaua	404.810,00
Ubaira	412.543,24
Várzea do Poço	631.993,40
Vereda	80.868,08
Total	27.530.220,39

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Visitas técnicas realizadas:

1. Salvador (Alto de Coutos I, Alto de Coutos II e Fazenda Coutos), construção de 804 módulos sanitários domiciliares, com obra em andamento;
2. São Sebastião do Passé,(zona urbana), construção de 263 módulos sanitários domiciliares. A obra está paralisada por mudança de gestão;
3. Mairi, construção de 782 módulos sanitários domiciliares. 364 módulos sanitários construídos (38,9%), 418 parcialmente construídos (44,7%) e 153 não executados (16,4%). A maioria dos módulos visitados não exhibe boa qualidade aparente, além de apresentarem as tubulações das pias, tanques de lavar roupas e lavatórios danificados. Em algumas situações, estes equipamentos também se encontram quebrados. Salienta-se que foram observados casos em que os moradores dedicaram maior zelo à melhoria implantada. Alguns deles, inclusive, fizeram reformas, assentaram cerâmicas, enfim, melhoraram de fato as condições sanitárias domiciliares;
4. Santa Luz (Pereira e Algodões), construção de 105 unidades sanitárias. O resultado alcançado relativo ao objeto pactuado foi de 80,01% , devido a não execução de três módulos sanitários e outros serviços executados fora das especificações técnicas. Os serviços

que foram efetivamente realizados apresentam qualidade razoável. Foi sugerido na prestação de contas final que o proponente deverá devolver aos cofres públicos o valor correspondente aos serviços não realizados e / ou não acatado pela área técnica.

Visitas Técnicas Realizadas nos convênios de 2001 a 1998:

- 1.** Itamarajú, 2001, (Sede e Bairros de Marotinho e Fátima) construção de 120 módulos sanitários, dos quais foram 55% executados. 100% dos recursos financeiros foram liberados no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- 2.** Piripá, 2001, (Sede e Povoado Ressaca), construção de 189 unidades domiciliares, das quais 147 foram executadas. O objetivo da visita foi à emissão de parecer técnico final de TCE. A obra foi concluída em 61,91%;
- 3.** Ibipeba, 2000, (Sede e Povoado Lagedinho e Lagedinho I), construção de 152 módulos sanitários. Todos os recursos foram liberados no valor de R\$ 142.038,40 (cento e quarenta e dois mil trinta e oito reais e quarenta centavos). A obra foi executada em 100%;
- 4.** Itiruçu, 2000, nos Povoados de Marialva (10), Tabuleiro (23), Várzea (87), Provisão 13), Eucalipto (13), Bananal (12), João Cabiludo (39) e Tiririca (23), totalizando 210 construções. 100% dos recursos foram liberados no valor de R\$ 158.404,90 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e quatro reais e noventa centavos). A obra foi executada em 77%;
- 5.** Itiruçu, 1999, na sede, loteamento Irmãos Pelagatti, Real, (42), Vila Geraldo Cerqueira, Feto, (60) e Povoado Upabuçu (98), totalizando 200 construções. O valor dos recursos liberados foi de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um reais), que representa 100% do valor pactuado. A obra foi concluída, sendo que foram construídos 225 módulos sanitários, sendo 25 unidades acima do previsto como compensação por outros serviços não executados.

6. Itiruçu, 1998, (sede e Itiruçu), construção de 500 módulos, cujo montante de recursos é o valor de R\$ 269.100,00 (duzentos e sessenta e nove mil e cem reais), os quais já foram 100% liberados. A obra foi 100% executada.

Quadro XXXVIII – Meta Física e Financeira da Ação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Apoiar o beneficiamento de 667 famílias para a implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos.	94.418,41	100	100

No total foram acompanhados durante o exercício de 2008 cerca de 365 convênios celebrados entre a FUNASA e os municípios / Governo do Estado da Bahia, visando a execução de ações de melhorias sanitárias domiciliares. O acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas. A grande maioria dos processos acompanhados encontram-se analisados aguardando providências dos proponentes para sanar as pendências ou em fase de execução, restando apenas uma pequena parcela de processos ainda a serem analisados.

Cada convênio celebrado passa por diversas etapas (procedimentos), seguindo os trâmites estabelecidos pela Presidência da

FUNASA, em atendimento à IN-01/07. Para a formalização dos processos e pré-análise, foram seguidos os procedimentos previstos nas Portarias 55 e 56, bem como o roteiro de análise técnica do SISCON. Para o acompanhamento da execução dos convênios foi utilizado o modelo do SIGESAN. Assim, um único processo é avaliado em média 7 vezes (pré-análise (1), análise preliminar (1 ou mais), visita preliminar (1 ou mais), visita de acompanhamento de obras (3 ou mais), visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas (2 ou mais)).

Assim, com base na análise da tabela acima podemos concluir que foram gastos R\$ 94.418,41 para acompanhamento de 365 convênios diferentes, envolvendo várias etapas à nível de escritório e de campo.

Os recursos foram utilizados basicamente para despesas com deslocamento e passagens dos engenheiros, apoio técnico (inspetores e auxiliares de saneamento) e condutores (motoristas).

Se considerarmos um custo médio de R\$ 150,00 / dia / técnico para acompanhamento de campo (visita técnica) e considerando que em cada visita participam ao menos dois servidores (engenheiro + motorista ou técnico de apoio + motorista), teremos uma despesa média de R\$ 300,00 / dia / convênio .

Considerando ainda que cada convênio avaliado em campo demanda em média 2,5 dias úteis para a sua efetivação, ou seja 1 dia de deslocamento de ida, 1 dia de visita técnica e 1/2 dia de deslocamento de retorno ou conjugação com a visita de outro convênio, teremos para as ações de melhorias sanitárias domiciliares um montante de R\$ 750,00 / convênio.

Voltando aos dados da tabela acima percebemos que, para a cobertura integral dos 365 convênios seriam necessários gastos num montante de aproximadamente R\$ 273.750,00 (365 x R\$ 750,00). Entretanto, as visitas de acompanhamento absorveram menos de 35% do total dos recursos citados (R\$ 94.418,41).

Vale ressaltar que, diferentemente dos projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, água na escola e de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, o acompanhamento dos processos de melhorias sanitárias domiciliares e de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas frequentemente é realizado pelos técnicos de apoio (Inspetores e Auxiliares de Saneamento), vez que tratam de obras menos complexas e de elevada dispersão (unidades espalhas em diversas localidades). Somente os pareceres técnicos de aprovação, de execução parcial e final são emitidos pelos Engenheiros, o que permite uma maior cobertura dos processos existentes por parte dos referidos técnicos.

Além disso, a FUNASA conta com o apoio de 30 profissionais dessa categoria, contra apenas 7 engenheiros na área de convênios, o que também amplia o alcance dos processos de Melhorias Sanitárias Domiciliares.

Embora as diversas dificuldades constatadas durante o exercício de 2008, computamos a conclusão de 9 processos de convênio com cerca de 667 famílias beneficiadas com melhorias sanitárias domiciliares.

Foram considerados concluídos os seguintes convênios: Ibotirama (CV_3041/04) com 43 famílias beneficiadas, Itagibá (CV_2051/04) com 70 famílias beneficiadas, Camamú (CV_0049/06) com 102 famílias beneficiadas, Cristópolis (CV_3050/06) com 79 famílias beneficiadas, e Cristópolis (CV_0630/06) com 23 famílias beneficiadas; Wanderley (CV_0182/03) com 69 famílias beneficiadas; Boninal (CV_1230/01) com 119 famílias beneficiadas; Serra Preta (CV_3648/01) com 34 famílias beneficiadas e Barra do Rocha (CV_2378/01) com 14 famílias beneficiadas.

Ação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental

Quadro XXXIX – Dados Gerais da Ação de Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição	As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiado junto aos estados e municípios pela FUNASA têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não

Descrição	<p>governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados.</p> <p>Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONG para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da FUNASA, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.</p>
------------------	--

Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Equipe de Educação em Saúde - EDUSA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO IV - Art.14.

Realiza-se o acompanhamento do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS) nos convênios da FUNASA, celebrados no período de 2000 a 2005, a fim de garantir a sustentabilidade das intervenções de saneamento ambiental como política pública de promoção da saúde.

As ações de saneamento nem sempre conseguem impactos positivos na saúde pública se consideradas apenas do ponto de vista ecológico, uma vez que por si só não conseguem modificar os aspectos social, econômico e cultural da população a ser beneficiada.

As atividades do PESMS têm o objetivo de fortalecer o controle social, identificar e conhecer as comunidades beneficiadas, através da realização de diagnóstico situacional e o estabelecimento de parcerias, visando à promoção da intersetorialidade e para alcançar este, último, objetivo foi realizada a sensibilização quanto à importância da elaboração dos projetos de educação em saúde e mobilização social nos

termos de compromisso do PAC e dos convênios firmados com a FUNASA, através do encaminhamento de ofício aos gestores municipais.

Quadro XL - Municípios com Emissão de Parecer Final Aprovado, no Projeto de Educação em Saúde, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

MUNICÍPIO	OBJETO CONVÊNIO	ANO CONVÊNIO
Baixa Grande	MSD	2005
Brejões	MSD	2002
Brejos da Barra	MHCDC	2002
Iaçu	MSD	2003
Jaborandi	MSD	2004
Mutuipe	SAA	2003
Mutuípe	SAA	2004
Presidente Tancredo Neves	MSD	2004
Seabra	MHCDC	2004
Tanque Novo	SAA	2005

Fonte: Assessoria de Comunicação Social e Educação em Saúde

Em visita ao município de Brejões, constatou-se que as atividades foram executadas em 100% com a participação da população, a qual utiliza adequadamente as benfeitorias implantadas. No município de Baixa Grande verificou-se também que toda a programação foi executada e o gestor municipal foi orientado sobre a forma de elaborar o relatório final.

No município de Presidente Tancredo, as atividades previstas foram executadas na íntegra e os recursos financeiros aplicados adequadamente. Entretanto, do ponto de vista social os resultados poderiam ter sido bem melhores, vez que as ações foram executadas de forma acelerada, quer dizer a população recebeu a benfeitoria, mas não

alcançou uma percepção ampla e clara da importância do projeto para a melhoria da qualidade de vida. Os representantes municipais foram orientados quanto à elaboração e envio do relatório final de execução das ações.

Quadro XLI - Municípios com Emissão de Parecer Final Aprovado Parcialmente, no Projeto de Educação em Saúde, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

MUNICÍPIO	OBJETO CONVÊNIO	ANO CONVÊNIO	Execução %
Água Fria	SAA	2003	80,00
Antônio Cardoso	MSD	2005	60,00
Aramari	MSD	2004	75,00
Belo Campo	MSD	2003	84,80
Coaraci	MSD	2003	78,00
Curaçá	SES	2003	72,66
Feira de Santana	MSD	2004	50,00
Feira de Santana	MSD	2002	70,00
Floresta Azul	MSD	2001	25,00
Itagiba	MSD	2004	60,00
Itapitanga	MSD	2001	72,73
Itapitanga	SAA	2001	78,40
Nova Canãa	SAA	2001	80,00
Ribeirão do Largo	SAA	2001	75,00
Santa Luz	MSD	2001	80,00
São Gonçalo dos Campos	MSD	2004	80,00
Serra Preta	MSD	2002	80,00
Tanhaçu	MSD	2001	81,82
Tanquinho	MSD	2001	80,00

Fonte: Assessoria de Comunicação Social e Educação em Saúde

Em visita aos municípios de Aramari, Tanquinho e Água Fria para emissão de parecer final, constatou-se que as atividades estão sendo executadas conforme o programado e os munícipes foram orientados sobre a forma de elaborar o relatório final.

Quadro XLII - Municípios com Emissão de Parecer Final não Aprovado, no Projeto de Educação em Saúde, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

MUNICÍPIO	OBJETO CONVÊNIO	ANO CONVÊNIO	Execução %
Andaraí	MSD	2005	20
Aramari	SES	2003	0
Banzaê	SAA	2001	0
Canápolis	SAA	2002	0
Conceição do Jacuípe	MSD	2002	0
Cristópolis	SAA	2002	0
Encruzilhada	MSD	2001	0
Ibicoara	SES	2004	0
Ibicuí	SAA	2001	8
Ichu	MSD	2004	0
Jandaira	MSD	2001	0
Jussiape	MSD	2001	22
Mata de São João	MSD	2004	0
Medeiros Neto	MSD	2001	18,19
Nova Soure	MSD	2001	0
Nova Soure	SAA	2001	0
Ouriçangas	MSD	2001	0
Pé de Serra	MSD	2001	0
Piraí do Norte	MSD	2001	0
Queimadas	MSD	2001	0
Riachão do Jacuípe	SAA	2001	0

MUNICÍ PIO	OBJETO CONVÊNIO	ANO CONVÊNIO	Execução %
Ribeira do Pombal	SAA	2001	0
Santa Inês	SAA	2001	3,24
Wanderlei	MSD	2003	20

Fonte: Assessoria de Comunicação Social e Educação em Saúde

Na visita final para emissão de parecer final dos convênios nos municípios de Medeiros Neto, Andaraí, Jussiape e Ibicuí, verificou-se que a execução foi de 18,19%, 20%, 22%, 8% e 25% respectivamente, o que levou a não aprovação de suas atividades.

No município de Pirai do Norte orientou-se a administração local quanto à execução das atividades do PESMS e a forma de aquisição dos materiais, com a disponibilização de cópia do plano de trabalho do PESMS, vez que o referido ainda não desenvolveu nenhuma atividade.

Destaca-se que em Ouricangas o projeto social foi executado pela EMBASA.

Quadro XLIII – Municípios que Solicitaram Prorrogação de Prazo para Execução do Projeto de Educação em Saúde, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

MUNICÍ PIO	OBJETO CONVÊNIO	ANO CONVÊNIO
Barrocas	MSD	2004
Cordeiros	SAA	2003
Ibotirama	MSD	2004
Itagi	MSD	2005
Itaquara	MSD	2004
Livramento de Nossa Senhora	SAA	2005
Santa Maria da Vitória	SAA	2005
São Félix do Coribe	MSD	2004

Fonte: Assessoria de Comunicação Social e Educação em Saúde

Na visita para emissão de parecer parcial dos convênios nos municípios apresentados acima, os mesmos solicitaram termo aditivo para prorrogação do prazo, através de ofício, para conclusão das ações de educação em saúde.

Quadro XLIV – Municípios com Visita Técnica Final a Realizar, no Projeto de Educação em Saúde, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

MUNICÍPIO	OBJETO CONVÊNIO	ANO CONVÊNIO
América Dourada (Estado)	SAA	2001
Aramari (Estado)	MSD	2001
Baixa Grande(Estado)	SAA	2001
Buritirama	MSD	2004
Camamu	SAA	2003
Campo A. de Lourdes	SAA	2005
Feira de Santana	MSD	2004
Iguaí (Estado)	SAA	2001
Irecê	MSD	2005
Itaquara	SAA	2001
Itiuba	MSD	2003
Itororó	MSD	2001
Jequié(Estado)	SAA e MSD	2001
Jucuruçu	SAA	2001
Jussara (Estado)	SAA	2001
Macureré	MSD	2003
Mairi	MSD	2002
Mansidão	SAA	2004
Maragogipe	SAA	2001
Mundo Novo(Estado)	SAA e MSD	2001
Piatã	Resíduos Sólidos	2005
Remanso	MSD	2005
São Félix	SAA	2001
Tremedal (Estado)	SAA e MSD	2001
Uauá	SAA	2004

MUNICÍPIO	OBJETO CONVÊNIO	ANO CONVÊNIO
Ubaíra	SAA	2004
Ubaitaba	SAA	2001
Vitória da Conquista	SAA	2001
Vitória da Conquista	SAA	2002

Fonte: Assessoria de Comunicação Social e Educação em Saúde

Nos quadros apresentados verifica-se que dos 90 (noventa) convênios do PESMS, 11% foram aprovados; 21% aprovados parcialmente; 27% não aprovados; 9% solicitaram prorrogação de prazo e 32% com visita técnica final a realizar.

Os não aprovados e os que solicitaram prorrogação de prazo totalizam 36%, que somados aos aprovados parcialmente passam para 57%, o que pode demonstrar que os gestores não têm clareza dos objetivos do PESMS. De uma maneira geral os municípios têm dificuldades para executar o componente da educação em saúde, o que requer um acompanhamento mais sistemático dos municípios, com vistas a assessorar na execução destas atividades, visando à aplicação adequada dos recursos financeiros destinados para esta finalidade.

A não execução das atividades educativas é em decorrência da ausência de informação dos gestores quanto a este componente e de recursos humanos capacitado. Observa-se que normalmente a benfeitoria a ser executada é concluída e o componente educativo dificilmente obtém percentual de execução satisfatório.

Entretanto, salienta-se que o processo educativo não depende de uma definição em um instrumento de convênio, muito pelo contrário deve ser considerado como um processo aberto, cujos resultados são de responsabilidade dos profissionais das diversas categorias profissionais que estão envolvidos com a promoção da saúde pública e não de poucos "experts".

Nesta perspectiva, as ações educativas não devem ser realizadas somente durante a execução das obras, vez que se resumem a

uma atividade de informação e de fiscalização. Devem ser definidas estratégias para que as ações do PESMS iniciem antes da execução das obras de saneamento, com vistas a garantir que a população tenha uma participação efetiva, desde o planejamento das ações.

As informações de saúde do município devem ser utilizadas como ferramenta esclarecedora no processo de discussão de vigilância da saúde com a comunidade de forma participativa, através da adoção de metodologia dialógica e não apenas a transmissão, vertical, de conhecimento, de forma a promover a compreensão do risco à saúde pela população.

As ações educativas devem ter continuidade mesmo após a conclusão das obras de saneamento, pois este processo tem que ser entendido como um compromisso social, que inclui a mobilização da comunidade e dos setores organizados, o que significa que as diversas representações devem participar das ações, suprimindo o assistencialismo em prol do desenvolvimento da sustentabilidade, o que levará a inclusão social.

Quadro XLV – Meta Física e Financeira da Ação de Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Acompanhar 60 municípios conveniados com a FUNASA, para implantação das ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na área de saneamento ambiental.	16.137,24	100	100

Foram realizadas visitas técnicas aos projetos de educação em saúde implementados nos convênios da FUNASA de exercícios

anteriores, em 60 (sessenta) municípios: Água Fria, Andaraí, Antônio Cardoso, Aramari, Baixa Grande, Banzaê, Barra, Barrocas, Belo Campo, Brejões, Canápolis, Coaraci, Conceição do Jacuípe, Cordeiros, Cristópolis, Curaçá, Encruzilhada, Feira de Santana, Floresta Azul, Iacú, Ibicoara, Ibicuí, Ibitiara, Ibotirama, Ichu, Itagi, Itagiba, Itapitanga, Itaquara, Jaborandi, Jandaira, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Mairi, Mata de São João, Medeiros Neto, Mundo Novo, Mutuípe, Nova Canaã, Nova Soure, Ouriçangas, Pé de Serra, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Queimadas, Riachão do Jacuípe, Ribeira do Pombal, Ribeirão do Largo, Santa Inês, Santa Luz, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe, São Gonçalo dos Campos, Seabra, Serra Preta, Tanhaçú, Tanque Novo, Tanquinho, Vanderlei e Várzea da Roça.

2.3.2.2. Principais Ações do Programa de Resíduos Sólidos Urbanos

Ação: Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Quadro XLVI – Dados Gerais da Ação Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição	A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será

Descrição	implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem.É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
------------------	---

Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 - SEÇÃO XI - Art. 100.

A inexistência de uma política brasileira de limpeza pública e, em especial, a descontinuidade política e administrativa, entre outros fatores, dificulta os municípios a gerenciar de forma eficaz a prestação do serviço de disposição final do lixo, a qual é, em geral, muito precária, e até mesmo calamitosa em algumas localidades.

A falta de solução de um tratamento adequado para a disposição do lixo, compromete perigosamente a saúde das populações, pois o seu mau acondicionamento poderá acarretar sérios danos ao meio ambiente: poluição da água, do ar e do solo alterando suas características físico-químicas, o que representa uma ameaça à saúde pública.

Em geral, à medida que aumenta o tamanho das cidades, aumenta também o atendimento à população com serviços de coleta de lixo. Estudos demonstram que nas cidades de 20 mil a 50 mil habitantes, a cobertura da coleta de lixo é em torno de 60% dos domicílios urbanos.

A Funasa incluía o componente de resíduos sólidos como ação de prevenção à infestação do mosquito da Dengue. Para tanto, eram estimuladas soluções de baixo custo e fácil operacionalização, tais como

construção de pequenas células de aterro sanitário e implantação de usinas de compostagem e reciclagem de lixo.

Entretanto, a partir de 2005 o componente Resíduos Sólidos deixou de ser um programa interno da FUNASA, ficando restrito às Emendas Parlamentares, prioritariamente para a aquisição de equipamentos de coleta e acondicionamento de resíduos.

Quadro XLVII – Municípios com Convênio de Resíduos Sólidos Urbanos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Brotas de Macaúbas	154.646,85
Ipupiara	156.500,00
Lagedinho	123.720,00
Lagoa Real	155.000,00
Lençóis	207.000,00
Vereda	185.900,00
Total	982.766,85

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Os convênios de Brotas de Macaúbas, Lagoa Real e Vereda foram analisados, mas estão com pendências técnicas. Os de Ipupiara, Lagedinho e Lençóis não foram analisados.

Quadro XLVIII – Municípios com Convênio de Resíduos Sólidos Urbanos, Celebrados em 2007, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Campo Alegre de Lourdes	400.000,00
Cipó	464.000,00
Iraquara	210.000,00
Lençóis	155.000,00
Muquém de São Francisco	196.196,00
Total	1.425.196,00

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

O processo de Campo Alegre de Lourdes está aprovado, a obra está na fase inicial, foram executados parte da cerca de proteção, desmatamento total da área e locação das unidades de tratamento. Os processos de Iraquara, Lençóis e Muquém de São Francisco foram analisado, mas estão com pendências e o de Cipó não foi analisado até o momento.

Quadro XLIX – Municípios com Convênio de Resíduos Sólidos Urbanos, Celebrados em 2006, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Acajutiba	126.000,00
Dario Meira	121.500,00
Iaçú	315.000,00
Iramaia	139.050,00
Itapetinga	366.450,00
Lagedinho	139.050,00
Macajuba	126.000,00
Mata de São João	210.000,00
Várzea da Roça	139.050,00
Total	1.682.100,00

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Os projetos de Iramaia, Itapetinga e Mata de São João foram aprovados, mas as obras ainda não foram iniciadas, enquanto que os 05 (cinco) projetos restantes apresentaram pendências na fase de análise técnica. O projeto de Acajutiba está em processo de análise.

Quadro L – Municípios com Convênio de Resíduos Sólidos Urbanos, Celebrados em 2005, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Camaçari	862.672,30
Candeias	967.114,94
Feira de Santana	309.000,00
Guaratinga	169.950,00
Jandaíra	257.731,98
Mundo Novo	463.912,00
Piatã	157.075,00
Souto Soares	257.731,98
Taperoa	682.461,00
Total	4.127.649,20

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Os projetos dos municípios de Camaçari, Guaratinga, Mundo Novo e Piatã foram aprovados, mas como os recursos não foram liberados até o momento as obras ainda não foram iniciadas. Os processos dos demais municípios foram analisados, mas estão na dependência da regularização das pendências para serem aprovados.

Quadro LI – Municípios com Convênio de Resíduos Sólidos Urbanos, Celebrados em 2004, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Bonito	121.334,00
Botuporã	114.124,00
Itagimirim	126.690,00
Ituaçu	121.200,00
Juazeiro	36.904,26

Município	Valor do Convênio R\$
Macarani	108.400,00
Mutuipe	314.150,00
Nilo Peçanha	109.180,00
Ponto Novo	108.400,00
Santa Inês	93.359,00
Total	1.253.741,26

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos os processos desses municípios foram aprovados, estando em estágios diversos de execução ou pendentes de regularização de documentos de habilitação.

Quadro LII – Meta Física e Financeira da Ação Implantação e Melhoria de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Acompanhar 39 convênios formalizados no período de 2004 a 2008 para implantação, ampliação ou melhoria do serviço de coleta, tratamento ou destino adequado dos resíduos sólidos.	2.924,76	100	100

No total foram acompanhados durante o exercício de 2008 cerca de 39 convênios celebrados entre a FUNASA e os Gestores Municipais e Governo do Estado da Bahia, visando a execução de ações de coleta, tratamento e destino adequado de resíduos sólidos. O

acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas. A grande maioria dos processos acompanhados encontram-se analisados aguardando providências dos proponentes para sanar as pendências ou em fase de execução, restando apenas uma pequena parcela de processos ainda a serem analisados.

Cada convênio celebrado passa por diversas etapas (procedimentos), seguindo os trâmites estabelecidos pela Presidência da FUNASA, em atendimento à IN-01/07. Para a formalização dos processos e pré-análise, foram seguidos os procedimentos previstos nas Portarias 55 e 56, bem como o roteiro de análise técnica do SISCON. Para o acompanhamento da execução dos convênios foi utilizado o modelo do SIGESAN. Assim, um único processo é avaliado em média 7 vezes (pré-análise (1), análise preliminar (1 ou mais), visita preliminar (1 ou mais), visita de acompanhamento de obras (3 ou mais), visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas (2 ou mais)).

Assim, com base na análise da tabela acima podemos concluir que foram gastos R\$ 2.924,76 para acompanhamento de 39 convênios diferentes, envolvendo várias etapas à nível de escritório e de campo.

Os recursos foram utilizados basicamente para despesas com deslocamento e passagens dos engenheiros, apoio técnico (inspetores e auxiliares de saneamento) e condutores (motoristas).

Se considerarmos um custo médio de R\$ 150,00 / dia / técnico para acompanhamento de campo (visita técnica) e considerando que em cada visita participam ao menos dois servidores (engenheiro + motorista ou técnico de apoio + motorista), teremos uma despesa média de R\$ 300,00 / dia / convênio .

Considerando ainda que cada convênio avaliado em campo demanda em média 2,5 dias úteis para a sua efetivação, ou seja 1 dia de deslocamento de ida, 1 dia de visita técnica e 1/2 dia de deslocamento de

retorno ou conjugação com a visita de outro convênio, teremos para as ações de abastecimento de água um montante de R\$ 750,00 / convênio.

Voltando aos dados da tabela acima percebemos que, para a cobertura integral dos 39 convênios seriam necessários gastos num montante de aproximadamente R\$ 29.250,00 (39 x R\$ 750,00). Entretanto, as visitas de acompanhamento absorveram menos de 10% do total dos recursos citados (R\$ 2.924,76).

2.3.2.3. Principais Ações do Programa de Saneamento Rural

Ação: Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas

Quadro LIII - Dados Gerais da Ação Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos contribuindo para controle da doença de Chagas.
Descrição	A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por meio de restauração (reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Quadro LIV – Municípios com Processos de Convênios de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Boquira	775.094,45
Botupora	780.000,00
Brotas de Macaubas	154.683,20
Buritirama	352.000,00
Campo Alegre de Lourdes	744.900,00
Canarana	195.936,00
Carinhanha	790.150,00
Catolândia	768.000,00
Caturama	360.900,00
Curaçá	824.175,82
Erico Cardoso	156.000,00
Feira da Mata	780.503,92
Formosa do Rio Preto	156.000,00
Ibipitanga	413.100,00
Ibotirama	629.932,95
Irece	157.500,00
Lapão	207.000,00
Livramento de Nossa Senhora	475.949,34
Novo Horizonte	237.584,93
Palmas de Monte Alto	775.849,76
Paratinga	800.000,00
Rio do Pires	476.000,00
São Desidério	800.000,00
São Félix do Coribe	774.535,14
Sebastião Laranjeiras	517.500,00
Sento Sé	796.889,76
Serra do Ramalho	797.580,00
Sobradinho	656.661,94
Tanhaçu	419.072,00
Urandi	788.199,91
Total	16.561.699,12

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Os processos relativos aos municípios de Carinhanha, Formosa do Rio Preto e Sento Sé não foram analisados. Os demais, em número de 27 (vinte e sete) não foram aprovados em decorrência de pendências técnicas.

Quadro LV - Municípios com Convênio de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, Celebrados em 2007, Plano de Aceleração de Crescimento, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Aracatú	278.480,00
Baianópolis	756.000,00
Barra	787.500,01
Barra do Mendes	639.788,80
Barreiras	684.240,00
Barro Alto	154.700,00
Bom Jesus da Lapa	803.228,85
Brejolândia	782.000,00
Cafarnaum	189.124,18
Campo Fomoso	632.000,00
Canápolis	794.441,36
Candiba	773.800,00
Caraíbas	670.500,00
Casa Nova	51.496,24
Cocos	773.220,00
Coribe	773.264,00
Correntina	797.380,00
Cotegipe	313.636,51
Cristópolis	773.500,00
Dom Basílio	476.682,45
Gentio do Ouro	787.500,07
Ibipeba	250.226,73
Ibitiara	154.688,00
Igaporã	773.800,00
Ipupiara	465.120,00
Itaguaçu da Bahia	279.761,07
Ituaçu	155.800,00
Iuiu	787.697,80
Jaborandi	773.340,28
João Dourado	157.500,00
Juazeiro	830.256,75
Jussara	680.731,77
Jussiape	517.113,75
Macaúbas	632.000,00
Malhada	649.800,00
Mansidão	364.000,00
Matina	774.915,86

Município	Valor do Convênio R\$
Morpará	649.800,00
Mulungu do Morro	154.650,00
Muquém de São Francisco	299.000,00
Oliveira dos Brejinhos	775.100,65
Paramirim	427.557,00
Pilão Arcado	807.312,87
Pindaí	773.250,00
Presidente Dutra	154.878,00
Presidente Jânio Quadros	158.300,00
Remanso	814.439,97
Riachão das Neves	644.000,00
Riacho de Santana	803.111,56
Santa Maria da Vitória	794.441,36
Santa Rita de Cássia	634.165,34
Santana	794.441,36
São Gabriel	371.136,00
Senhor do Bonfim	236.925,00
Serra Dourada	773.305,80
Sítio do Mato	788.894,60
Tabocas do Brejo Velho	774.800,00
Tanque Novo	773.800,00
Tremendal	154.700,16
Xique-Xique	158.000,00
Wanderley	774.868,74
Total	33.656.807,09

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCOB.

Estão aprovados os processos dos municípios de Barra, Cafarnaum, Candiba, Dom Basílio, Igaporã, Iuiu, Jaborandi, Malhada, Matina, Morpará, Pindaí, Remanso, Santa Maria da Vitória, São Gabriel e Wanderley e os demais, que totalizam 46 (quarenta e seis) não foram aprovados, em função de pendências técnicas.

Foram realizadas visitas técnicas nos municípios:

1. Aracatu (zona rural) para construção de 23 habitações;
2. Coribe nas localidades de Colônia, Descoberto, Vila Nova e Ranchinho, construção de 54 unidades;
3. Cristópolis, construção de 55 unidades;
4. Itaguaçu, construção de 31 unidades;

5. Ituaçu para construção de 32 unidades;
6. Iuiú, construção de 57 casas;
7. Macaúbas, construção de 46 casas;
8. Malhada, construção de 47 casas;
9. Paramirim nas localidades de Covas e Salinas, construção de 27 unidades;
10. Presidente Dutra (sede e Caraíbas), construção de 10 unidades;
11. Santana nas localidades de Baixa Funda, Barro Fundo, Mamão, Lagoa e Toca, construção de 56 unidades;
12. São Gabriel;
13. Senhor do Bonfim, construção de 15 unidades;
14. Tabocas do Brejo Velho, construção de 54 unidades;
15. Tanque Novo, construção de 55 casas;
16. Wanderley (sede e Goiabeira), construção de 60 unidades.

Quadro LVI – Municípios com Convênio de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, Celebrados em 2007, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Barra	2.000.000,00
Igaporã	275.000,00
Itajuípe	272.288,45
Poções	75.800,00
Presidente Jânio Quadros	315.799,05
Seabra	260.500,35
Total	3.199.387,85

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Destes, 02 (dois) estão aprovados - Barra e Igaporã. Os demais foram analisados, mas estão com pendências técnicas. Foi realizada visita em Seabra nas localidades de Lagoa da Porta e Talhão,

que tem o objeto de construção de 09 (nove) e reforma de 30 (trinta) unidades.

Quadro LVII – Municípios com Convênio de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, Celebrados em 2006, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Carinhanha	141.750,00
Central	238.092,70
Formosa do Rio Preto	103.919,21
Formosa do Rio Preto	459.266,75
Iramaia	440.918,63
Iraquara	111.240,00
Jacobina	1.550.007,06
Malhada	111.240,00
Malhada	166.860,00
Riachão das Neves	103.150,00
Total	3.426.444,35

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Destes, 03 (três) não foram aprovados, em virtude de pendências: Malhada (2) e Riachão das Neves, os outros 07 (sete) estão aprovados. Foram realizadas visitas técnicas nos municípios:

- 1.** Formosa do Rio Preto (sede) para reforma de 18 casas, das quais 06 (seis) foram reformadas com qualidade;
- 2.** Formosa do Rio Preto (Morpará / Quixaba, Santos Reis e Mucambo Branco) para construção de 55 casas;
- 3.** Jacobina (sede e diversas localidades da zona rural) para construção de 120 (cento e vinte) unidades habitacionais. Destas 81 (oitenta e um) unidades habitacionais estão em fase final de acabamento. O objeto pactuado está sendo cumprido, contudo existem diversas pendências impossibilitando quantificar em planilha o percentual de serviços executados, solicitou-se correção das pendências;
- 4.** Malhada, construção de 10 casas.

Quadro LVIII – Municípios com Convênio de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, Celebrados em 2005, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Feira de Santana	262.938,57
Iraquara	146.841,37
Jacobina	210.525,81
Souto Soares	318.992,66
Total	939.298,41

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos estes 04 (quatro) processos estão aprovados. Em Feira de Santana a obra está em andamento e o percentual de execução é de 53,38%, a prestação de contas parcial já foi realizada.

Em Iraquara, através da visita técnica realizada na sede e Queimadas dos Guedes, constatou que a obra foi executada em 100%, construção de 07 (sete) e reforma de 14 (quatorze) unidades com boa qualidade.

Quadro LIX – Municípios com Convênio de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas, Celebrados em 2004, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
ONG/Bahia (Barra)	1.952.310,87
Seabra	100.800,00
Total	2.053.110,87

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Estes 02 (dois) municípios estão com os processos aprovados. Em Seabra a obra está em execução, cujo percentual é de 93,97%.

Quadro LX – Meta Física e Financeira da Ação Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Apoiar o beneficiamento de 135 famílias para implantação ampliação de melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas.	14.304,66	100	100

No total foram acompanhados durante o exercício de 2008 cerca de 115 convênios celebrados entre a FUNASA e diversos municípios do Estado da Bahia, além de um convênio com uma ONG (Distrito Brejos da Barra), visando a execução de ações de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas.

O acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas. A grande maioria dos processos acompanhados encontram-se analisados aguardando providências dos proponentes para sanar as pendências ou em fase de execução, restando apenas uma pequena parcela de processos ainda a serem analisados.

Cada convênio celebrado passa por diversas etapas (procedimentos), seguindo os trâmites estabelecidos pela Presidência da FUNASA, em atendimento à IN-01/07. Para a formalização dos processos e pré-análise, foram seguidos os procedimentos previstos nas Portarias 55 e 56, bem como o roteiro de análise técnica do SISCON. Para o acompanhamento da execução dos convênios foi utilizado o modelo do SIGESAN. Assim, um único processo é avaliado em média 7 vezes (pré-análise (1), análise preliminar (1 ou mais), visita preliminar (1 ou mais), visita de acompanhamento de obras (3 ou mais), visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas (2 ou mais)).

Assim, com base na análise da tabela acima podemos concluir que foram gastos R\$ 14.304,66 para acompanhamento de 115 convênios diferentes, envolvendo várias etapas à nível de escritório e de campo.

Os recursos foram utilizados basicamente para despesas com deslocamento e passagens dos engenheiros, apoio técnico (inspetores e auxiliares de saneamento) e condutores (motoristas).

Se considerarmos um custo médio de R\$ 150,00 / dia / técnico para acompanhamento de campo (visita técnica) e considerando que em cada visita participam ao menos dois servidores (engenheiro + motorista ou técnico de apoio + motorista), teremos uma despesa média de R\$ 300,00 / dia / convênio .

Considerando ainda que cada convênio avaliado em campo demanda em média 2,5 dias úteis para a sua efetivação, ou seja 1 dia de deslocamento de ida, 1 dia de visita técnica e 1/2 dia de deslocamento de retorno ou conjugação com a visita de outro convênio, teremos para as ações de melhorias sanitárias domiciliares um montante de R\$ 750,00 / convênio.

Voltando aos dados da tabela acima percebemos que, para a cobertura integral dos 115 convênios seriam necessários gastos num montante de aproximadamente R\$ 86.250,00 (115 x R\$ 750,00).

Entretanto, as visitas de acompanhamento absorveram menos de 20% do total dos recursos citados (R\$ 14.304,66).

Vale ressaltar que, diferentemente dos projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, água na escola e de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, o acompanhamento dos processos de melhorias sanitárias domiciliares e de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas frequentemente é realizado pelos técnicos de apoio (Inspetores e Auxiliares de Saneamento), vez que tratam de obras menos complexas e de elevada dispersão (unidades espalhas em diversas localidades). Somente os pareceres técnicos de aprovação, de execução parcial e final são emitidos pelos Engenheiros, o que permite uma maior cobertura dos processos existentes por parte dos referidos técnicos.

Além disso, a FUNASA conta com o apoio de 30 profissionais dessa categoria, com apenas 7 engenheiros na área de convênios, o que também amplia o alcance dos processos de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.

Embora as diversas dificuldades constatadas durante o exercício de 2008, computamos a conclusão de 2 processos de convênio com cerca de 135 famílias beneficiadas com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.

Foram considerados concluídos os seguintes convênios: Várzea do Poço (CV_0180/03) com 117 famílias beneficiadas e Santanópolis (CV_0188/03) com 18 famílias beneficiadas.

Ação: Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.

Quadro LXI – Dados Gerais da Ação Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Fomento e financiamento à implantação e/ou à ampliação e/ou à melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.

Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

As ações de saneamento destinadas aos remanescentes de quilombos é fruto de um acordo do empréstimo celebrado entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, que é o Projeto Vigisus II.

Foram firmados convênios entre a FUNASA e a Prefeitura de Bom Jesus da Lapa, com o investimento de R\$1.773.190,50 a ser repassado pelo Vigisus e em contrapartida o município investiu cento e vinte mil reais no programa de educação em saúde e mobilização social, visando gerar benefício a mais de quinhentas famílias.

Em 2008, técnicos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), visitaram a comunidade Rio das Rãs e elogiaram o trabalho ao constatar que os acordos firmados entre as duas instituições estão evoluindo no sentido de se alcançar o objetivo do projeto pactuado.

Quadro LXII – Municípios com Convênio de Melhoria Sanitária Domiciliar em Áreas Rurais, Quilombos, Celebrados em 2006, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Seabra	154.875,00
Seabra	215.250,00
Seabra	501.375,00
Total	871.500,00

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Foram realizadas visitas técnicas para avaliação da prestação de contas apresentada pela Prefeitura Municipal de Seabra, relativas à execução de 58 (cinquenta e oito) módulos sanitários (zona rural). Na avaliação dos técnicos da Coordenação Regional a obra foi executada em 44,66%, com qualidade razoável. Em outro convênio, cujo objeto é a construção de 190 (cento e noventa) módulos, a obra ainda encontra-se em andamento tendo sido executada apenas 20,88%.

Quadro LXIII – Municípios com Convênio de Sistema de Abastecimento de Água em Áreas Rurais, Quilombos, Celebrados em 2006, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Município	Valor do Convênio R\$
Camaçari	157.500,00
Camaçari	472.500,00
Muquém do São Francisco	113.300,00
Total	743.300,00

Fonte: Sistema de Análise de Convênio, SISCON.

Todos estes 03 (três) processos foram analisados e apresentaram pendências.

Foram ainda realizadas diversas visitas técnicas em municípios cujos convênios foram celebrados em 2005. Destacamos a seguir as principais atividades realizadas:

Visita técnica final em Cipó, relativa ao convênio para construção de 92 (noventa e duas) unidades sanitárias. O resultado alcançado relativo ao objeto pactuado foi de 100%, com boa qualidade técnica. A visita teve o objetivo de emitir novo parecer, em função da denúncia do ofício 787/2008 PGF/PF/BA/FJ, contra a prefeitura municipal. Após a nova visita o parecer inicial de aprovação do convênio foi reiterado e decidido pelo não acatamento da denúncia, a qual foi considerada como sem fundamento.

Acompanhamento do convênio celebrado em Rio das Rãs, município de Bom Jesus da Lapa cujo objeto prevê a construção de 352 (trezentos e cinquenta e dois) módulos sanitários. O desempenho atual do convênio é de 55,4% e as obras estão em andamento. Durante o exercício de 2008 foram realizadas 07 (sete) visitas na supracitada comunidade. As obras de melhorias sanitárias domiciliares incluem banheiro com pia, vaso sanitário e chuveiro.

Avaliação do convênio 016/05 no quilombo Rio das Rãs, município de Bom Jesus da Lapa. O objeto prevê a construção de sistema de abastecimento de água em 7 aglomerações rurais, o qual já foi executado em 43%. Durante o exercício de 2008 foram realizadas 17 (dezessete) visitas para fiscalização deste projeto. Estas obras são de suma importância, vez que a população de Rio das Rãs enfrenta escassez de água. Os convênios pretendem minimizar o problema, levando água tratada para todas as 576 famílias da comunidade, das quais 352 também serão beneficiadas com as melhorias sanitárias.

Este projeto tem a intenção precípua de melhorar a qualidade de vida desta população, com a redução e controle dos agravos à saúde. Outro aspecto a destacar é a participação da comunidade no

processo de implementação do projeto, o que traduz a colaboração efetiva deste projeto para a política pública de governo, de inclusão social.

Quadro LXIV – Meta Física e Financeira da Ação Implantação Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, Quilombos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Acompanhar 10 convênios formalizados no período de 2005 e 2006 para implantar, ampliar ou melhorar o serviço de saneamento em áreas de Quilombos.	14.545,81	100	100

Foram acompanhados durante o exercício de 2008 os 10 convênios celebrados entre a FUNASA e os municípios, visando a execução de ações de abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares em áreas de Quilombos. O acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas. A totalidade dos processos acompanhados encontram-se analisados aguardando providências dos proponentes para sanar as pendências ou em fase de execução, restando apenas dois convênio já concluído (Cipó).

Cada convênio celebrado passa por diversas etapas (procedimentos), seguindo os trâmites estabelecidos pela Presidência da FUNASA, em atendimento à IN-01/07. Para a formalização dos processos

e pré-análise, foram seguidos os procedimentos previstos nas Portarias 55 e 56, bem como o roteiro de análise técnica do SISCON. Para o acompanhamento da execução dos convênios foi utilizado o modelo do SIGESAN. Assim, um único processo é avaliado em média 7 vezes (pré-análise (1), análise preliminar (1 ou mais), visita preliminar (1 ou mais), visita de acompanhamento de obras (3 ou mais), visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas (2 ou mais)).

Assim, com base na análise da tabela acima podemos concluir que foram gastos R\$ 14.545,81 para acompanhamento de 10 convênios diferentes, envolvendo várias etapas à nível de escritório e de campo.

Os recursos foram utilizados basicamente para despesas com deslocamento e passagens dos engenheiros, apoio técnico (inspetores e auxiliares de saneamento) e condutores (motoristas).

Se considerarmos um custo médio de R\$ 150,00 / dia / técnico para acompanhamento de campo (visita técnica) e considerando que em cada visita participam ao menos dois servidores (engenheiro + motorista ou técnico de apoio + motorista), teremos uma despesa média de R\$ 300,00 / dia / convênio .

Considerando ainda que cada convênio avaliado em campo demanda em média 2,5 dias úteis para a sua efetivação, ou seja 1 dia de deslocamento de ida, 1 dia de visita técnica e 1/2 dia de deslocamento de retorno ou conjugação com a visita de outro convênio, teremos para as ações de melhorias sanitárias domiciliares um montante de R\$ 750,00 / convênio.

Voltando aos dados da tabela acima percebemos que, para a cobertura integral dos 9 convênios seriam necessários gastos num montante de aproximadamente R\$7.500,00 (10 x R\$ 750,00). Entretanto, as visitas de acompanhamento absorveram mais de 190% do total dos recursos citados (R\$ 14.545,81).

Tal fato não representa um excesso de acompanhamento por parte da Regional, vez que a necessidade de se manter fiscalização

constante no acompanhamento dos convênios, principalmente naqueles relacionados aos recursos do Projeto VIGISUS (Comunidade Rio das Rãs – município de Bom Jesus da Lapa), implicaram na atenção redobrada dos trabalhos de vistoria e acompanhamento de obras naquele município. Além disso diversas visitas com a presença de prepostos da Presidência da FUNASA / Brasília e do Projeto VIGISUS, bem como demais autoridades locais, foram realizadas e implicaram no elevado valor apropriado para a presente ação.

Embora o acompanhamento constante nas referidas localidades, durante o exercício de 2008 somente computamos a conclusão de 2 processos de convênio, com cerca de 129 famílias beneficiadas com melhorias sanitárias domiciliares (Convênios nº 2379/05 e 0315/05) celebrados com a PM de Cipó, nas localidades de Várzea Grande e Cabojé.

Ação: Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos.

Quadro LXV – Dados Gerais da Ação Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição	Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

O saneamento indígena compreende os componentes de abastecimento de água, melhorias sanitárias, esgotamento sanitário e melhoria habitacional para o controle da doença de chagas, que tem o objetivo de atender as necessidades básicas das famílias indígenas.

A construção de obras de saneamento e a manutenção das obras implantadas de abastecimento de água, melhorias sanitárias e esgotamento sanitário nas áreas indígenas seguem as diretrizes definidas na Portaria nº. 1.541 de dezembro de 2007 do Presidente da FUNASA.

A programação das ações de saneamento nas aldeias indígenas que compõe o DSEI, obedece aos seguintes critérios:

- 1.** Aldeias com maiores coeficientes de mortalidade infantil associadas a doenças de veiculação hídrica e
- 2.** Aldeias com maior número de doenças infecto parasitária de origem hídrica.

Tendo em vista a carência de recursos humanos e a limitação dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, a priorização das ações de saneamento indígena é feita de com base nos seguintes aspectos:

- 1.** aldeias contempladas no Plano Distrital do DSEI, mais especificamente no capítulo de saneamento;
- 2.** aldeias mais populosas;
- 3.** aldeias com obras e serviços inacabados e/ou incompletos e
- 4.** aldeias com viabilidade de acesso.

As obras de melhorias sanitárias domiciliares são executadas apenas nas aldeias que possuem abastecimento de água e as de esgotamento sanitário somente nas aldeias que tenham abastecimento de água e melhorias sanitárias.

As obras são executadas por empresas contratadas, através de processo de licitação. Foram contratadas 06 (seis) empresas: Construtora DPS Ltda., Construtora Floresta do Navio Ltda, EPJ Construções e Reformas Ltda, FortBahia Construções, Comercio e Servicos

Ltda, GET, Geohidrologia Eletrificacao e Terraplanagem Ltda, e Conceito Construções e Serviços Ltda.

As obras relativas ao sistema de abastecimento de água foram realizadas pela DPS, Floresta do Navio, FortBahia, e Conceito Construções, as de melhoria habitacional para o controle da doença de chagas pela EPJ, as de melhoria sanitária pela DPS, EPJ e Conceito e Construções e a de esgoto pela GET.

Em relação às atividades desenvolvidas está demonstrada por componente ambiental:

Sistema de Esgotamento Sanitário

Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato nº. 37/07 celebrado entre a FUNASA e a empresa GET, Geohidrologia Eletrificação e Terraplanagem, na implantação do sistema de esgotamento sanitário na aldeia indígena de Massacará, município de Euclides da Cunha do Pólo Base de Feira de Santana. A equipe de fiscalização é composta pelo engenheiro, fiscal da obra, e 02(dois) auxiliares de saneamento.

A obra está em andamento, mas já foram concluídos 184 (cento e oitenta e quatro) ramais intra-domiciliares, a estrutura de concreto armado da unidade de tratamento, perfazendo o alcance de 22% da meta prevista.

Na execução dos ramais intra-domiciliares foi constatada que a extensão total dos mesmos ultrapassou a estimativa de projeto. Em face disto e da disponibilidade orçamentária, algumas unidades finais do sistema deixarão de ser executadas sem, contudo prejudicar a entrada em operação do sistema. Recursos orçamentários adicionais deverão ser alocados para a conclusão total da obra.

Melhoria Sanitária Domiciliar, MSD.

Acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº. 37/2007 celebrado entre a FUNASA e a empresa GET, Geohidrologia Eletrificação e Terraplanagem, das obras de construção de melhorias sanitárias domiciliares, MSD, na aldeia indígena Massacará, município de Euclides da Cunha do Pólo Base de Feira de Santana.

Foram concluídas 80 (oitenta) MSD, com o alcance de 100% da meta prevista. O objeto do Contrato foi atingido em sua totalidade, com a qualidade da obra atendendo às expectativas. Vale ressaltar que a adoção da fiscalização intensiva, mediante a presença permanente de 01 (um) auxiliar de saneamento na localidade durante toda a execução dos serviços, contribuiu para a boa qualidade da obra.

Acompanhamento e fiscalização do contrato 038/2007, celebrado entre a FUNASA e EPJ Construções e Reformas Ltda:

- da execução de 273 (duzentos e setenta e três) módulos sanitários, dos quais 228 (duzentos e vinte e oito) nas aldeias indígenas do município de Glória, do Pólo Base de Paulo Afonso, sendo: 192 (cento e noventa e duas) unidades na aldeia do Brejo do Burgo, 08 (oito) em Baixa das Pedras, 03 (três) no Chico, 23 (vinte e três) na Batida e 02 (duas) em Quixaba;
- de 45 (quarenta e cinco) unidades no município de Banzaê, do Pólo Base de Feira de Santana, sendo 38 (trinta e oito) unidades em Cajazeiras e 07 (sete) em Lagoa Grande.

Os serviços desenvolveram-se de forma bastante lenta tanto na região de Glória como no Município de Banzaê. Por conta disso, apenas 40 (quarenta) módulos sanitários foram entregues as comunidades indígenas de Glória e 12 (doze) na de Banzaê, em perfeitas condições de uso como preconiza as especificações do projeto.

Foram feitas diversas reuniões com os construtores responsáveis por essas obras até mesmo com a presença do Ministério Público, visando que os mesmos se comprometessem em obedecer ao

calendário de execução, o que contribuiu para maior agilidade na execução das obras.

Paralelamente a construção dos módulos sanitários foi realizada atividades educativas na aldeia Cajazeiras, com vistas a discutir com a comunidade a importância da preservação das benfeitorias dentre outros assuntos.

Acompanhamento da construção de melhorias sanitárias domiciliares, no Pólo Base de Porto Seguro, em função do contrato nº. 32/08:

- 11 (onze) na aldeia Imbiriba, 08 (oito) em Coroa Vermelha, Gleba B, e 03 (três) em Mata Medonha. O objeto pactuado foi alcançado em 100%, vez que todas as MSD foram construídas;
- 34 (trinta e quatro) unidades em Barra Velha, a execução foi de 74%;
- 30 (trinta) módulos sanitários na aldeia Meio da Mata.

Foi realizada uma obra de melhoria sanitária coletiva na aldeia Truka no município de Sobradinho, do Pólo Base de Juazeiro. A referida é composta de 08(oito) módulos contíguos e foi executada em 40%. A obra está paralisada.

A unidade de melhoria sanitária domiciliar, normalmente, consiste de uma construção externa a casa com uma área de cerca de 1,5m² e cobertura em telha de cimento amianto, possuindo um chuveiro, vaso e uma pia externa com duas cubas para lavagem de roupa e/ou pratos. Compõe-se também deste módulo, a fossa séptica e o sumidouro que recebem todos os efluentes líquidos dessa unidade.

Sistema de Abastecimento de Água

Quadro LXVI – Aldeias Beneficiadas com Sistema de Abastecimento de Água, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Aldeias	Execução %
Mata Medonha	100,00
Coroa Vermelha (Gleba B)	100,00
Massacará	96,00
Rodelas	100,00
Guaxuma	100,00
Corumbalzinho	100,00
ÁGUAS BELAS I e II	100,00
Craveiro	60,00
Truká	2,00
Aldeia Velha	100,00
Mirandela	98,00
Marcação	98,00
Brejo do Burgo	100,00
Batida	100,00
Baixa das Pedras	100,00

Fonte: Divisão de Engenharia e Saúde Pública

Supervisão dos Agentes Indígenas de Saneamento, AISAN nas aldeias dos Pólos Base de Porto Seguro (Aldeia Velha, Imbiriba, Coroa Vermelha, Gleba B, Mata Medonha, Trevo do Parque, Pé do Monte, Corumbalzinho, Águas Belas, Craveiro, Barra Velha, Pará, Campo do Boi, Meio da Mata, Barra Velha e Boca da Mata), de Ilhéus (Panelão, Baheté, Caramuru Paraguaçu) de Paulo Afonso e Juazeiro (Rodelas, Batida, Baixa das Pedras, Serrota, Brejo do Burgo, Quixaba, Tuxá/Rodelas, Chico e Pambu).

Os AISAN são referências nas aldeias e os responsáveis em despertar o interesse dos povos indígenas para os aspectos relacionados ao saneamento ambiental, visando estimular ou reforçar a participação das comunidades indígenas no planejamento, execução e sustentabilidade

dos sistemas implantados, além de serem os profissionais mais indicados para deflagrarem um processo de mobilização da comunidade para a promoção da saúde pública.

Destaca-se que os AISAN são índios que assumem a operação e a manutenção dos sistemas de saneamento ambiental e as ações de educação em saúde nas aldeias.

Os objetivos da supervisão é avaliar o funcionamento dos sistemas de abastecimento de água, a conservação e a manutenção das melhorias sanitárias domiciliares instaladas e o desempenho dos AISAN.

São realizadas reuniões para esclarecimentos quanto ao preenchimento dos cadernos das atividades diárias, como também abordados aspectos da comunidade local, com vistas a construir e analisar o diagnóstico dos problemas que mais afetam esta comunidade, a fim de definir ações a serem implementadas para minimizar e/ou solucionar a situação.

Para facilitar o desenvolvimento das atividades dos AISAN nas aldeias, torna-se necessário que estes disponham de recursos pedagógicos que orientem a discussão sobre as ações de saneamento ambiental adequados à realidade indígena.

É necessário também que seja disponibilizado material para realização de pequenos reparos das instalações domésticas, kit de ferramentas, a fim de que sejam realizados os serviços que requer uma recuperação imediata, o que garantirá uma melhor qualidade das atividades desenvolvidas por estes agentes.

De maneira geral os AISAN apresentam um bom desempenho, possuem bom relacionamento com a comunidade onde atuam e existe uma continuidade no seu processo de formação, em serviço, garantido por meio das supervisões realizadas as ações e serviços de saneamento nas aldeias.

Acompanhamento das atividades da empresa Servin Electrin Ltda na manutenção preventiva e corretiva, sendo esta de maior monta, dos sistemas de abastecimento de água nas aldeias dos pólos base,

cujos serviços possuem um grau de complexidade superior a capacidade técnica dos AISAN.

Quadro LXVII – Meta Física e Financeira da Ação Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Beneficiar 23 aldeias com saneamento básico para controle e prevenção de agravos.	1.948.753,62	100	100

Para uma melhor visualização, abaixo, está detalhado por natureza de despesa a meta financeira.

Quadro LXVIII – Detalhamento da Meta Financeira, por Natureza da Despesa, da Ação Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Elemento de Despesa	Natureza da Despesa	Valor em R\$
52	Equipamentos e Material Permanente	101.559,20
51	Obras e Instalações	1.532.370,75
14	Diárias - Pessoal Civil	211.619,78
93	Indenizações e Restituições	7.167,66
30	Material de Consumo	31.385,60
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	64.650,63
Total		1.948.753,62

As ações de saneamento em áreas indígenas têm por objetivo promover uma melhoria na qualidade de vida das populações indígenas com reflexo direto na saúde pública dessas comunidades, de forma a melhorar os indicadores de saúde pública, na medida em que passa a ofertar água potável, através da implantação de sistemas de abastecimento de água dotados de captação, reservação, tratamento e distribuição, que adotam poços tubulares profundos como mananciais que por suas características se constituem em mananciais menos vulneráveis à contaminação e portanto sanitariamente mais seguros. Destaca-se também a implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares compostas de bacia sanitária, lavatório, lavanderia, banheiro e pia de cozinha que utiliza como disposição final para o esgoto produzido o sistema de fossa séptica

associado a sumidouro, diminuindo assim o risco de doenças de veiculação hídrica.

A implementação dessas ações de forma a estender os benefícios, anualmente, a parcelas cada vez maiores da população indígena, requer que a Coordenação Regional seja capaz de disponibilizar estrutura física dotadas de instalações e equipamentos tecnológicos compatíveis com a natureza dos serviços de engenharia (projetos técnicos) a serem desenvolvidos. Não menos importante é a existência de um corpo técnico devidamente capacitado, contratado através de regime que assegure a permanência de modo a garantir a conclusão dos projetos viabilizando a aplicação dos recursos dentro do exercício fiscal, o que não vem acontecendo.

A programação de recursos para aplicação nas ações de saneamento vem sendo realizada em consonância com os Planos Distritais. A meta estabelecida para 2009 foi alcançada em 100%, o que não significa que todas as necessidades dos povos indígenas em relação ao saneamento foram supridas. A programação é elaborada de acordo com os recursos orçamentários financeiros liberados e os recursos humanos disponíveis. A priorização das atividades a serem realizadas acontece em sintonia com as comunidades indígenas através do CONDISI o qual se constitui do órgão de maior representação regional.

A elaboração dos projetos de engenharia tem utilizado como premissas básicas a adoção de tecnologias compatíveis com a realidade das comunidades, baseadas no baixo custo e na simplicidade operacional com vistas a sustentabilidade das ações.

O custo tem sido baseado no SINAP, podendo oscilar de acordo com as especificidades do local. (dificuldade de acesso, escassez de mão de obra, matéria prima, clima etc).

Não obstante o esforço em contratar e executar as obras relativas às ações de saneamento para atendimento das comunidades indígenas com vista a promoção da qualidade de vida destas populações, tem, historicamente, enfrentado enormes dificuldades para conclusão das

obras e para o alcance do respectivo benefício social proposto, uma vez que os processos licitatórios, apesar da utilização do critério de julgamento global o qual agrega um maior aporte de recursos, não tem sido capaz de despertar o interesse de empresas de maior capacitação técnica, em função da natureza das obras, quer dizer são dispersas no meio rural, englobando um número significativo de aldeias, de difícil acesso, que apresentam escassez de mão-de-obra especializada, vez que as obras tem que ser executadas com o uso obrigatório da mão de obra local que nem sempre possui as habilidades necessárias o que contribui para comprometer a qualidade das mesmas, aumentando os custos para os empreiteiros e criando conflitos com a gestão. Em virtude disto, as empresas de maior porte não manifestam interesse em participar dos processos licitatórios, sendo estes vencidos por empresas de menor porte, que muitas vezes não possuem a infra-estrutura adequada para a realização das obras no tempo acordado.

2.3.2.4. Principais Ações do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Ação: Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena.

Quadro LXIX - Dados Gerais da Ação Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Dotar o Subsistema de Atendimento à Saúde Indígena de estrutura física e de equipamentos necessários ao seu funcionamento e modernização.
Descrição	Construção, reforma, ampliação e equipagem de unidades de saúde (postos de saúde, pólos-base e casas de saúde do índio); aquisição de mobiliários em geral e equipamentos como veículos, embarcações, aparelhos de comunicação e demais bens necessários ao funcionamento das unidades.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Distrito Sanitário Especial Indígena da Bahia
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.

Torna-se necessário, inicialmente, apresentar algumas características do Distrito Sanitário Especial Indígena, DSEI, para a posteriori retratar os investimentos aplicados em 2008 na manutenção da sua estrutura, com vistas a promover e o desenvolvimento das ações integral de atenção à saúde indígena.

O Distrito Sanitário Especial Indígena é conceituado *“como um modelo de organização de serviços – orientado para um espaço etno-cultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado, que contempla um conjunto de atividades técnicas, visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde, promovendo a reordenação da rede de saúde e das práticas sanitárias e desenvolvendo atividades administrativo-gerenciais necessárias à prestação da assistência, com controle social”* (Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas).

A Coordenação Regional possui 01(um) DSEI, cuja sede está localizada em Salvador e a população indígena encontra-se distribuída nos seus 06 (seis) pólos base, abrangendo 26 (vinte e seis) municípios e 76 (setenta e seis) aldeias com uma população aproximada de 26.000 (vinte e seis mil) índios.

O Distrito Sanitário está organizado a partir de *“uma rede de serviços de atenção básica de saúde dentro das áreas indígenas, integradas e hierarquizadas com complexidade crescente e articuladas com a rede do SUS”* (Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas)

Na área de circunscrição do DSEI-Bahia, os pólos base com os respectivos postos de saúde e pontos de apoio tem a função de garantir a logística necessária ao pleno funcionamento da prestação de serviço (deslocamento de veículos, encaminhamento para referência municipal de média complexidade, dentre outros).

Quadro LXX – Meta Física e Financeira da Ação Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Equipar os serviços de saúde dos pólos base indígenas para ampliar a capacidade na promoção da atenção integral à saúde da família indígena.	97.890,51	100	100

O investimento para implementação do subsistema de saúde indígena totalizou R\$97.890,51 (noventa e sete mil oitocentos e noventa reais e cinquenta e um centavos), referente ao elemento de despesa equipamento e material permanente, no qual foi adquirido 18(dezoito) camas, 12 (doze) mesas, 05 (cinco) aparelhos de ar condicionado, 05 (cinco) balcões para atendimento de metal, 10 (dez) aparelhos de fax, 02 (dois) fogões, 02 (dois) refrigeradores doméstico, 02 (dois) freezer, 22 (vinte e duas) cadeiras, 06 (seis) poltronas, 12(doze) ventiladores, 01(um) aparelho telefônico, 03 (três) exaustores, 05(cinco) computadores, 03(três) aparelhos dvd, 03 (três) detector fetal, 03 (três) aparelhos para medição de glicose e 15(quinze) otoscópios para atender os pólos base, pontos de apoio, postos de saúde e aldeias indígenas.

Ação: - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.

Quadro LXXI- Dados Gerais da Ação Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Combater a desnutrição na população indígena
Descrição	Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersectoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Inserir nome do(s) Distrito(s) Sanitário(s) Especial(is) Indígena(s) - DSEI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.

A assistência à saúde e nutrição se faz necessário em qualquer população e em todas as faixas etárias, entretanto, alguns grupos apresentam peculiaridades em relação à situação de saúde e ao estado nutricional, merecendo uma atenção especial e um atendimento diferenciado. Entre eles, encontram-se as crianças, os idosos e as gestantes, que dentre as inúmeras situações, são os mais suscetíveis a variações no peso corporal e a infecções.

As crianças, especialmente aquelas na faixa etária entre zero a cinco anos, necessitam de uma alimentação adequada e cuidados básicos de saúde, a fim de possibilitar a expressão máxima do potencial genético de crescimento. Nem sempre o meio em que as crianças vivem é adequado, pois quando este é caracterizado por condições socioeconômicas deficientes e condições de moradia e ambientais inadequadas, estas crianças estarão mais vulneráveis ao acometimento por doenças infecciosas e parasitárias, além de agravos nutricionais, que podem variar de uma perda de peso moderada a grave.

A população indígena brasileira, de uma maneira geral, possui precárias condições de vida. As crianças indígenas são avaliadas a partir das medidas de peso e altura que, quando combinadas com a idade, permitem a construção de índices de peso para altura, peso para a idade, altura para a idade e índice de massa corporal para a idade que, a partir da comparação com um padrão de referência, pode-se obter o diagnóstico do estado nutricional individual.

A maioria das crianças indígenas é acometida por distúrbios nutricionais, apresentando prevalências elevadas de baixo peso para a idade e déficits de crescimento. As principais causas deste agravante estado nutricional infantil é o difícil acesso a bens e serviços, bem como pelas precárias condições ambientais, envolvendo as condições de moradia e as condições sanitárias, além da, quase ausência, de disponibilidade de alimentos.

Considerando as condições de vida e de saúde da população indígena, os problemas por eles enfrentados hoje são decorrentes de uma

exclusão social a que vêm sendo submetidos há muitos anos, caracterizada por difícil acesso à educação e a serviços básicos de atenção à saúde, além da discriminação étnica e racial.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena, SISVAN, tem o objetivo de realizar um acompanhamento sistemático, capaz de traçar um perfil alimentar e nutricional das crianças menores de cinco anos e das gestantes indígenas.

Os resultados alcançados com a execução destas atividades poderão e deverão subsidiar a formulação de políticas públicas específicas como orientar a elaboração do planejamento das ações de promoção da saúde e nutrição a serem executadas pelo DSEI.

A presença de determinados agravos de saúde (doenças respiratórias, parasitoses, gastroenterites), nas comunidades indígenas, associada às formas de subsistência e no estilo de vida, podem ser os responsáveis pela ocorrência de desnutrição que atinge principalmente as crianças, já que elas se apresentam mais vulneráveis a esta ocorrência.

Os fatores que contribuem para a ocorrência de desnutrição entre as crianças indígenas estão relacionados ao processo saúde e doença e merecem uma atenção diferenciada, pois apresentam características específicas, envolvendo questões socioeconômicas, ambientais, de morbidade e biológicas e de consumo alimentar.

Considerando o consumo alimentar como determinante do estado nutricional de crianças indígenas, é importante destacar que a disponibilidade de recursos alimentares é afetada pelo abandono das práticas tradicionais de subsistência, como a agricultura familiar, a caça, a pesca e a coleta de frutos silvestres.

Esse abandono pode ser reflexo da quantidade de terra disponibilizada às comunidades indígenas e das alterações ocorridas na fauna e na flora local, caracterizadas pelo desmatamento e, em algumas comunidades, pelo desgaste do solo ocorrido por uma agricultura intensiva.

A atuação do DSEI teve o objetivo de avaliar o estado nutricional de crianças menores de cinco anos e gestantes, disponibilizando suplementação de vitamina A e a distribuição de cestas básicas.

A partir deste contexto serão apresentadas as atividades programadas, bem como os resultados alcançados.

Salienta-se que as atividades foram programadas de acordo com os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Atividades Programadas:

- Prover atividades de distribuição de cestas de alimentos nas aldeias, de acordo com o programa social em 04 Pólos Base.

A liberação dos gêneros alimentícios é realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ficando sob a responsabilidade do DSEI a montagem e distribuição das cestas, para a população indígena. Desta forma não há como o DSEI definir o número de cestas a ser distribuídas em um determinado ano, vez que depende da liberação dos gêneros alimentícios pela CONAB.

Os critérios utilizados, pelo DSEI, para a distribuição das cestas básicas: crianças desnutridas menores de 5 anos, gestantes desnutridas, idosos acima de 60 anos desnutridos que não recebam benefício pecuniário e/ou previdenciário e que sejam portadores de tuberculose.

A entrega da cesta básica é realizada com supervisão das enfermeiras das EMDSI que orienta as mães sobre a higiene dos alimentos, e a importância da puericultura.

- Distribuir cápsula de vitamina A nos 06 Pólos Base;
- Monitorar o estado nutricional de crianças menor de 5 anos;
- Monitorar o estado nutricional de gestantes e
- Avaliar o Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional.

Resultados Alcançados:

- a)** Distribuição de 1.751 cestas básicas, nos pólos base.
- b)** Suplementação com 300 cápsulas de Vitamina A, crianças de 06 a 11 meses de idade.
- c)** Distribuição de cápsulas de Vitamina A a 1.783 crianças, de 12 a 59 meses de idade.
- d)** Acompanhamento de 512 crianças mensalmente, menores de cinco anos de idade.
- e)** Acompanhamento de 2.282 gestantes no ano.
- f)** Monitoramento do SISVAN, através da realização de supervisão das atividades desenvolvidas pela equipe multidisciplinar dos municípios de Euclides da Cunha e Banzaê do pólo base de Feira de Santana, oportunidade em que foi apresentada e analisada as seguintes orientações:
 - Forma de preenchimento dos formulários consolidados de gestantes, crianças, benefícios e aleitamento materno do SISVAN, a partir do formulário diário de acompanhamento de crianças e gestantes;
 - Forma de preenchimento dos formulários do SISVAN e de Vitamina A;
 - Fórmula para elaboração do cálculo do estado nutricional de crianças menores de 5 anos e de gestantes;
 - Critério de inclusão de crianças menores de 5 anos em risco nutricional na relação de recebimento de cestas básicas;
 - Uso da balança pediátrica tipo relógio para a pesagem de crianças;
 - Uso da balança plataforma para pesagem de adulto.

Em virtude dos pólos base não dispor de nutricionista para o acompanhamento do SISVAN, o mesmo tem sido executado pelas enfermeiras durante as consultas de puericultura, porém a cobertura não atinge os índices ideais, mas o programa é bem aceito pelas mães que tem comparecido regularmente para proceder o acompanhamento das crianças, o que contribuiu para a normalização do peso, de algumas crianças de baixo peso. Desta forma é importante que sejam

apresentadas às facilidades, dificuldades e medidas a serem implementadas, com vistas a melhorar o nível de cobertura no próximo ano, como também os recursos aplicados nesta ação.

Ressalta-se que na sede do DSEI existe 01 nutricionista que faz o acompanhamento e avaliação do programa nos pólos base.

Quadro LXXII - Meta Física e Financeira da Ação Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Implementar as ações da Vigilância Alimentar e Nutricional no DSEI da Coordenação Regional da Bahia.	28.709,63	100	100

O valor da meta financeira refere-se aos elementos de despesa de diárias e de indenizações e restituições, sendo R\$677,40 (seiscentos e setenta e sete reais e quarenta centavos) referente as indenizações e restituições e R\$28.032,23 (vinte e oito mil e trinta e dois reais e vinte e três centavos) para pagamento de diárias.

Ação: - Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena.

Quadro LXXIII - Dados Gerais da Ação Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena., Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição	Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos polos base e das casas de saúde do índio-CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde

Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional da Bahia
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Inserir nome do(s) Distrito(s) Sanitário(s) Especial(is) Indígena(s) – DSEI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.

Todo o processo estrutural da Atenção à Saúde dos Povos Indígenas está fundamentado nas determinações da Lei nº. 8.080/90, na Constituição Federal de 1988, somado a uma legislação específica – Decreto nº. 3.156/99, Portaria nº. 1.163/GM/99, Lei nº. 9.836/99 e Portaria nº. 70/GM/04.

A atenção básica à população indígena é realizada, através da implementação dos programas de saúde preconizados pelo Ministério da Saúde: Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena, ações de Saúde Bucal, Dst/Aids, Tuberculose e Imunização.

Saúde da Mulher:

O Programa de Saúde da Mulher desenvolve no DSEI ações voltadas para:

I - Programa de Pré-natal, com o objetivo de acolher a mulher desde o início da gravidez, assegurando, ao fim da gestação, o nascimento de crianças saudáveis e a garantia do bem-estar materno, neonatal.

II - Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo de Útero e de Mama, com vistas a reduzir a mortalidade e as repercussões físicas, psíquicas e sociais desses cânceres, por meio da oferta de serviços

para prevenção e detecção em estágios iniciais da doença, tratamento e reabilitação das mulheres.

O público alvo deste programa são as mulheres grávidas, em idade fértil, 10 a 49 anos de idade e as acima de 49 anos de idade.

Meta - Garantir a disponibilização de exames citopatológicos cérvico-uterino para mulheres indígenas em idade fértil (25 a 59 anos) no DSEI.

Situação da Meta – Alcançada em 100%, pois os exames foram disponibilizados para todas as mulheres, em idade fértil, inscritas.

Atividades Programadas:

- Realizar os Exames do Programa de Controle do Câncer Cérvico Uterino nas Mulheres em Idade Fértil.
- Inscrever Gestantes até o 1º Trimestre de Gestação no Programa do Pré-Natal.
- Avaliar as ações do Programa da Saúde da Mulher

Resultados Alcançados:

- 202 gestantes inscritas até o primeiro trimestre de gestação no programa do pré-natal;
- 594 gestantes assistidas durante o pré-natal;
- 483 mulheres em idade fértil inscritas para coleta do material do exame de papanicolau;
- 483 mulheres em idade fértil que realizaram os exames do PCCU;
- 03 exames diagnosticados com NIC I;
- 02 exames diagnosticados com NIC II;
- Discussão do planejamento familiar com as mulheres e lideranças indígenas;

- Apresentação dos métodos contraceptivos aprovados pelo Ministério da Saúde;
- Distribuição de preservativos e sensibilização quanto ao seu uso no pólo base de Feira de Santana;
- Acompanhamento da mulher em todo o ciclo gravídico-puerperal;
- Formação do "Grupo de Gestantes" em Euclides da Cunha;

Saúde da Criança:

O programa da Criança visa reduzir a morbidade e a mortalidade em crianças menores de 5 anos de idade e melhorar a qualidade da atenção que lhes é prestada na saúde e no lar e o atendimento é direcionado para as crianças indígenas de 0 a 5 anos de idade.

Meta - Reduzir em 5% a mortalidade infantil indígena no DSEI.

Situação da Meta – Alcançada em 100%, em relação a 2007 a mortalidade infantil reduziu 7%.

Atividades Programadas:

- Inscrever e acompanhar crianças menores de 5 anos no Programa de Crescimento e Desenvolvimento.
- Realizar exame do pezinho em recém-nascidos.
- Tratar os casos de diarreia diagnosticados em menores de 5 anos.
- Tratar os casos de infecção respiratória diagnosticados em menores de 5 anos.
- Avaliar as ações do Programa da Criança.

Resultados Alcançados:

- 2030 crianças menores de 5 anos de idade inscritas no programa de crescimento e desenvolvimento;
- 320 exames do pezinho realizado em recém – nascidos;
- 670 casos de diarreia tratados em menores de 5 anos de idade;
- 476 casos de infecção respiratória tratados em menores de 5 anos de idade.

Saúde Bucal

As ações de Saúde Bucal estão voltadas principalmente para a prevenção (procedimento coletivo) e o controle da infecção intra-bucal (procedimento individual). A população beneficiada são todos os indígenas que estão na circunscrição do DSEI-BA.

Meta - Desenvolver atividades de escovação dental supervisionada no DSEI

Situação da Meta – Alcançada em 100%, atividades foram desenvolvidas com os povos indígenas da circunscrição do DSEI.

Atividades Programadas:

- Orientar quanto às técnicas de escovação;
- Aplicar uso tópico do flúor;
- Aplicar selante.

Resultados Alcançados:

- 3845 crianças com aplicação de flúor;
- 427 crianças com aplicação de selante;
- 7712 crianças orientadas quanto às técnicas de escovação.

DST/Aids

O DSEI realiza ações de DST/AIDS com vistas a diagnosticar, tratar e controlar estes agravos na área indígena.

Meta - Monitorar e acompanhar as ações de controle das DST/AIDS no DSEI

Situação da Meta – Alcançada em 100%, vez que as ações de DST?Aids foram acompanhadas.

Atividades Programadas:

- Notificar os casos diagnosticados de DST/Aids.
- Tratar os casos diagnosticados de DST/Aids.
- Investigar todo caso notificado;
- Encaminhar para o Centro de referência os pacientes de sorologia positiva para AIDS.

Resultados Alcançados:

- Diagnosticados 103 casos de DST/Aids, sendo a maior incidência no pólo base de Porto Seguro;
- Notificação de 82 casos de DST/Aids;
- Tratados 96 casos de DST/Aids
- 21 contatos examinados e 19 tratados;
- Distribuição de preservativos masculinos;
- Adesão das mulheres e casais ao uso de preservativos;
- Sensibilização da população quanto à importância do uso da camisinha na prevenção das DST;

- Realização de encontros com a população para discussão do tema “Prevenção de DST/AIDS”;
- Acompanhamento dos pacientes soropositivos pelo CTA (Porto Seguro).

Tuberculose

O Programa de Tuberculose tem o objetivo de diagnosticar pelo menos 90% dos casos esperados e curar pelo menos 85% dos casos diagnosticados e implementar as ações de controle da tuberculose, na área indígena:

- Garantir acesso ao tratamento supervisionado e/ou auto-administrado dos casos;
- Proteger os sadios, através da vacina BCG e
- Alimentar e analisar os dados.

O público alvo são as pessoas maiores de 15 anos que procuram o serviço, sintomáticos respiratórios e crianças que procuram o serviço de saúde, portadoras de pneumopatias e outras manifestações clínicas sugestivas de tuberculose.

Meta - Reduzir a incidência de tuberculose em 10% no DSEI

Situação da Meta – Alcançada em 100%, vez que a redução da incidência foi de 10%

Atividades Programadas:

- Identificar sintomático respiratório através de busca ativa
- Diagnosticar e tratar todos os casos de tuberculose confirmados
- Examinar os contatos de casos de tuberculose pulmonar positiva

Resultados Alcançados:

- Identificação de 190 sintomáticos respiratórios, através de busca ativa;
- Diagnosticados 11 casos de tuberculose, sendo 02 casos remanescentes do ano de 2007;
- Tratados 07 casos de tuberculose. Os outros 04 casos ainda de encontram em tratamento, vez que o processo de tratamento tem duração de seis meses;
- Realização de exame em 17 contatos de casos de tuberculose pulmonar positiva;
- Implementação da busca ativa, o que possibilitou o diagnóstico prévio em 50% dos casos devido a busca ativa;

Imunização

O programa de imunização visa contribuir para:

- manutenção do estado de erradicação da poliomielite;
- o controle ou erradicação:
 - do sarampo; da difteria; do tétano neonatal e acidental; da coqueluche; das formas graves da tuberculose; da rubéola – em particular a congênita; da caxumba; da hepatite B; da febre amarela; da raiva; das doenças invasivas causadas por *Haemophilus influenzae* tipo B;
- o controle de outros agravos, coordenando o suprimento e a administração de imunobiológicos indicados para situações ou grupos populacionais específicos, tais como:
 - vacina contra a meningite meningocócica tipo C; vacina contra a febre tifóide; vacina contra a hepatite A; vacina acelular contra a difteria, o tétano e a coqueluche; vacina contra a infecção pelo pneumococo; vacina contra influenza; vacina de vírus inativado contra a poliomielite; vacina contra a raiva

humana – célula diplóide; imunoglobulina anti-hepatite B; soro e imunoglobulina anti-rábica; soro e imunoglobulina antitetânica; vacina e imunoglobulina antivaricela zóster; e soros antipeçonhentos para acidentes provocados por serpentes, aranhas e escorpiões.

Os beneficiários deste programa é toda a população indígena da população indígena do Estado da Bahia. Para um melhor acompanhamento e análise dos dados prioriza-se a seguinte faixa de idade:

- menores de um ano;
- menores de cinco anos;
- gestantes;
- mulheres em idade fértil;
- menores de 15 anos; e
- maiores de 60 anos.

Meta - Alcançar cobertura vacinal de 80% para as vacinas Tetravalente e Pólio Oral em crianças < 1 ano de idade.

Situação da Meta – Alcançada em 100%

Atividades Programadas:

- Imunizar menores de ano com BCG, Tetravalente, Hepatite B, Pólio, Febre Amarela.
- Imunizar crianças de um ano a menor de cinco anos em Tetravalente, Hepatite B, Pólio, Febre Amarela, Varicela, Pneumococos, Tríplice Viral.
- Imunizar mulheres em idade fértil em dt, Tríplice Viral, Hepatite B.
- Etapa Programada
- Imunizar gestantes em dt e Hepatite B

- Realizar 4 etapas anuais de vacinação
- Imunizar crianças de um ano a menor de cinco anos em Febre Amarela.

Resultados Alcançados:

- 453 crianças menores de um ano imunizadas com BCG;
- 279 crianças de 6 a 11 meses imunizadas contra Difteria, Tétano, Coqueluche e Meningites (Vacina Tetravalente);
- 312 crianças de 6 a 11 meses imunizadas contra Poliomielite;
- 182 crianças de 9 a 11 meses imunizadas contra Febre Amarela;
- 128 crianças de 1 a 4 anos, susceptíveis, imunizadas contra Difteria, Tétano, Coqueluche e Meningites (Vacina Tetravalente);
- 123 crianças de 1 a 4 anos, susceptíveis imunizadas contra Hepatite B;
- 397 crianças de 1 a 4 anos, susceptíveis imunizadas contra Poliomielite;
- 131 crianças de 1 a 4 anos, susceptíveis imunizadas contra Febre Amarela;
- 413 crianças de 1 a 4 anos, susceptíveis imunizadas contra Varicela;
- 541 crianças de 1 a 4 anos, susceptíveis imunizadas contra Caxumba, Sarampo e Rubéola (Vacina Tríplice Viral);
- 534 crianças de 2 a 4 anos, susceptíveis imunizadas contra Pneumococos 23;
- 326 mulheres em idade fértil, susceptíveis imunizadas contra Difteria e Tétano (vacina Dupla Adulto - Dt);
- 927 mulheres em idade fértil, susceptíveis imunizadas contra Caxumba, Rubéola e Sarampo (Vacina Tríplice Viral)
- 621 mulheres em idade fértil, susceptíveis imunizadas contra Hepatite B
- 326 gestantes imunizadas contra Difteria e Tétano (dt);
- 670 adultos, com 60 e + anos imunizados com a vacina Influenza;

- Realização de 4 etapas anuais de vacinação, em todos os Pólos Base.

Além das atividades específicas desenvolvida nos programas de saúde, descritas anteriormente, foram realizadas ainda as seguintes atividades:

- Reunião com Secretário Municipal de Saúde, Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena, EMDSI, do município de Camacan, enfermeira supervisora e o responsável pelo Pólo Base de Ilhéus, com o objetivo de discutir a prestação da assistência à saúde indígena naquele município, mais precisamente da aldeia de Panelão. Foi apresentada e definida também a carga horária que os profissionais das equipes têm que cumprir, a fim de que os indígenas tenham a sua assistência integral garantida. Em relação ao apoio logístico decidiu-se que seria destinado um veículo em melhores condições de uso para o transporte dos profissionais até as aldeias.
- Reunião com a Prefeita e Secretário de Saúde do Município de Camacan e o responsável pelo Pólo Base de Ilhéus, com vistas a regularização dos débitos junto ao posto de combustível primavera. Estes débitos eram referentes ao transporte das equipes para aldeias. Definiu-se que o município sanaria esta pendência. Outro aspecto abordado foi à reforma do Posto de Saúde de Água Vermelha, cujo custo será também de responsabilidade do município.
- Reunião com Secretário Municipal de Saúde do município de Pau Brasil e o responsável pelo Pólo Base de Ilhéus para discutir a contratação de um Agente Indígena de Saúde, AIS, para a comunidade de Água Vermelha e a compra de um transformador de voltagem para o Posto de Saúde da aldeia de Caramuru Paraguaçu. O Pólo Base tem uma parceria fortalecida com o município de Pau Brasil e estas pendências foram regularizadas.

- Reunião Técnica com a EMDSI do município de Banzaê, Secretária de Saúde do Município de Ribeira do Pombal, representantes da Secretaria de Saúde do município de Banzaê e representante do pólo base de Feira de Santana, totalizando 17(dezessete) profissionais, que atuam direta e indiretamente com a saúde indígena do município de Banzaê. Foram abordados os seguintes assuntos: Suspensão do atendimento do médico (ortopedia e outras especialidades), exames laboratoriais, USG, etc. no município de Banzaê; não atendimento de procedimentos da atenção básica, como exames laboratoriais, e procedimentos de média complexidade (consultas especializadas, USG, RX) pelo município de Ribeira do Pombal devido a suspensão do incentivo para atendimento a população indígena que era repassado pela SAS à secretaria de saúde do município de Ribeira do Pombal; baixa produtividade da EMDSI de Banzaê; obrigatoriedade da realização de investigação epidemiológicos de óbitos em menores de anos e dos casos de gestantes vacinadas inadvertidamente com a vacina da rubéola (Tríplice Viral) em conjunto com a vigilância epidemiológica do município; importância da elaboração dos cronogramas de atendimento da EMDSI de forma articulada com todos os profissionais da equipe e a necessidade do atendimento programático do médico, que deverá atender de acordo com as orientações de cada programa de saúde, além da demanda espontânea e a implantação do Cartão SUS para a população indígena. Esta reunião fortaleceu as orientações às EMDSI, quanto à obrigatoriedade do desenvolvimento das atividades de cada profissional da equipe em consonância com as diretrizes do Programa de Saúde da Família Indígena.
- Supervisão das atividades dos programas desenvolvidos pelas enfermeiras e auxiliares de enfermagem das EMDSI nos municípios de Euclides da Cunha e Banae, com o objetivo principal de verificar o registro nos livros dos programas das atividades desenvolvidas de

acordo com orientação repassada em supervisão. Além disto, foram orientados e discutidos os seguintes pontos: correto preenchimentos dos instrumentos de coleta de dados referentes aos atendimentos nas aldeias: hiperdia e diabetes, saúde da mulher (pré-natal, PCCU), mapa de atendimento diário realizado pela medica, etc; necessidade de elaboração de relatório descritivo trimestral das atividades realizadas e/ou dificuldades enfrentadas pela EMDSI; orientação quanto à dispensação de medicamento genéricos da farmácia básica indígena; discussão sobre a importância de um trabalho de educação continuada com os AIS, com o envolvimento das lideranças locais, visando fortalecer a participação da comunidade nas atividades dos programas de saúde que devem ser desenvolvidas pela EMDSI.

- Reunião com Secretário Municipal de Saúde do município de Itajú do Colônia, o responsável pelo pólo base de Ilhéus e lideranças indígenas para discutir a regularização da distribuição de medicamentos e da marcação de consultas dos indígenas da aldeia de Bahetá. A Secretaria Municipal de Saúde se comprometeu em sanar esta situação, bem como avisar com antecedência ao pólo base de Ilhéus, a fim de que o transporte do indígena seja providenciado.
- Reunião do chefe do DSEI, secretário municipal de Rodelas e lideranças indígenas da comunidade de Tuxá Retomada e de Atikum, em função da decisão da liderança indígena de Rodelas em não permitir o atendimento dos indígenas Tuxás Retomada e Atikum no posto de saúde daquela comunidade. Decidiu-se pelo atendimento imediato dos Tuxá Retomada no posto de saúde da aldeia de Rodelas e o dos Atikum no posto de saúde do município.
- Reunião com as lideranças indígenas no pólo base de Ilhéus para identificar o nível de satisfação em relação ao atendimento prestado as comunidades indígenas da jurisdição daquele pólo base. Realizou-se uma avaliação crítica da qualidade do atendimento dispensado

aos indígenas com a definição das necessidades mais urgentes, levando a uma compreensão, mais ampla, das lideranças quanto ao papel do prestador de serviço.

- Reunião na aldeia Canta Galo no município de Banzaê, com as lideranças indígenas com o objetivo de esclarecer alguns procedimentos de rotina (consultas, exames, deslocamento de viaturas para atendimento de emergências, distribuição de medicamentos, dentre outros), bem como questões relacionadas ao orçamento previsto para o exercício de 2008.
- Reunião com as comunidades da aldeia Mata Medonha e lideranças indígenas de Coroa Vermelha para verificação dos procedimentos realizados para o atendimento às comunidades;
- Reunião nas aldeias de Morrinhos, Itaim, Passagem e Vargem Alegre, com Secretário de Saúde de Ibotirama, com vistas a estabelecer parceria com o gestor municipal para melhorar a qualidade do serviço prestado ao indígena naquelas aldeias.
- Reunião com lideranças e demais representantes da etnia Kaimbé, aldeia Massacará, para garantir condições de segurança para os servidores e prestadores de serviço na saúde indígena, diante da ocorrência de agressões a motoristas que trabalham em regime de plantão naquela aldeia. Foram abordados os fatos ocorridos de agressões, a preocupação dos demais servidores em trabalhar naquela área, o consumo de bebidas alcoólicas por parte de indígenas e sobre as medidas a serem tomadas para se garantir a segurança dos servidores em área. Os indígenas presentes se comprometeram a dar apoio e proteger os servidores em área, as lideranças também se assumiram o compromisso de impor aos agressores as condições de conduta para poderem permanecer na aldeia. A partir desta reunião não houve mais registro de agressões a servidores naquela aldeia e os dois autores das agressões que deram origem à reunião foram expulsos da aldeia por não de adaptarem ao regime de conduta local.

- Reunião técnica com o corpo técnico do DSEI, enfermeiras supervisoras e responsáveis dos pólos base, profissionais das EMDSI para avaliar os resultados alcançados em 2007 e elaborar o planejamento para 2008 em relação a assistência integral da saúde indígena.
- Realização do I Seminário Integrado de Atenção À Saúde dos Povos Indígenas do Estado da Bahia (três instâncias governamentais, usuários conselheiros CONDISI-BA, Organizações Indigenistas) para sensibilizar gestores, técnicos, representantes das instâncias de controle social e outros parceiros engajados no processo orientado pelas diretrizes da Portaria GM-2656, de 17 de outubro de 2007, que dispõe sobre as responsabilidades na prestação da atenção à saúde indígena. O Seminário foi promovido pela FUNASA/Coordenação Regional da Bahia e Secretaria da Saúde do Estado (SESAB), partiu de uma demanda advinda dos diversos segmentos envolvidos na discussão, reflexão e operacionalização das ações preconizadas pela Portaria GM-2656/2007, com vistas à obtenção de maiores esclarecimentos e entendimentos acerca dos instrumentos/metodologias que nortearão todas as etapas para se estabelecer os atos de pactuações que garantirão o desenvolvimento das ações de atenção à saúde dos povos indígenas do Estado da Bahia. A Portaria GM/MS-2656, de 17 de outubro de 2007, estabeleceu mecanismos de controle dos compromissos e responsabilidades das três instâncias de governo quanto à alocação de recursos *per capita* para a prestação da atenção integral à saúde indígena, garantindo o acesso dessa população ao Sistema Único de Saúde (SUS) e com a participação efetiva dos representantes do controle social (Conselhos Local e Distrital de Saúde Indígena) em todas as etapas de formulação, deliberação, execução, acompanhamento e avaliação da Política de Saúde Indígena. Pode-se afirmar que esse Seminário foi o instrumento desencadeador, no contexto do DSEI-BA, para o processo de planejamento participativo

das ações que efetivarão os pactos de atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo. A promoção, organização e realização do evento ficaram por conta da parceria entre o DSEI e SESAB.

- Reunião com a Prefeita e a Secretária de Saúde do município de Banzaê, Secretária de Saúde do município de Ribeira do Pombal, chefe do DSEI, responsável e enfermeira supervisora do pólo base de Feira de Santana para discutir assuntos relacionados com o processo de pactuação das ações de saúde dos povos indígenas do município de Banzaê.
- Reunião técnica com os gestores estadual e municipais (Ilhéus, Camamu, Una, Buerarema, Camacan, Itaju do Colônia, Pau Brasil, Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia, Belmonte, Itamaraju, Prado, Santa Rita de Cássia, Angical, Ibotirama, Muquém São Francisco e Serra do Ramalho) bem como usuários (representantes dos conselhos locais e distrital) acerca do processo de implantação e pactuação das diretrizes da portaria.
- Reunião com lideranças indígenas Pataxó, prefeitos e secretários de saúde do extremo sul da Bahia, com as comunidades indígenas Kaimbé de Massacará e Kiriris de Mirandela e Araçás, com secretários de saúde da jurisdição do Pólo Base de Paulo Afonso e Feira de Santana com vistas a sensibilizar e esclarecer os gestores estadual e municipais (Abaré, Curaçá, Sobradinho, Glória, Paulo Afonso, Rodelas, Banzaê e Euclides da Cunha) bem como usuários (representantes dos conselhos locais e distrital) acerca do processo de implantação e pactuação das diretrizes da portaria, apresentar instrumentos preliminares sugeridos pelo DESAI/FUNASA e DSEI-BA, para nortear a condução do processo de pactuação; construir, conjuntamente com os atores envolvidos, metodologia para fomentar positivamente a viabilização das próximas etapas do processo. A participação efetiva de todos os seis gestores municipais

convidados e envolvidos no processo para efetivação do termo de pactuação quanto à aplicação dos recursos dos Incentivos de Atenção Básica aos Povos Indígenas (IAB-PI) e de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), bem como dos representantes dos servidores locais, profissionais das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e dos usuários;

- Reuniões ordinárias do Conselho Distrital dos Povos Indígenas, CONDISI-BA, bem como a organização e reestruturação dos Conselhos Locais de Saúde Indígena do DSEI-BA.

Quadro LXXIV – Meta Física e Financeira da Ação Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Planejado		Realizado %	
Meta Física	Meta Financeira R\$	Meta Física	Meta Financeira R\$
Implementar as ações dos Programas de Saúde para Assistência Integral à Saúde do Povos Indígenas no DSEI da Coordenação Regional da Bahia, com o fomento do controle social.	712.796,20	100	100

Quadro LXXV – Detalhamento da Meta Financeira, por Natureza da Despesa, da Ação Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena., Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Elemento de Despesa	Natureza da Despesa	Valor em R\$
14	Diárias - Pessoal Civil	591.435,10
93	Indenizações e Restituições	476,24
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	24.710,18
33	Passagens e Despesas e com Locomoção	96.174,68
Total		712.796,20

2.4. Desempenho Operacional

Toda e qualquer organização seja pública ou privada pode ser entendida como um sistema que realiza o trabalho por meio de um conjunto de atividades inter-relacionadas, que utilizam recursos e produzem bens e serviços denominados de processos.

São os processos finalísticos, de apoio ou de gestão que tem impacto direto no cumprimento da Missão Institucional, ou seja, são fundamentais para a execução das estratégias e atividades de rotina.

Para cada processo são desenvolvidos indicadores que constituirão o sistema de avaliação do desempenho institucional. Os indicadores são dados ou informações, preferencialmente numérico, que representam um determinado fenômeno e são utilizados para avaliar um processo e os seus resultados.

Segundo Deming *"Não se gerencia o que não se mede não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, não há sucesso no que não se gerencia"*.

Assim, os indicadores de desempenho são ferramentas de gestão que definem um valor de referência, a partir do qual se pode estabelecer uma comparação entre as metas planejadas e os resultados alcançados e os efeitos esperados na política pública.

A idéia de incorporar os indicadores e metas de desempenho é de disponibilizar informações sobre o desempenho institucional na execução das políticas públicas.

Os indicadores também devem ser utilizados no planejamento das ações, como uma forma de aprimorar o desenvolvimento institucional naquelas atividades em que não foi alcançado o pleno sucesso.

Diante deste contexto, os indicadores a seguir apresentados, estão relacionados diretamente com as metas estabelecidas e a execução das atividades realizadas em 2008.

Indicador 1: Percentual de Acompanhamento dos Convênios de Sistema de Abastecimento de Água.

Utilidade: Medir o percentual alcançado da meta de 2008 do acompanhamento dos convênios de sistema de abastecimento de água.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de convênios de sistema de abastecimento de água acompanhados em 2008 dividido pelo número de convênios de sistema de abastecimento de água a acompanhar em 2008 multiplicado por 100.

Método de aferição: O acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas. As ferramentas utilizadas para aferição dos dados são: Planilhas de Convênios, modelos de análise técnica no SISCON, relatórios de visita técnica (SIGESAN) e processos de prestação de contas (parcial/final)

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 100%

Indicador 2: Percentual de Acompanhamento dos Convênios de Sistema de Esgotamento Sanitário.

Utilidade: Medir o percentual alcançado da meta de 2008 do acompanhamento dos convênios de esgotamento sanitário.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de convênios de esgotamento sanitário acompanhados em 2008 dividido pelo número de convênios de esgotamento sanitário a acompanhar em 2008 multiplicado por 100.

Método de aferição: O acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas. As ferramentas

utilizadas para aferição dos dados são: Planilhas de Convênios, modelos de análise técnica no SISCON, relatórios de visita técnica (SIGESAN) e processos de prestação de contas (parcial/final)

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 100%

Indicador 3: Percentual de Acompanhamento dos Convênios de Melhoria Sanitária Domiciliar.

Utilidade: Medir o percentual alcançado da meta de 2008 do acompanhamento dos convênios de melhorias sanitárias domiciliares.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de convênios de melhorias sanitárias domiciliares acompanhados em 2008 dividido pelo número de convênios de melhorias sanitárias domiciliares a acompanhar em 2008 multiplicado por 100.

Método de aferição: O acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas. As ferramentas utilizadas para aferição dos dados são: Planilhas de Convênios, modelos de análise técnica no SISCON, relatórios de visita técnica (SIGESAN) e processos de prestação de contas (parcial/final)

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 100%

Indicador 4: Percentual de Acompanhamento dos Convênios de Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas.

Utilidade: Medir o percentual alcançado da meta de 2008 do acompanhamento dos convênios de melhoria habitacional para o controle da doença de chagas.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de convênios de melhoria habitacional para o controle da doença de chagas acompanhados em 2008 dividido pelo número de convênios de melhoria habitacional para o controle da doença de chagas a acompanhar em 2008 multiplicado por 100.

Método de aferição: O acompanhamento consta de atividades específicas da área de engenharia, tais como: pré-análise, análise técnica, visita preliminar, visita de acompanhamento de obras, visita e emissão de parecer técnico parcial/final de prestação de contas. As ferramentas utilizadas para aferição dos dados são: Planilhas de Convênios, modelos de análise técnica no SISCON, relatórios de visita técnica (SIGESAN) e processos de prestação de contas (parcial/final)

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Divisão de Engenharia de Saúde Pública

Resultado do indicador no exercício: 100%

Indicador 5: Coeficiente de Cobertura Vacinal em menor de ano em Tetravalente

Utilidade: Medir o percentual de cobertura vacinal nas crianças menores de ano em tetravalente.

Tipo: Eficiência

Fórmula de cálculo: Número de crianças de 6 a 11 meses vacinadas com a terceira dose da vacina tetravalente dividido pelo total de crianças de 6 a 11 meses multiplicado por 100.

Método de aferição: Quantitativo da terceira dose aplicada nas crianças de 6 a 11 meses nos pólos base com população nesta faixa etária.

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Distrito Sanitário Especial Indígena

Resultado do indicador no exercício: 73,9%

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido: A meta recomendada para a tetravalente é de 95% e um dos fatores que pode ter contribuído para o déficit de 21,1% seja devido ao fato de que muitas mães indígenas não

aceitam a vacinação, não permitindo que os seus filhos sejam vacinados, por uma questão cultural, de crenças e mitos.

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

Os pólos bases alcançaram a seguinte cobertura vacinal: Ibotirama 100%, Porto Seguro 62,4%; Ilhéus 84,9%, e Feira de Santana 76%. Destaca-se que os pólos de Paulo Afonso e Juazeiro não possuem população nesta faixa etária a ser vacinada e que o pólo de Ibotirama atingiu a meta.

As medidas a serem implementadas é que a vacinação seja uma atividade de rotina nos postos de saúde das aldeias, desde que sejam adquiridos refrigeradores para a manutenção da cadeia de frio e paralelamente desenvolver atividades de educação em saúde, a fim de minimizar e/ou reduzir conceitos culturais.

Indicador 6: Coeficiente de Cobertura Vacinal em menor de ano em Poliomielite

Utilidade: Medir o percentual de cobertura vacinal nas crianças menores de ano em poliomielite.

Tipo: Eficiência

Fórmula de cálculo: Número de crianças de 6 a 11 meses vacinadas com a terceira dose da vacina pólio dividido pelo total de crianças de 6 a 11 meses multiplicado por 100.

Método de aferição: Quantitativo da terceira dose aplicada nas crianças de 6 a 11 meses nos pólos base com população nesta faixa etária.

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Distrito Sanitário Especial Indígena

Resultado do indicador no exercício: 78,6%

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido: A meta recomendada para a poliomielite é de 95% e um dos fatores que pode ter contribuído para o déficit de 8,7% seja devido ao fato de que muitas mães indígenas não

aceitam a vacinação, não permitindo que os seus filhos sejam vacinados, por uma questão cultural, de crenças e mitos.

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

Os pólos bases alcançaram a seguinte cobertura vacinal: Ibotirama 100%, Porto Seguro 67,7%; Ilhéus 89,2% e Feira de Santana 81,5%. Destaca-se que os pólos de Paulo Afonso e Juazeiro não possuem população nesta faixa etária a ser vacinada e que o pólo de Ibotirama atingiu a meta.

As medidas a serem implementadas é que a vacinação seja uma atividade de rotina nos postos de saúde das aldeias, desde que sejam adquiridos refrigeradores para a manutenção da cadeia de frio e paralelamente desenvolver atividades de educação em saúde, a fim de minimizar e/ou reduzir conceitos culturais.

Indicador 7: Coeficiente de Incidência de Tuberculose na População Indígena.

Utilidade: Medir o coeficiente de incidência de tuberculose bacilífera na população indígena.

Tipo: Efetividade

Fórmula de cálculo: Total de casos novos de tuberculose pulmonar BK+ dividido pela população total indígena multiplicado por 100.000.

Método de aferição: Registro nos mapas de produção dos pólos base o número de casos de tuberculose pulmonares positivos.

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Distrito Sanitário Especial Indígena

Resultado do indicador no exercício: 28/100.000

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido:

Em relação a 2007 ocorreu uma redução na incidência de tuberculose de 10%, vez que naquele ano o coeficiente de incidência era de 38100.000. Saliencia-se que no pólo base de Ibotirama não há casos de tuberculose.

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

As medidas a serem implementadas é a intensificação da busca ativa e um acompanhamento mais severo dos casos em tratamento, a fim de se evitar o abandono do tratamento e conseqüente reincidência do agravo.

Indicador 8: Cobertura média anual de crianças menores de 5 anos acompanhadas pelo SISVAN Indígena no DSEI.

Utilidade: Medir a média de acompanhamento no ano das crianças menores de 5 anos pelo SISVAN.

Tipo: Eficiência

Fórmula de cálculo: Número de crianças menores de 5 anos acompanhadas mensalmente pelo Sisvan, dividido pelo total de crianças menores de 5 anos multiplicado por 100

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Distrito Sanitário Especial Indígena

Resultado do indicador no exercício: 16%

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido:

Na realidade ocorreu um aumento de 6% em relação a 2007 no acompanhamento das crianças, o que demonstra que as mães indígenas, paulatinamente, estão com menos resistência a este tipo de acompanhamento.

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

É necessário desenvolver com mais vigor um trabalho educativo junto com as mães indígenas, sobre a necessidade de avaliação do crescimento e desenvolvimento das crianças, com vistas a prevenir doenças decorrentes do déficit nutricional e/ou de crescimento. Paralelamente, o DSEI deve realizar supervisões, periódicas, nos pólos base, para orientação e acompanhamento do desenvolvimento do SISVAN.

Indicador 9: Cobertura média anual de gestantes acompanhadas pelo SISVAN Indígena no DSEI.

Utilidade: Medir a média de acompanhamento no ano das gestantes pelo SISVAN.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Número de gestantes acompanhadas mensalmente pelo Sisvan, dividido pelo total de gestantes multiplicado por 100.

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Distrito Sanitário Especial Indígena

Resultado do indicador no exercício: 7%

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido:

O percentual de gestantes acompanhadas permaneceu no mesmo patamar de 2007. É necessário considerar alguns aspectos, muitas das gestantes não valorizam o pré-natal, aquelas que procuram assistência é devido algum desconforto que esteja sentindo, e outras que quando desejam realizar o pré-natal procuram o serviço tardiamente, pois ainda é muito presente na cultura indígena o dom de cura e sabedoria do pajé.

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

É necessário desenvolver com mais vigor um trabalho educativo junto com as mães indígenas, sobre a necessidade de avaliação do crescimento e desenvolvimento das crianças, com vistas a prevenir doenças decorrentes do déficit nutricional e/ou de crescimento. Paralelamente, o DSEI deve realizar supervisões, periódicas, nos pólos base, para orientação e acompanhamento do desenvolvimento do SISVAN.

Indicador 10: Coeficiente de Mortalidade Infantil

Utilidade: Medir o coeficiente de mortalidade infantil no DSEI.

Tipo: Eficácia

Fórmula de cálculo: Total de óbitos em menores de ano de idade dividido pelo total de nascidos vivos multiplicado por 1.000

Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Distrito Sanitário Especial Indígena

Resultado do indicador no exercício: 21/1000

Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido:

Em relação a 2007 este indicador teve uma redução de 7%.O que deve ter contribuído para uma melhor avaliação foi o aperfeiçoamento dos registros, em nível de qualidade e fidedignidade.

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

É necessário que seja criada uma comissão de investigação das causas dos óbitos infantis e para tanto é necessário que as pessoas sejam capacitadas para estarem aptas para a realização desta investigação.

2.4.1 Evolução de Gastos Gerais

Quadro LXXVI – Evolução dos Gastos Gerais nos Últimos Três Anos, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. Passagens	165.068,01	267.919,10	246.118,02
2. Diárias E Ressarcimento de Despesas Em Viagens	2.112.836,25	1.652.225,50	2.037.842,50
3. Serviços Terceirizados			
3.1. Publicidade	100.892,19	101.492,69	97.939,19
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.170.830,50	1.730.538,44	1.724.413,90
3.3. Tecnologia da informação	206.150,11	683.644,86	648.857,04

3.4. Outras Terceirizações	1.221.634,66	1.209.165,32	995.952,05
3.5. Suprimento de fundos	668.213,62	414.021,27	703.223,54
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	0,00	355.186,54
TOTAIS	5.645.625,34	6.059.007,18	6.809.532,78

3. Informações Sobre o Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Não houve ocorrências no período.

4. Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores inscritos no Siafi.

Quadro LXXVII – Execução de Restos a Pagar por Ano de Inscrição no SIAFI, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	894.695,75	118.304,13	776.391,62	0,00
2007	271.286,03	0,00	271.286,03	0,00	4.469.624,89	7.573,34	1.758.084,25	2.703.967,30
2008	351.658,26	0,00	346.291,70	5.366,56	**3.331.586,49	*8.586,12	*1.015.802,94	*2.307.197,43
TOTAL	622.944,29	0,00	617.577,73	5.366,56	8.695.907,13	134.463,59	3.550.278,81	5.011.164,73

*Informação até março 2009

**Incluído R\$ 2.703.967,30 de RP 2007 não pago até dezembro 2008 e juntado ao RP de 2008.

Os Restos a pagar que permanecem no sistema há mais de um exercício referem-se a obras de engenharia em área indígena licitadas e empenhadas no final de 2007 e que ainda não foram concluídas até a presente data.

5.Informações Sobre as Transferências Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres, bem como a Título de Subvenção, Auxílio ou Contribuição.

Quadro LXXVIII - Transferências por Convênios, Saldos a Comprovar, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência	Objeto	DOU	Valor Pactuado	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	Beneficiário	CNPJ	Situação
120874	0249/04		22.12.94 a 31.12.08	Descentralização	22.12.94	150.000,00	0,00	0	Barra	13880703/0001-01	Adimplente
349588	333/98	25100.001765/98-65	02.07.98 a 19.07.99	Sist.Abast.Água	03.07.98	61.600,00	0,00	5.600,00	Jussari	13657937/0001-86	Inad.Suspensa
390713	*1462/99	25100.004503/98-25	28.01.00 a 06.12.04	Sist.Abast.Água	28.01.00	63.000,00	0,00	3.000,00	Wanderley	133484790001-01	Adimplente
411627	664/00	25100.001972/00-22	16.01.01 a 30.06.04	VIGISUS	16.01.01	633.723,97	0,00	63.372,39	SESAB	13937131/0001-41	Adimplente
439591	2881/04	25100.006289/01-62	31.12.01 a 05.01.04	Sist.Abast.Água	17.01.02	352.631,58	0,00	17.631,58	Itaguaçu da Bahia	164458430/0001-31	Adimplente
440209	3747/01	25130.004308/01-69	21.01.02 a 21.02.04	Melhorias Sanitárias	21.01.02	157.990,00		7.990,00	Itaparica	13882949/0001-04	Adimplente
489466	*177/03	25130.016819/03-95	22.12.03 a 21.10.07	Melhorias Sanitárias	29.12.03	91.464,00		6.466,51	Macururé	14217343/0001-17	Adimplente
461651	80/02	25100.002386/01-86	02.07.02 a 30.06.04	Vigilancia em Saúde	02.07.02	763.535,90		76.353,59	SESAB	13937131/0001-41	Adimplente
477671	994/02	25130.046150/02-85	15.12.02 a 31.12.05	Sist.Abast.Água	24.12.02	1.108.739,60		26.055,39	Uauá	13698875/0001-97	Adimplente
486758	027/03	25100.011120/03-96	05.12.03 a 30.12.08	Pesquisa/Saúde	18.12.03	699.892,00		0,00	FAPEX	14645162/0001-91	Adimplente
489391	800/03	25100.057753/03-41	22.12.03 a 16.11.08	Melhorias Sanitárias	29.12.03	54.240,56	14.399,50	6.243,09	S.Ant.de Jesus	13825476/0001-03	Adimplente
489924	184/03	25130.012441/03-51	22.12.03 a 10.03.07	Melh. Habit..Chagas	29.12.03	331.621,72		31.621,72	Juazeiro	13915632/0001-27	Adimplente
490063	190/03	25130.016736/03-04	22.12.03 a 20.12.07	Sist.Esgot.Sanitário	29.12.03	529.126,23		29.154,85	Aramari	13646740/0001-41	Adimplente
490437	172/03	25100.057471/03-43	22.12.03 a 03.09.08	Melhorias Sanitárias	29.12.03	154.673,50		4.702,07	Aratuípe	13796073/0001-83	Adimplente
518817	052/04	25100.020236/04-05	30.06.04 a 10.10.08	Melhorias Sanitárias	01.09.04	460.446,25		23.022,31	Senhor do Bonfim	13988308/0001-39	Adimplente

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência	Objeto	DOU	Valor Pactuado	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	Beneficiário	CNP J	Situação
518822	053/04	25100.020238/04-96	30.06.04 a 21.08.06	Melhorias Sanitárias	01.07.04	351.818,26		44.434,65	Xique-Xique	13880257/0001-27	Adimplente
522144	1284/04	25100.023233/04-15	17.12.04 a 22.12.08	Melhorias Sanitárias	21.12.04	215.311,74	39.996,32	15.330,20	Pojuca	13806237/0001-06	Adimplente
527354	1388/04	25100.028926/04-02	27.12.04 a 30.12.08	Melh. Habit..Chagas	30.12.04	1.952.310,87		0,00	Dist.Brejos da Barra	02985516/0001-68	Adimplente
527393	1735/04	25100.041926/04-90	27.12.04 a 19.10.07	esíduos Sólidos	29.12.04	108.400,00		28.400,80	Macarani	137515400001-59	Adimplente
527753	1022/04	25100.022707/04-10	01.07.04 a 11.09.08	Sist.Esgot.Sanitário	02.07.04	1.453.714,70		145.371,49	SEDUR	05457359/0001-70	Adimplente
532132	*2052/04	25100.043573/04-62	23.12.04 a 29.08.08	Melhorias Sanitárias	31.12.04	158.549,62		8.561,68	Ribeirão do Largo	16418683/0001-31	Adimplente
537466	1716/04	25100.041843/04-09	27.12.04 a 28.08.08	esíduos Sólidos	29.12.04	109.180,00		29.183,81	Nilo Peçanha	13758313/0001-55	Adimplente
554657	040/05	25100.020218/05-04	19.12.05 a 21.12.08	Sist.Esgot.Sanitário	28.12.05	524.996,33		24.996,33	Lapão	13891528/0001-40	Adimplente
554661	2065/05	25100.036934/05-03	19.12.05 a 08.11.08	Melhorias Sanitárias	29.12.05	126.210,00		5.251,55	Souto Soares	13922554/0001-98	Adimplente
554662	2066/05	25100.03935/05-40	19.12.05 a 08.11.08	Sist.Abast.Água	29.12.05	413.762,83		13.762,83	Souto Soares	13922554/0001-98	Adimplente
554677	2061/05	25100.036928/05-48	19.11.05 a 13.11.08	Melhorias Sanitárias	28.12.05	319.727,10		19.727,10	Jandaira	13697206/0001-64	Inadimplente
554721	564/05	25100.020834/05-57	19.12.05 a 20.12.08	Melhorias Sanitárias	28.12.05	186.147,09		6.147,09	Barra do Mendes	13702238/0001-00	Adimplente
554737	2699/05	25100.042018/05-02	19.12.05 a 20.12.08	Sist.Esgot.Sanitário	28.12.05	864.604,05		64.604,05	Itapetinga	13751102/0001-90	Adimplente
557580	2476/05	25100.039290/05-05	19.12.05 a 27.12.08	Melhorias Sanitárias	16.01.06	883.276,14		44.172,64	B.Jesus da Lapa	14105183/0001-14	Adimplente
569854	624/06	25100.059627/06-73	20.06.06 a 08.11.08	Sist.Esgot.Sanitário	30.06.06	1.976.666,02		176.666,02	Souto Soares	13922554/0001-98	Adimplente
570139	630/06	25100.059681/06-19	20.06.06 a 12.12.08	Melhorias Sanitárias	30.06.06	139.050,09		4.050,09	Cristopolis	13655089/0001-76	Adimplente
570151	422/06	25100.059110/06-84	28.06.06 a 12.12.08	Melh. Habit..Chagas	19.07.06	1.550.007,06		50.007,06	Jacobina	14197586/0001-30	Adimplente
580006	2455/06	25100.613725/06-69	20.11.06 a 18.10.08	Melhorias Sanitárias	14.12.06	154.875,00	59.000,00	7.375,00	Seabra	13922604/0001-37	Adimplente

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência	Objeto	DOU	Valor Pactuado	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	Beneficiário	CNPJ	Situação
580009	2454/06	25100.613724/06-14	20.11.06 a 18.10.08	Melhorias Sanitárias	14.12.06	501.375,00	191.000,00	23.875,00	Seabra	13922604/0001-37	Adimplente
593374	2961/06	25100.624990/06-72	22.12.06 a 24.12.08	Resíduos Sólidos	08.01.07	210.200,00	135.000,00	75.200,00	Mata de São João	13805528/0001-80	Adimplente

Quadro LXXVIX - Transferências por Convênios, Saldos a Aprovar, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
.043449	CV.065/92	IGNORADO	5/8/1992	31/12/1993	VIG. EPIDEMIOLOG	5/8/1992	36.271,17	0,00	0,00	SESAB	13.937.131/0001-41	Análise Financeira
313140	CV. 032/96	25100.001343/96-82	5/9/1996	6/9/1999	VIG. EPIDEMIOLOG	21/10/1996	69.300,00	0,00	6.300,00	SESAB	13.937.131/0001-41	Análise Financeira
340484	CV.1170/97	25100.004338/97-30	16/1/1998	15/12/2001	COMB. TUBERC.	16/1/1998	371.680,99	0,00	0,00	PM. SALVADOR	13.927.801/0005-72	Análise Financeira
350774	CV.1260/98	25130.002164/97-87	3/7/1998	2/5/2000	COMB. ESQUIST.	8/7/1998	59.356,00	0,00	5.396,00	PM. CATU/BA	13.800.685/0001-00	Análise Financeira
361320	CV.1901/98	25130.001056/98-50	3/7/1998	1/12/1999	COMB. ESQUIS.	10/8/1992	35.700,00	0,00	3.570,00	PM. ESPLANADA/BA	13.885.231/0001-71	Análise Financeira
361772	CV.2000/98	25130.002451/97-79	3/7/1998	16/1/2000	MSD	27/7/1998	288.888,89	0,00	28.888,89	PM. IBIPEBA/BA	13.714.803/0001-50	Análise Financeira
362301	CV.1931/98	25130.000719/98-18	3/7/1998	20/10/2000	COMB. LEISH.VISC.	11/8/1998	40.000,00	0,00	4.000,00	PM. BARRA DA ESTIVA/BA	13.670.658/0001-52	Análise Financeira
363154	CV.1116/98	25100.006092/97-12	3/7/1998	25/10/1999	COMB. LEISH.VISC	14/7/1998	17.914,00	0,00	0,00	PM. CANDEAL/BA	13.607.635/0001-01	Análise Financeira
365306	CV.1718/98	25100.002812/98-89	15/10/1998	8/8/2001	VACINA/TRÍP.VIRAL	19/10/1998	159.180,00	0,00	0,00	FAPEX.	14.645.162/0001-91	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
375027	CV.132/99	25100.005712/98-41	1/6/1999	31/12/2000	MSD	18/10/1999	174.556,70	0,00	0,00	PM. VÁRZEA DA ROÇA/BA	13.896.758/0001-00	Análise Financeira
377051	CV.381/99	25100.004407/99-12	23/11/1999	31/12/2002	VIG. EPIDEMIOL.	23/11/1999	880.000,00	0,00	80.000,00	SESAB	13.937.131/0001-41	Análise Financeira-
377092	CV. 408/99	25100.011513/99-80	17/11/1999	30/6/2004	VIG. AMBIENTAL	25/11/1999	2.775.730,80	0,00	277.573,38	SESAB	13.937.131/0001-41	Análise Técnica
387387	CV.424/99	25100.002000/99-14	18/1/2000	6/1/2003	CÓLERA	18/1/2000	530.040,00	0,00	50.000,00	SESAB	13.937.131/0001-41	Análise Financeira
387724	CV.1356/99	25100.012167/99-66	20/1/2000	30/6/2004	PROJ. VIGISUS	20/1/2000	3.156.058,79	0,00	315.605,87	SESAB	13.937.131/0001-41	Análise Técnica
388246	CV.2278/99	25100.004250/99-52	20/1/2000	22/1/2002	SES	20/1/2000	264.000,00	0,00	24.000,00	PM. BOM JESUS DA LAPA/BA	14.105.183/0001-14	Análise Financeira
390479	EP.2077/99	25100.003236/99-96	21/1/2000	12/8/2001	SANEAM. BÁSICO	21/1/2000	222.222,00	0,00	22.222,00	PM. VALENÇA/BA	14.235899/0001-36	Análise Técnica
390550	CV.1997/99	25130.003473/99-17	26/1/2000	23/3/2002	MEL/HAB/CHAGAS	26/1/2000	5.089.800,00	0,00	848.300,00	SESAB/CONDER	13.937.032/0001-60	Análise Técnica
390713	CV.1462/99	25100.004503/98-25	28/1/2000	6/12/2004	ABAST. DE ÁGUA	28/1/2000	63.000,00	0,00	3.000,00	PM. WANDERLEY/BA	13.348.479/0001-01	Análise Financeira
390726	CV.1281/99	25130.003858/99-01	21/01/000	21/11/2001	ABAST. DE ÁGUA	21/1/2000	88.000,00	0,00	8.000,00	PM. SÃO SEBAST. DO PASSÉ	13.831441/0001-87	Análise Técnica
390855	CV.1995/99	25100.011944/99-91	21/1/2000	30/10/2001	CONST/BANHEIROS	21/1/2000	80.719,80	0,00	3.843,80	PM. WAGNER/BA	14.694.517/0001-32	Análise Técnica
390946	CV.1351/99	25100.002506/99-23	19/1/2000	19/3/2001	MDS	19/1/2000	179.970,65	0,00	8.570,67	PM. IBIPEBA/BA	13.714.803/0001-50	Análise Financeira
391322	CV.1290/99	25100.001590/99-02	20/1/2000	21/4/2002	MEL/HAB/ CHAGAS	20/1/2000	161.108,00	0,00	8.055,40	PM. BARRA DO MENDES/BA	13.702.238/0001-00	Análise Financeira
391483	CV.1889/99	25130.003859/99-66	21/1/2000	27/11/2001	SAA	21/1/2000	88.000,00	0,00	8.000,00	PM. POJUCA/BA	13.806.237/0001-01	Análise Técnica
387656	CV.1267/99	25100.006537/99-07	20/1/2000	30/4/2002	PESQ. SARAMPO	20/1/2000	127.095,00	0,00	0,00	FAPEX	14.645.162/0001-91	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
393683	CV. 16/00	25100.011653/99-49	30/1/2000	19/8/2002	MEL/HAB/CHAGAS	30/6/2000	332.060,89	0,00	20.206,50	PM. IGAPORÃ	13.811.484/0001-09	Análise Técnica
412685	CV. 982/00	25130.001610/99-15	18/1/2001	13/10/2002	MSD	18/1/2001	148.550,00	0,00	6.050,00	PM. LAGEDÃO/BA	13.785.670/0001-02	Análise Técnica
412868	CV. 979/00	25100.010754/00-26	18/1/2001	26/10/2002	ESGOT. SANITÁRIO	18/1/2001	300.680,00	0,00	15.680,00	PM. ITIRUCU/BA	14.198.543/0001-70	Análise Financeira
413885	CV. 959/00	251300022357/99-72	18/1/2001	2/6/2003	MELH/HAB/CHAGAS	18/1/2001	649.332,14	0,00	64.933,21	PM. CURAÇÁ/BA	13.915.640/0001-73	Análise Financeira
415431	EP.1003/00	25130.001393/00-22	18/1/2001	30/11/2002	ESGOT. SANITÁRIO	18/1/2001	255.305,70	0,00	15.305,70	PM. STª RITA DE CÁSSIA/BA	13.880.711/0001-40	Análise Técnica
417670	CV. 64/01	25100.000283/01-81	16/8/2001	3/5/2006	VIG. EPIDEM.	16/8/2001	2.391.300,00	0,00	260.000,00	SESAB	13.937/131/0001-41	Análise Técnica
436762	EP 1015/01	25130002636/01-21	16/1/2002	4/5/2004	SES	16/1/2002	166.666,70	0,00	16.666,70	PM. ALAGOINHAS	13.646.005/0001-38	Análise Financeira
439563	CV. 3554/01	25130.004423/01-33	31/12/2001	23/5/2004	MSD	22/1/2002	277.777,70	0,00	27.777,70	PM. CANAVIEIRAS	13.817.804/0001-20	Análise Financeira
439564	CV.3555/01	25130.003742/01-21	31/12/2001	22/2/2004	SAA	22/1/2002	301.652,92	0,00	3.016,52	PM. APORÁ/BA	13.646.542/0001-88	Análise Financeira
436472	CV 596/01	25130001686/01-91	31/12/2001	15/6/2003	MSD	21/1/2002	263.157,89	0,00	13.157,89	PM. BOA VISTA DO TUPIIM	13.718.176/0001-25	Análise Financeira
436766	CV 1018/01	25130009312/01-78	31/12/2001	14/7/2003	MSD	16/1/2002	263.157,89	0,00	13.157,89	PM. BOA VISTA DO TUPIIM	13.718.176/0001-25	Análise Financeira
439211	CV 593/01	25130001718/01-58	31/12/2001	7/7/2003	MSD	21/1/2002	166.667,30	0,00	16.667,30	PM. BREJÕES	14.197.768/0001-01	Análise Técnica
438762	CV 3317/01	25130003049/01-59	31/12/2001	1/1/2004	SAA	17/1/2002	210.526,32	0,00	10.526,32	PM. IGRAPIUNA	13.071.204/0001-65	Análise Técnica
436702	EP 3246/01	25130003229/01-31	17/1/2002	3/8/2003	MSD	17/1/2002	111.773,33	0,00	11.773,33	PM. ITABELA	16.234.429/0001-83	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
439214	EP 597/01	25130002184/01-87	31/12/2001	22/2/2004	MSD	21/1/2002	84.210,59	0,00	4.210,59	PM. JUSSARA	13.717.277/0001-81	Análise Financeira
439236	CV 610/01	25130002930/01-32	31/12/2001	8/7/2003	SAA	21/1/2002	220.000,75	0,00	20.000,75	PM. MAIRI	14.212.872/0001-28	Análise Financeira
438710	CV 2787/01	25100.006089/01-18	31/12/2001	4/7/2004	SAA	17/1/2002	282.039,40	0,00	28.203,94	PM. MARAGOGIPE	13.784.384/0001-22	Análise Técnica
439743	CV. 841/01	25130.002067/01-13	31/12/2001	28/4/2004	MSD	22/1/2002	207.291,58	0,00	10.364,58	PM. MEDEIROS NETO/BA	13.786.520/0001-13	Análise Financeira
439754	CV. 847/01	25130.002574/01-57	31/12/2001	8/8/2003	MSD	21/1/2002	157.894,79	0,00	7.894,79	PM. MAIR/BA	14.212.872/0001-28	Análise Técnica
439839	CV. 805/01	25130.003284/01/21	31/12/2001	30/11/2003	SAA	22/1/2002	191.387,37	0,00	9.569,37	PM.JUCURUÇU	16.412.025/0001-32	Análise Financeira
439969	EP.2956/01	25130.002847/01/63	17/1/2002	31/12/2003	SAA	17/1/2002	157.894,73	0,00	7.894,73	PM. BOQUIRA/BA	13.780.770/0001-46	Análise Financeira
439994	CV.3594/01	25130.004198/01-44	31/12/2001	27/8/2004	SAA	21/1/2002	240.191,58	0,00	12.009,58	PM. ABAIRA/BA	13.670.021/0001-66	Análise Técnica
439995	CV.3595/01	25130.004295/01-28	31/12/2001	3/9/2003	SAA	24/1/2002	210.526,31	0,00	10.526,31	PM. AMÉLIA RODRIGUES/BA	13.607.231/0001-28	Análise Técnica
439998	CV.3597/01	25100.006313/01-63	31/12/2001	24/2/2004	SAA	23/1/2002	303.280,00	0,00	3.280,00	PM. APORÁ/BA	13.646.542/0001-88	Análise Financeira
439266	CV1654/01	25130002280/01-25	31/12/2001	16/8/2003	SAA	16/1/2002	211.315,00	0,00	11.315,00	PM. LAPAO	13.891.528/0001-40	Análise Financeira
439245	CV1648/01	25130003285/01-75	31/12/2001	3/1/2004	SAA	16/1/2002	202.020,20	0,00	2.020,20	PM. SANTA INES	14.199.921/0001-30	Análise Financeira
436412	CV 792/01	25130002949/01-89	31/12/2001	13/9/2003	SAA	21/1/2002	351.563,65	0,00	41.563,65	PM. SANTA MARIA DA VITORIA	13.912.506/0001-19	Análise Financeira
440003	CV.3601/01	25130.002575/01-00	31/12/2001	31/12/2003	ABAST. DE ÁGUA	22/1/2002	244.862,94	0,00	44.862,94	PM. UBAÍRA/BA	13.910.690/0001-68	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
440004	CV.3602/01	25130.002752/01-40	31/12/2001	15/1/2004	ABAST. DE ÁGUA	17/1/2002	285.443,58	0,00	22.104,58	PM. UBAITABA/BA	16.137.309/0001-68	Análise Técnica
439237	CV.2223/01	25130004232/01-71	31/12/2001	10/8/2004	SAA	21/1/2002	3.838.383,00	0,00	38.383,00	PM. UAUÁ	13.698.758/0001-97	Análise Técnica
439264	CV.1653/01	25130004199/01-80	28/12/2001	22/8/2004	SAA	16/1/2002	263.157,90	0,00	13.157,90	PM. URUÇUCA	14.160.378/0001-67	Análise Técnica
439263	CV.1652/01	25130004289/01-71	31/12/2001	22/2/2004	SAA	16/1/2002	353.534,43	0,00	35.353,43	PM. VALENÇA	14.235.899/0001-36	Análise Técnica
440008	CV.3604/01	25100.006322/01-54	31/12/2001	30/12/2003	SAA	22/1/2002	206.244,92	0,00	7.476,50	PM. WENCESLAU GUIMARÃES	13.758.842/0001-59	Análise Financeira
440027	CV.3613/01	25100.006243/01-43	31/12/2002	23/11/2004	SAA	21/1/2002	333.333,33	0,00	33.333,33	PM. EUNÁ POLIS/BA	16.233.439/0001-02	Análise Técnica
440031	CV.3616/01	25100.006223/01-72	31/12/2001	31/12/2003	SAA	22/1/2002	90.100,00	0,00	9.010,00	PM. IBIRATAIA/BA	14.131.569/0001-09	Análise Financeira
440036	CV.3620/01	25100.006246/01-87	31/12/2001	8/7/2004	SAA	22/1/2002	315.790,00	0,00	15.790,00	PM. ITAJUIPE/BA	14.147.946/0001-90	Análise Financeira
440040	CV.3623/01	25130.004197/01-91	31/12/2001	26/8/2003	MSD	22/1/2002	166.666,67	0,00	16.666,67	PM. ITAMBÉ/BA	13.743.760/0001-30	Análise Técnica
440041	CV.3624/01	25100.006226/01-14	31/12/2001	2/3/2004	SAA	22/1/2002	210.526,32	0,00	10.526,32	PM. ITAQUARA/BA	13.763.735/0001-19	Análise Técnica
440067	CV.3644/01	25100.006204/01-46	31/12/2001	3/9/2003	SAA	22/1/2002	180.337,78	0,00	9.018,89	PM. POTIRAGUÁ/BA	13752191/0001-90	Análise Financeira
440070	CV.3646/01	25130.004282/01-59	31/12/2002	1/9/2003	SAA	22/1/2002	210.526,31	0,00	10.526,31	PM. TEREZINHA/BA STª	13.693.650/0001-01	Análise Financeira
440074	CV.3649/01	25130.004.036/01-05	31/12/2001	28/2/2004	MSD	22/1/2002	139.603,78	0,00	7.750,78	PM.SERROLÂNDIA/BA	14.196.703/0001-41	Análise Financeira
440079	CV.3653/01	25100.006.228/01-03	31/12/2001	28/4/2004	MSD	22/1/2002	196.927,68	0,00	9.846,55	PM. MEDEIROS NETO/BA	13.786.520/0001-13	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
440081	CV. 3654/01	25100.006.193/01-02	31/12/2001	19/7/2005	SAA	22/1/2002	263.157,89	0,00	13.157,87	PM. MEDEIROS NETO/BA	13.786.520/0001-13	Análise Técnica
440168	CV.3709/01	25100.005.580/01-13	31/12/2001	16/8/2003	MSD	22/1/2002	91.799,98	0,00	1.799,91	PM. SANTA BÁRBARA/BA	13.626.908/0001-57	Análise Financeira
440170	CV.3710/01	25130.003.958/01-97	21/1/2002	31/12/2003	MSD	21/1/2002	52.555,25	0,00	555,25	PM. SANTANÓPOLIS/BA	13.627.062/0001-70	Análise Técnica
440204	CV.3744/01	25100.006.211/01-48	21/1/2002	4/8/2003	MSD	21/1/2002	132.812,12	0,00	12.802,12	PM. IPECAETÁ/BA	13.621.735/0001-24	Análise Financeira
440279	CV.3776/01	25130.003.029/01-88	31/12/2001	27/7/2003	MSD	22/1/2002	278.773,00	0,00	28.773,00	PM. STº ANTONIO DE JESUS	13.825.476/0001-03	Análise Financeira -
440285	CV.3779/01	25130.002.744/01-01	31/12/2001	5/1/2004	MSD	22/1/2002	228.162,72	0,00	3.162,72	PM. TEOLÂNDIA/BA	14.196.042/0001-54	Análise Financeira
440290	CV.3781/01	25130.002.745/01-48	31/12/2001	5/1/2004	MSD	22/1/2002	237.045,00	0,00	12.045,00	PM.WENCESLAU GUIMARÃES	13.758.842/0001-59	Análise Financeira
440292	CV.3782/01	25130.004.138/01-12	31/12/2001	6/12/2003	MSD	23/1/2002	258.005,00	0,00	2.550,00	PM. PIATÁ/BA	13.675.681/0001-30	Análise Financeira
440297	EP.3784/01	25100.005.509/01-31	31/12/2002	31/12/2003	MSD	21/1/2002	106.197,89	0,00	6.197,89	PM. PRESID. TANC. NEVES	13.071.253/0001-06	Análise Financeira
440298	CV.3785/01	25100.005.507/01-41	31/12/2001	22/2/2004	MSD	22/1/2002	258.170,35	0,00	2.715,35	PM. PIRIPÁ/BA	13.694.658/0001-92	Análise Técnica
440370	CV.3846/01	25100.006.340/01-36	24/1/2002	25/6/2005	ABAST. DE ÁGUA	24/1/2002	1.630.000,00	0,00	163.000,00	PM. JUAZEIRO/BA	13.915.632/0001-27	Análise Financeira
440378	CV.3854/01	25130.003.670/01-12	21/1/2002	29/12/2003	MSD	21/1/2002	500.090,00	0,00	50.090,00	PM. CANDEIAS/BA	13.830.336/0001-23	Análise Financeira
440388	CV.3863/01	25130.002.749/01-26	21/1/2002	29/3/2004	MSD	21/1/2002	237.045,00	0,00	12.045,00	PM. POTIRAGUA/BA	13.752.191/0001-90	Análise Técnica
440390	CV.3864/01	25100.006.233/01-16	31/12/2001	23/5/2004	MSD	22/1/2002	228.162,72	0,00	3.162,72	PM. JANDAIRA/BA	13.697.286/0001-64	Análise Técnica
442890	CV.1831/01	25130.003.984/01-15	31/12/2001	13/10/2004	SAA	16/1/2002	185.405,93	0,00	18.504,59	PM. SANTO AMARO/BA	14.222.566/0001-72	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
443044	CV.2449/01	25130.002.586/01-81	31/12/2001	3/8/2003	MSD	16/1/2002	210.526,32	0,00	10.526,32	PM. ITORORÓ/BA	13.752.993/0001-08	Análise Técnica
443121	CV. 980/01	25130.002.928/01-63	16/1/2002	3/4/2004	MSD	16/1/2002	263.159,75	0,00	13.159,75	PM. IBIPEBA/BA	13.714.803/0001-50	Análise Financeira
443122	CV.1231/01	25130.003.283/01-86	31/12/2001	5/1/2004	MSD	16/1/2002	269.856,84	0,00	13.429,84	PM. JUCURUÇÚ/BA	16.412.025/0001-32	Análise Financeira
443126	CV.1233/01	25130.003.875/01-06	31/12/2001	5/2/2004	MSD	16/1/2002	287.937,11	0,00	5.937,11	PM. ANDORINHA/BA	16.448.870/0001-68	Análise Financeira
443136	CV.1238/01	25130.003.236/01-05	31/12/2001	18/9/2004	MSD	16/1/2002	251.111,25	0,00	25.111,25	PM. CARINHANHA/BA	14.105.209/0001-24	Análise Financeira
443137	CV.1239/01	25130.003.914/01-67	31/12/2001	16/8/2003	MSD	16/1/2002	250.000,00	0,00	25.000,00	PM. REMANSO/BA	13.909.247/0001-77	Análise Financeira
443148	CV.1247/01	25130.002.052/01-55	31/12/2001	14/7/2003	MSD	16/1/2002	222.222,64	0,00	22.222,64	PM. NOVA VIÇOSA/BA	13.761.531/0001-49	Análise Técnica
443149	CV.1248/01	25130.003.447/01-75	31/12/2001	30/6/2004	SAA	16/1/2002	221.904,06	0,00	21.904,06	PM. SÃO FÉLIX/BA	13.828.389/0001-00	Análise Técnica
443154	CV.2456/01	25130.002.747/01-37	31/12/2001	3/8/2003	MSD	16/1/2002	210.526,31	0,00	10.526,31	PM. UBAITABA/BA	16.137.309/0001-68	Análise Técnica
443157	CV.2457/01	25130.004.007/01-35	31/12/2001	29/3/2004	MSD	16/1/2002	419.140,85	0,00	20.959,85	PM. RAFAEL JAMBEIRO/BA	13.195.862/0001-69	Análise Financeira
443182	CV.2462/01	25130.003.232/01-54	29/12/2001	10/8/2003	MSD	17/1/2002	236.842,86	0,00	11.842,86	PM. JOÃO DOURADO/BA	13.891.510/001-48	Análise Financeira
443211	CV.2468/01	25100.006.283/01-95	31/12/2001	29/5/2003	MSD	17/1/2002	210.527,40	0,00	10.527,40	PM. AMÉLIA RODRIGUES/BA	13.607.213/0001-28	Análise Técnica
445180	CV.1518/01	25130.003.881/01-55	31/12/2001	26/8/2003	SAA	16/1/2002	210.526,78	0,00	10.526,78	PM. VÁRZEA DO POÇO/BA	13.913.389/0001-08	Análise Financeira
445287	CV.2594/01	25130.003.876/01-42	29/12/2001	31/12/2003	MSD	17/1/2002	245.538,00	0,00	20.538,00	PM. UBAIRA/BA	13.910.690/0001-68	Análise Financeira
445478	CV.2104/01	25130.004.100/01-40	31/12/2001	23/8/2004	SAA	16/1/2002	444.444,44	0,00	44.444,44	PM. CURAÇÁ/BA	13.915.640/0001-73	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
445795	CV.809/01	25130.001.933/01-59	31/12/2001	19/5/2003	MSD	21/1/2002	157.895,15	0,00	7.895,15	PM. ITIRUÇU/BA	14.198.543/0001-70	Análise Financeira
450317	CV.1430/01	25130.004.158/01-93	31/12/2001	3/8/2003	SAA	16/1/2002	191.630,75	0,00	9.812,75	PM. BELO CAMPO/BA	14.237.333/0001-43	Análise Financeira
439750	EP. 845/01	25130.003.131/01-83	31/12/2001	10.01.04	MSD	21/1/2002	277.778,48	0,00	27.778,48	PM.ESPLANADA/BA	13.885.231/0001-71	Análise Financeira
460883	CV.273/02	25100.041.504/02-52	5/7/2002	11/12/2003	MH	7/8/2002	504.490,00	0,00	10.090,00	DISTRITO PROJ. BREJÕES DA BARRA/BA	02.985.516/0001-68	Análise Financeira
461588	CV.205/02	25100.032.492/02-75	5/7/2002	31/5/2004	CAP. AGT.INDÍGENA	5/7/2002	207.500,00	0,00	0,00	SESAB	13.937.131/0001-41	Análise Técnica
461651	CV.080/02	25100.002.386/01-86	2/7/2002	30/6/2004	PROJ. VIGISUS	2/7/2002	763.535,90	0,00	76.353,59	SESAB	13.937.131/0001-41	Análise Técnica-
468463	CV. 102/02	25100.002.481/01-80	11/12/2002	30/6/2004	D.CARDIOV E DIAB.	11/12/2002	471.718,00	0,00	0,00	FAPEX	14.645.162/0001-91	Análise Técnica -
473837	CV.388/02	25100.058.363/02-15	5/12/2002	28/2/2005	VIG. EM SAÚDE	19/12/2002	110.000,00	0,00	0,00	FAPEX	14.645.162/0001-91	Análise Técnica -
473841	CV.393/02	25100.001.176/00-90	13/12/2002	27/11/2006	CONT.ZOONOSES	19/12/2002	480.886,88	0,00	59.191,22	PM. FEIRA DE SANTANA/BA	14.043.574/0001-51	Análise Técnica
476512	CV.817/02	25130.046.248/02-32	14/12/2002	3/12/2006	ABAST. DE ÁGUA	26/12/2002	202.000,00	0,00	2.020,00	PM. CANÁPOLIS/BA	13.812.144/0001-94	Análise Financeira
476517	CV.822/02	25130.046.067/02-14	14/12/2002	20/9/2005	MSD	24/12/2002	206.231,18	0,00	6.393,17	PM. BOQUIRA/BA	13.780.770/0001-46	Análise Financeira
476519	CV.823/02	25100.068.870/02-59	17/12/2002	4/4/2006	MSD	24/12/2002	367.332,00	0,00	3.673,32	PM. LAGEDO DO TABOCAL	16.434.441/0001-31	Análise Financeira
460229	CV.171/02	25100.002.409/01-52	24/7/2002	21/10/2004	SERV. DE SANEAM.	24/7/2002	49.228,80	0,00	0,00	FUND. ESC. POLITÉCNICA/BA	15.255.367/0001-23	Análise Técnica-
476539	CV.724/02	25130.045.856/02-20	14/12/2002	2/12/2005	MSD	24/12/2002	157.452,95	0,00	7.872,65	PM. CONCEIÇ. DO JACUIPE	14.222.574/0001-19	Análise Financeira
476541	CV.793/02	25130.046.208/02-91	13/12/2002	1/6/2006	ABAST. DE ÁGUA	26/12/2002	132.613,00	0,00	2.692,04	PM. CORIBE/BA	13.912.084/0001-81	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
476543	CV.794/02	25130.046.038/02-44	13/12/2002	12/1/2006	MSD	26/2/2002	252.552,45	0,00	2.601,29	PM. IBIASSUCE/BA	13.676.986/0001-66	Análise Financeira
476546	CV.847/02	25130.045.685/02-11	14/12/2002	22/12/2007	MSD	24/12/2002	164.276,75	0,00	18.809,69	PM. SANTA LUZ/BA	13.807.870/0001-19	Análise Financeira
476957	CV. 1836/02	25130.046.126/02-46	23/12/2002	4/8/2006	CONT. DOENÇA DE CHAGAS	27/12/2002	1.212.121,21	0,00	12.121,28	DIST. PROJ.BREJÕES DA BARRA	02.985.516/0001-68	Análise Financeira
477659	CV.1064/02	25130.046.142/02-39	15/12/2002	30/7/2007	MSD	26/12/2002	1.437.815,01	0,00	61.107,14	PM. MAIRI/BA	14.212.872/0001-28	Análise Técnica
477661	CV.1057/02	25130.046.350/02-38	15/12/2002	13/12/2007	SAA	24/12/2002	164.984,58	0,00	4.999,03	PM. BOQUIRA/BA	13.780.770/0001-46	Análise Financeira
477664	CV 1005/02	25130046156/02-52	15/12/2002	15/2/2006	SAA	26/12/2002	208.728,78	0,00	12.523,73	PM. SAO SEBASTIAO DO PASSE	13.831.441/0001-87	Análise Financeira
477671	CV 994/02	25130046150/02-85	15/12/2002	31/12/2005	SAA	24/12/2002	1.108.740,02	0,00	26.055,39	PM. UAU	13.698758/0001-97	Análise Técnica
477846	CV 1303/02	25130004316/02-13	18/12/2002	11/9/2007	MSD	26/12/2002	1.332.095,90	0,00	27.174,76	PM. SALVADOR	13.927.801/0001-49	Análise Técnica
477881	CV 1265/02	25130046859/02-81	18/12/2002	31/02/05	SAA	26/12/2002	1.185.025,74	0,00	15.405,33	PM. LAPAO	13.891.528/0001-40	Análise Financeira
477887	CV 1332/02	25130045913/02-71	18/12/2002	1/9/2006	SAA	27/12/2002	257.841,15	0,00	12.892,06	PM. DOM BASILIO	13.673.314/0001-05	Análise Técnica
477927	CV 1382/02	25130046043/02-57	19/12/2002	9/1/2006	MSD	26/12/2002	151.459,83	0,00	1.590,33	PM. ITANHEM	14.210.512/0001-97	Análise Financeira
477932	CV 1470/02	25130000695/01-78	19/12/2002	2/11/2008	MSD	24/12/2002	412.945,02	0,00	22.877,15	PM. BREJOES	14.197.768/001-01	Análise Financeira
477935	CV 1521/02	25130046180/02-91	20/12/2002	18/5/2005	MSD	26/12/2002	1.547.056,86	0,00	60.025,81	PM. IBIPEBA	13.714.803/0001-50	Análise Financeira
477939	CV 1688/02	25130046032/02-77	20/12/2002	21/1/2007	SES	27/12/2002	644.470,75	0,00	44.661,82	PM. GUANAMBI	13.982.640/0001-96	Análise Técnica
477940	CV 1689/02	25130046231/02-85	20/12/2002	9/8/2007	MSD	27/12/2002	151.541,23	0,00	1.545,72	PM. SÃO MIGUEL DAS MATAS	13.825.500/0001-04	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
477997	CV 265/02	25130046335/02-90	5/7/2002	24/3/2007	SES	19/8/2002	995.691,71	0,00	116.993,78	PM. VITORIA DA CONQUISTA	14.239.578/0001-00	Análise Técnica
477998	CV 315/02	25130004312/01-27	5/7/2002	17/2/2006	MSD	19/7/2002	122.407,00	0,00	2.460,38	PM. SERRA PRETA	13.627.823/0001-93	Análise Financeira
477999	CV 314/02	25130010831/02-13	5/7/2002	10/4/2006	SAA	19/7/2002	324.829,93	0,00	27.188,27	PM. SENHOR DO BONFIM	13.988.308/0001-39	Análise Financeira
489342	CV 162/03	25130016730/03-29	21/12/2003	3/1/2007	SAA	29/12/2003	318.278,35	0,00	18.332,83	PM. BIRITINGA	13.835.558/0001-39	Análise Financeira
489350	CV 163/03	25130016610/03-21	22/12/2003	28/9/2007	SAA	29/12/2003	213.771,00	0,00	13.785,30	PM. CAMAMU	13.753.306/0001-60	Análise Técnica
489370	CV 161/03	25130016816/03-51	22/12/2003	3/1/2007	SAA	29/12/2003	100.430,00	0,00	4.449,05	PM. AGUA FRIA	13.606.702/0001-65	Análise Financeira
489461	CV 173/03	25130016626/03-34	22/12/2003	2/1/2008	MSD	29/12/2003	315.205,68	0,00	15.224,43	PM. BELO CAMPO	14.237.333/0001-43	Análise Técnica
489466	CV 177/03	25130016819/03-95	22/12/2003	1/10/2007	MSD	29/12/2003	91.464,00	0,00	6.466,51	PM. MACURURE	14.217.343/0001-17	Análise Técnica
489487	CV 168/03	25100016083/03-11	22/12/2003	16/3/2008	SAA	29/12/2003	515.463,92	0,00	15.463,93	PM. JAGUARARI	13.988.316/0001-85	Análise Financeira
489499	CV 169/03	25130012396/03-34	22/12/2003	14/10/2006	SAA	29/12/2003	309.225,69	0,00	17.533,10	PM. MUTUIPE	13.827.035/0001-40	Análise Financeira
489924	CV 184/03	25130012441/03-51	22/12/2003	10/3/2007	MH	29/12/2003	331.621,72	0,00	31.621,72	PM. JUAZEIRO	13.915.632/0001-27	Análise Financeira
489926	CV 185/03	25130016284/03-52	22/12/2003	1/9/2006	MH	29/12/2003	220.500,00	0,00	11.025,00	PM. MACAUBAS	13.782.461/0001-05	Análise Financeira
489942	EP 811/03	25100057696/03-08	22/12/2003	31/10/2008	MSD	29/12/2003	168.118,11	0,00	8.405,91	PM. CATU	13.800.685/0001-00	Análise Técnica
489945	EP 812/03	25130011217/03-41	22/12/2003	28/9/2007	MSD	29/12/2003	164.751,00	0,00	6.194,64	PM. IAÇU	13.889.993/0001-46	Análise Financeira
489959	CV 188/03	25130016725/03-16	22/12/2003	17/1/2008	MH	29/12/2003	221.235,33	0,00	10.500,00	PM. SANTANOPOLES	13.627.062/0001-70	Análise Financeira

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
490067	CV 191/03	25130016836/03-22	22/12/2003	11/10/2007	SES	29/12/2003	360.500,00	0,00	10.815,00	PM. CURAÇA	13.915.640/0001-73	Análise Financeira
490437	CV 172/03	25100057471/03-43	22/12/2003	3/9/2008	MSD	29/12/2003	154.673,50	0,00	4.702,07	PM. ARATUIPE	13.796.073/0001-83	Análise Financeira
505443	EP 727/04	25100021567/04-54	1/7/2004	24/1/2009	MSD	1/7/2004	105.598,71	0,00	9.599,88	PM. BRUMADO	14.105.704/0001-33	Análise Técnica
511675	CV 510/04	25100016007/04-88	1/10/2004	28/6/2008	PESQUISA	29/10/2004	50.000,00	0,00	0,00	FAPEX	14.645162/0001-91	Análise Técnica
518812	EP 734/04	25100021579/04-89	23/12/2004	4/7/2007	MSD	27/12/2004	82.400,00	0,00	2.472,00	PM. PINTADAS	13.896.725/0001-51	Análise Técnica
518817	CV 052/04	25100020236/04-05	30/6/2004	10/10/2008	MSD	1/7/2004	460.446,25	0,00	23.022,31	PM. SENHOR DO BONFIM	13.988.308/0001-39	Análise Financeira
518824	EP 738/04	25100021588/04-70	1/7/2004	8/3/2008	RESÍDUOS SÓLIDOS	2/7/2004	314.150,00	0,00	34.179,52	PM. MUTUIPE	13.827.035/0001-40	Análise Técnica
518838	EP 732/04	25100021575/04-09	28/6/2004	19/9/2008	SAA	1/7/2004	312.187,19	0,00	32.217,72	PM. MANSIDAO	13.348.529/0001-42	Análise Financeira
519267	CV 046/04	25100020203/04-57	30/6/2004	1/12/2007	MSD	1/7/2004	279.641,32	0,00	23.001,64	PM. MARACAS	13.910.203/0001-67	Análise Financeira
522143	EP 1278/04	25100023225/04-79	21/12/2004	23/12/2008	MSD	21/12/2004	210.336,84	0,00	10.643,04	PM. CATU	13.800.685/0001-00	Análise Financeira
522522	EP 1553/04	25100039111/04-41	27/12/2004	1/12/2007	MSD	29/12/2004	88.000,00	0,00	8.008,00	PM. MEDRADO ELISIO	13.693.379/0001-04	Análise Técnica
522987	EP 1446/04	25100038928/04-00	27/12/2004	13/7/2006	RESÍDUOS SÓLIDOS	29/12/2004	121.334,00	0,00	3.652,15	PM. BONITO	16.245.375/0001-51	Análise Técnica
523063	EP 941/04	25100022630/04-70	1/7/2004	24/1/2009	SAA	2/7/2004	843.493,68	320.190,00	43.018,18	PM. JUAZEIRO	13.915.632/0001-27	Análise Financeira
525488	EP 1285/04	25100023234/04-60	24/12/2004	12/6/2008	MSD	27/12/2004	175.101,75	0,00	15.111,28	PM. SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	14.606.020/0001-49	Análise Financeira
527400	EP 1552/04	25100039105/04-93	27/12/2004	11/10/2008	MSD	29/12/2004	84.336,84	0,00	4.410,82	PM. BAIXA GRANDE	13.794.912/0001-24	Análise Financeiro

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
527578	EP 1282/04	25100023230/04-81	27/12/2004	7/6/2008	MSD	28/12/2004	165.094,23	0,00	5.101,41	PM. ICHU	13.906.151/0001-55	Análise Financeira
530160	CV 042/04	25100020192/04-13	30/6/2004	12/12/2008	MSD	1/7/2004	742.630,03	0,00	42.775,49	PM. ITA ETE	13.922.620/0001-20	Análise Técnico
530890	EP 1447/04	25100038932/04-60	27/12/2004	9/12/2007	RESÍDUO SÓLIDOS	29/12/2004	126.690,00	0,00	6.727,24	PM. ITAGIMIRIM	13.634.969/0001-66	Análise Financeira
530891	EP 1712/04	25100041839/04-32	27/12/2004	1/6/2008	MSD	29/12/2004	172.380,14	0,00	12.394,13	PM. JABORANDI	13.245.568/0001-14	Análise Técnica
532132	EP 2052/04	25100043573/04-62	23/12/2004	29/8/2008	MSD	31/12/2004	158.549,62	0,00	8.561,68	PM. RIBEIRAO DO LARGO	16.418.683/0001-31	Análise Técnica
532147	EP 1731/04	25100041864/04-16	27/12/2004	24/1/2009	MSD	29/12/2004	83.070,00	0,00	3.073,59	PM. BELO CAMPO	14.237.333/0001-43	Análise Técnica
532427	CV 1020/04	25100022704/04-78	21/7/2004	20/12/2007	SES	2/7/2004	237.245,59	0,00	71.173,68	PM. LAURO DE FREITAS	13.927.819/0001-40	Análise Técnica
554657	EP 0040/05	25100020218/05-04	19/12/2005	21/12/2008	SES	28/12/2005	124.996,33	0,00	24.996,33	PM. LAPAO	13.891.528/0001-40	Análise Técnica
554672	CV 2033/05	25100036782/05-31	19/12/2005	1/1/2009	MSD	28/12/2005	603.971,40	0,00	44.371,40	PM. COARACI	14.147.474/0001-75	Análise Técnica
554674	CV 2058/05	25100036922/05-71	19/12/2005	20/12/2008	SAA	28/12/2005	418.000,00	0,00	38.000,00	PM. JABORANDI	13.245.568/0001-14	Análise Técnica
554675	CV 2059/05	25100036924/05-60	19/12/2005	14/8/2008	MSD	28/12/2005	242.000,00	0,00	22.000,00	PM. JABORANDI	13.245.568/0001-14	Análise Técnica
554676	CV 2060/05	25100036926/05-59	19/12/2005	7/8/2008	SAA	28/12/2005	495.000,00	0,00	45.000,00	PM. JABORANDI	13.245.568/0001-14	Análise Técnica
554691	EP 0313/05	25100020570/05-31	19/12/2005	3/4/2008	RESÍDUOS SÓLIDOS	28/12/2005	157.075,00	0,00	7.075,00	PM. PIATA	13.675681/0001-30	Análise Técnica
554692	EP 0314/05	25100020576/05-17	19/12/2005	7/11/2007	MSD	28/12/2005	82.482,24	0,00	2.482,24	PM. BAIXA GRANDE	13.794.912/0001-24	Análise Financeiro
554694	EP 0044/05	25100020222/05-64	19/12/2005	20/1/2009	MSD	28/12/2005	77.514,22	14.000,00	7.514,22	PM. REMANSO	13.909.247/0001-77	Análise Técnica

SIAFI	Convênio	Processo	Vigência		OBJETO	DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	Valor Total recebido/2008	Contrapartida	BENEFICIÁRIO		SITUAÇÃO
			Inicial	Final						RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
554721	CV 0564/05	25100020834/05-57	19/12/2005	29/12/2008	MSD	28/12/2005	186.147,09	0,00	6.147,09	PM. BARRA DO MENDES	13.702238/0001-00	Análise Técnica
554733	EP 0037/05	25100020215/05-62	19/12/2005	10/1/2009	MSD	28/12/2005	157.590,00	30.000,00	7.590,00	PM. IRECE	13.715.891/0001-04	Análise Técnica
555400	CV 2141/05	25100037272/05-81	19/12/2005	1/1/2009	SES	28/12/2005	1.158.203,75	0,00	88.203,75	PM. ITA PARICA	13.882.949/0001-04	Análise Financeira

Quadro LXXX - Transferências por Convênios, Valores a Liberar com Vigência Expirada, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos			Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário	
	Nº do Processo	Nº do Termo	Vigência						Razão Social	CNPJ
477932	25130.000695/2001-78	1470/02	2/11/2008	MSD	24/dez/02	390.067,87	0,00	22.877,15	PM de BREJÕES	14197768/0001-01
477938	25130.000695/2001-79	1572/02	18/12/2004	MSD	27/dez/02	81.990,81	0,00	828,19	PM de DOM BASÍLIO	13673314/0001-05
476953	25130.000695/2001-80	1759/02	19/12/2004	M.H	26/Dez/02	220.000,00	0,00	4.400,00	PM de IGAPORÃ	13811484/0001-09

Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos			Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou	Contrapartida	Beneficiário	
	Nº do Processo	Nº do Termo	Vigência				transferido no exercício		Razão Social	CNPJ
476510	25130.000695/2001-81	0816/02	11/12/2004	MSD	26/dez/02	281.754,83	0,00	2.846,01	PM de IGRAPIÚNA	13071212/0001-01
476530	25130.000695/2001-82	0564/02	10/12/2006	MSD	26/dez/02	599.989,75	0,00	19.962,46	PM de ITAETÉ	13922620/0001-20
476551	25130.000695/2001-83	0923/02	14/10/2004	S.A.A	26/Dez/02	99.918,91	0,00	9.882,09	PM de TAPIRAMUTÁ	13796016/0001-02
489946	25130.000695/2001-84	0813/03	22/12/2006	R.S	29/dez/03	63.980,00	0,00	646,26	IAÇÚ	13889993/0001-46
489923	25130.000695/2001-85	0183/03	20/12/2008	MH	29/dez/03	209.229,97	0,00	6471,03	ITAGUAÇÚ DA BAHIA	16445843/0001-31
489385	25130.000695/2001-86	0798/03	22/11/2004	SES	29/dez/03	48.000,00	0,00	0	MORRO DO CHAPÉU	13717517/0001-48
490078	25130.000695/2001-88	0195/03	22/11/2004	SES	29Dez2003	150.000,00	0,00	0	TAPIRAMUTÁ	13796016/0001-02
489393	25130.000695/2001-89	0801/03	22/11/2004	SES	29/dez/03	80.000,00	0,00	0	VITÓRIA DA CONQUISTA	14239578/0001-00

Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos			Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou	Contrapartida	Beneficiário	
	Nº do Processo	Nº do Termo	Vigência				transferido no exercício		Razão Social	CNPJ
532153	25130.000695/2001-93	2051/04	25/10/2008	MSD	31/dez/04	149.984,86	0,00	8.544,75	P.M. DE ITAGIBÁ	13701966/0001-06
532427	25130.000695/2001-94	1020/04	20/12/2007	SES	02Jul2004	166.071,91	0,00	71.173,68	P.M. DE LAURO DE FREITAS	13927819/0001-40
538148	25130.000695/2001-95	0047/04	15/6/2008	MSD	1/jul/04	149.990,58	0,00	7.512,92	P.M. DE PIRAÍ DO NORTE	13071220/0001-58
532132	25130.000695/2001-96	2052/04	28/8/2008	MSD	31/dez/04	149.987,94	0,00	8.561,68	P.M. DE RIBEIRÃO DO LARGO	16418683/0001-31
539585	25130.000695/2001-97	0739/04	20/6/2008	SES	01Jul2004	80.000,00	0,00	8.000,00	P.M. DE SALVADOR	13927801/0001-49
559108	25130.000695/2001-98	0740/04	20/6/2008	SES	1/jul/04	160.000,00	0,00	0	P.M. DE SALVADOR	13927801/0001-49
518802	25130.000695/2001-99	0022/04	15/6/2008	SAA	1/jul/04	190.154,83	0,00	20543,04	P.M. DE SÃO FÉLIX	13828389/0001-00
539589	25130.000695/2001-100	1737/04	25/12/2007	SES	29Dez2004	159.987,91	0,00	9.760,54	P.M. DE SOBRADINHO	16444804/0001-10

Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos			Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou	Contrapartida	Beneficiário	
	Nº do Processo	Nº do Termo	Vigência				transferido no exercício		Razão Social	CNPJ
537319	25130.000695/2001-101	0549/04	25/6/2008	SAA	1/jul/04	79.998,65	0,00	3.901,35	P.M. DE VALENTE	13845896/0001-51
518822	25130.000695/2001-102	0053/04	21/8/2006	MSD	1/jul/04	307.383,61	0,00	44.434,65	P.M. DE XIQUE XIQUE	13880257/0001-27
535316	25130.000695/2001-104	1076/04	1/7/2006	Resíduos Sólidos	02Jul2004	1.092.000,00	0,00	109.200,00	SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO (Madre de Deus)	05457349/0001-70
554700	25130.000695/2001-105	0034/05	19/9/2008	MSD	13/1/2006	500.000,00	0,00	1,00	P.M. DE CAMACARI	14109763/0001-80
559101	25130.000695/2001-107	2754/05	3/12/2008	Água na Escola	18/1/2006	99.837,82	0,00	2995,13	P.M. DE HELIOPOLIS	13393178/0001-91
559091	25130.000695/2001-108	1631/05	3/12/2008	SES	16Jan2006	40.000,00	0,00	1.200,00	P.M. DE IBIRAPUÃ	14210389/0001-04
554726	25130.000695/2001-109	2755/05	29/11/2008	Água na Escola	13/jan/06	26.679,02	0,00	1333,95	P.M. DE INHAMBUPE	13647185/0001-72
559092	25130.000695/2001-110	1632/05	3/12/2008	MSD	13/jan/06	30.000,00	0,00	900	P.M. DE ITACARÉ	13846902/0001-95

Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos			Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou	Contrapartida	Beneficiário	
	Nº do Processo	Nº do Termo	Vigência				transferido no exercício		Razão Social	CNPJ
554727	25130.000695/2001-111	2839/05	3/12/2008	Água na Escola	13/jan/06	55.662,00	0,00	2.783,10	P.M. DE ITAMBÉ	13743760/0001-13
554737	25130.000695/2001-112	2699/05	20/12/2008	SES	28/12/2005	800.000,00	0,00	64.604,05	P.M. DE ITAPETINGA	13751102/0001-90
554677	25130.000695/2001-113	2061/05	13/12/2008	MSD	28/12/2005	300.000,00	0,00	19.727,10	P.M. DE JANDAÍRA	13697206/0001-64
559093	25130.000695/2001-114	1633/05	3/12/2008	Resíduos Sólidos	13/1/2006	40.000,00	0,00	1.200,00	P.M. DE LAJEDÃO	13785670/0001-02
554658	25130.000695/2001-115	0038/05	3/12/2008	SAA	29/12/2005	100.000,00	0,00	3.092,79	P.M. DE LAMARÃO	13844071/0001-12
554722	25130.000695/2001-116	0317/05	3/12/2008	MSD	28/12/2005	60.000,00	0,00	3.157,90	P.M. DE MONTE SANTO	13698766/0001-33
554738	25130.000695/2001-117	2700/05	3/12/2008	SES	29/12/2005	100.000,00	0,00	3.000,00	P.M. DE TEOLÂNDIA	14196042/0001-54
554698	25130.000695/2001-118	2758/05	3/12/2008	Água na Escola	13/1/2006	574.515,04	0,00	17.235,45	P.M. DE UMBURANAS	16449902/0001-40

Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos			Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou	Contrapartida	Beneficiário	
	Nº do Processo	Nº do Termo	Vigência				transferido no exercício		Razão Social	CNPJ
595124	25130.000695/2001-119	2644/06	27/12/2008	SES	8/1/2007	90.000,00	0,00	4.500,00	P.M. DE ANAGE	13906409/0001-13
601757	25130.000695/2001-120	2539/06	5/12/2008	MSD	28/12/2006	90.000,00	0,00	0	P.M. DE CAMPO FORMOSO	13908702/0001-10
598119	25130.000695/2001-121	2540/06	5/12/2008	SES	28/12/2006	90.000,00	0,00	2.700,00	P.M. DE IBICUÍ	13857701/0001-93
570151	25130.000695/2001-122	0422/06	12/12/2008	MHCDC	19/7/2006	1.500.000,00	0,00	57.007,06	P.M. DE JACOBINA	14197586/0001-13
601751	25130.000695/2001-123	2935/06	2/1/2007	Resíduos Sólidos	8/1/2006	500.000,00	0,00	0	P.M. DE LUIZ EDUARDO MAGALHAES	04214419/0001-05
597851	25130.000695/2001-124	2256/06	23/10/2008	Resíduos Sólidos	3/1/2007	350.000,00	0,00	12.500,00	P.M. DE PARATINGA	14105225/0001-17
570108	25130.000695/2001-125	0627/06	20/6/2007	MSD	30/6/2006	135.000,00	0,00	6.750,00	P.M. DE PILÃO ARCADE	13692023/0001-91
569849	25130.000695/2001-126	0097/06	18/10/2008	MHCDC	30/6/2006	135.000,00	0,00	4.175,40	P.M. DE PIRITIBA	13795786/0001-22

Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos			Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou	Contrapartida	Beneficiário	
	Nº do Processo	Nº do Termo	Vigência				transferido no exercício		Razão Social	CNPJ
580009	25130.000695/2001-127	2454/06	18/10/2008	MSD	14/12/2006	477.500,00	191.000,00	23.875,00	P.M. DE SEABRA	13922604/0001-37
580006	25130.000695/2001-128	2455/06	18/10/2008	MSD	14/012/06	147.500,00	59.000,00	7.375,00	P.M. DE SEABRA	13922604/0001-37
628613	25130.000695/2001-129	0050/07	31/12/2008	MHCDC	21/1/2008	250.000,00	0	25.000,00	P.M. DE IGAPORA	13811484/0001-09
638197	25130.000695/2001-131	0443/07	31/12/2008	MSD	1/1/2008	300.000,00	0	10.704,76	P.M. DE IRAQUARA	13922596/0001-29

Quadro LXXXI – Instauração de Processo Administrativo para Sindicância, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.001.420/2008-14	Pgamento indevido de indenização	Coordenação Regional da Bahia	Jovaldo Nunes de Araújo Arismário José Araújo Jonas Araújo Filho	CPF 075.653.645.68 - 179.161.605.44 - 222.764.725.00	CARGO Ag. admin. - Tec. Lab. - Aux. Cont	Inocente		Concluído	Arquivado
25130.001.420/2008-14	Apurar faltas ao serviço sem justificar	Coordenação Regional da Bahia	Roque Bispo dos Santos Filho	260.896.375.72	Aux.Serv. Gerais	Inocente		Concluído	Arquivado
25130.001.934/2008-02	Apurar as causas com acidente envolvido a viatura de placa policial JKH-1761	Coordenação Regional da Bahia	Gracindo José da Conceição	085.063.705.82	Motorista Oficial	Inocente		Concluído	Arquivado

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.00 1.930/2008-91	Apurar faltas ao serviço sem justificar	Coordenação Regional da Bahia	Aquilino Dias Rebouças	109.314.815.20	Agente de Saúde Pública	Exonerar		Concluído	Arquivado
25130.00 1.975/2008-66	Apurar faltas ao serviço sem justificar	Coordenação Regional da Bahia	João Pedro Jambeiro	450.805.235.00	Motorista Oficial	Inocente		Concluído	Arquivado
25130.00 8.325/2008-41	Apurar irregularidades referente ao uso indevido de veículo e desaparecimento de bateria automotiva, apontados nos autos do processo 25130.001.209/2005-59	Coordenação Regional da Bahia	Juvenil Alves Santos	089.524.695.34	Motorista Oficial	Advertência		Concluído	Arquivado
25130.01 1.511/2008-68	Apurar acidente de veículo	Coordenação Regional da Bahia	Marcelo Soares dos Anjos	394.345.325.15	Guarda de Endemias	Inocente		Concluído	Arquivado

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.01 2.258/2008-60	Apurar recusa a ser periciado	Coordenação Regional da Bahia	André Luiz Pinto Torres	293.751.185.68	Agente de Saúde Pública	Inocente		Concluído	Arquivado
25130.01 2.259/2008-12	Apurar acidente de veículo	Coordenação Regional da Bahia	Cleomar Souza Silva	178.763.115.04	Agente de Saúde Pública		Aguardando julgamento		
25130.01 3.650/2008-26	Apurar irregularidades no pagamento de tributos, apontados nos autos do proc. 25130.003.591/2004-54	Coordenação Regional da Bahia	Adroaldo Pereira Lima Jorge Pereira dos Santos	284.030.885.15	Agente de Saúde Pública		Aguardando julgamento		

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.014.658/2008-18	Apurar desaparecimento de materiais	Coordenação Regional da Bahia	Maria Emília Lima de Santana	227.242.305.15	Aux. Contabilidade		Aguardando julgamento		
25130.005.452/2008-99	Apurar acidente de veículo	Coordenação Regional da Bahia	Enodito Francisco Mota	332.497.335.05	Agente de Saúde Pública		Aguardando julgamento		
25130.003.947/2006-11	Apurar denuncia de falso registro, omissão de foco, falta de supervisão de trabalho de campo	Coordenação Regional da Bahia	Lourivaldo Pereira Filho Manoel Amancio da Silva Orlando de Souza Filho	041.944.995.68 - 143.556.635.15 - 232.682.715.53	Ag. Vigilância - Ag.Saude. Pub. - Ag. Saude Pub.	Inocente		Concluído	Arquivado

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.012.282/2008-36	Apurar desaparecimento de materiais	Coordenação Regional da Bahia				Apurar através de Processo Administrativo	Editar Portaria de Processo Administrativo	Concluído	
25130.001.422/2008-11	Apurar responsabilidade pelo acidente com a viatura JKZ-9016	Coordenação Regional da Bahia	Pedro José dos Santos	071.068.315.49	Motorista Oficial	Apurar através de Processo Administrativo	Editar Portaria de Processo Administrativo	Concluído	

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.00 1.429/2008-25	Apurar responsabilidade pelos fatos tidos como irregulares apontados no proc. 25130.001.017/2008-25	Coordenação Regional da Bahia	Weliton Luiz Maia das Virgens Jucileno Santos da Silva José Eduardo dos Santos Souza	135.802.055.87 - 144.168.835.87 - 548.365.655.53	Ag. Adiministrativo - Aux. Administração - Ag. administrativo	Inocente		Concluído	Arquivado
25130.00 1.428/2008-81	Apurar recebimento indevido de indenização de campo	Coordenação Regional da Bahia				Inocente		Concluído	Arquivado
25130.00 1.418/2008-45	Apurar arrombamento de gaveta	Coordenação Regional da Bahia	Não identificado					Concluído	Arquivado

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.00 1.425/2008-47	Apurar desaparecimento de not book e câmara fotográfica	Coordenação Regional da Bahia	Edilene Mota e Célia			Editar Portaria de Proc. Administrativo para apurar desaparecimento da máquina fotográfica		Concluído	
25130.00 1.424/2008-01	Apurar responsabilidade pelo acidente com a viatura HSH-0115	Coordenação Regional da Bahia	Nilo Novaes de Souza	106.296.885.91	Motorista Oficial	Inocente		Concluído	Arquivado
25130.01 2.810/2008-10	Apurar responsabilidade pelo sinistro ocorrido com a viatura HZQ-8571	Coordenação Regional da Bahia	Nilton Jesus dos Santos	243.914.416.91	Agente de Saúde Pública	Inocente		Concluído	Arquivado

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.01 2.832/2008-80	Apurar irregularidades constantes nos proc. 25130.011.280/08-92, 25130.011.499/08-12 e 25130.011.605/08-35	Coordenação Regional da Bahia	Não identificado			Editar Portaria de Proc. Administrativo para apurar responsabilidades constantes no proc. 25130.012.832/2008-80		Concluído	Instaurar PAD
25130.00 1.973/2008-77	Apurar existência de bebida alcoólica em gaveta de servidor e facilitar entrada de indígena permitindo uso de equipamento.	Coordenação Regional da Bahia	Antonio Raimundo Barbosa	056.472.825.04	Aux. de Contabilidade	Inocente		Concluído	Arquivado
25130.01 2.807/2008-04	Apurar denúncia de suposta irregularidade	Coordenação Regional da Bahia	Não identificado			Inocente		Concluído	Arquivado

NÚMERO DO PROCESSO	FATO QUE ORIGINOU	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OU DO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR	PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO ATUAL
25130.01 2.851/2008-14	Apurar denúncia de suposta irregularidade	Coordenação Regional da Bahia	Raimundo Braz da Silva Firmo e Aldylene Maria Mazer Marques	181.226.395.34 - 192.022.372.04	Engenheiro Agrônomo - Téc. em Contabilidade	Inocente		Concluído	Arquivado

6. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem.

Não se aplica a natureza jurídica da Coordenação Regional da Bahia.

7. Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, contendo as informações abaixo, além de outras informações que se fizerem necessárias.

Não houve ocorrências no período

8. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica a natureza jurídica da Coordenação Regional da Bahia.

9. Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontra em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social.

Não se aplica a natureza jurídica da Coordenação Regional da Bahia.

10. Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos.

Não se aplica a natureza jurídica da Coordenação Regional da Bahia.

11. Demonstrativo sintético dos valores gastos com cartões de crédito.

Quadro LXXXII – Cartão de Crédito Cooperativo, Série Histórica das Despesas, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor R\$	Quantidade (1)	Valor R\$
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	26	257.924,74	26	95.954,43

(1) A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto)

Quadro LXXXIII – Informações sobre as Definições feita pelo Ordenador de Despesas Consoante Previsão do Art. 6º da Portaria MP nº. 41, de 04.03.2005, Coordenação Regional da Bahia, 2008.

Limites concedidos a cada portador

Portador	Limite
Aldylene M. Marques	8.000,00
Antonio Araújo Guimarães	4.000,00
Antonio Jorge Cersosimo	4.000,00
Arismário José de Oliveira	8.000,00
Claudino Jorge Magalhães da Silva	8.000,00
Deusdedite Vieira Silva	8.000,00
Edileuza Silva dos Santos	8.000,00
Edilson Queiroz Cazumbá	4.000,00
Edson Torres Matos	4.000,00
Elcio Ribeiro Estevam	4.000,00
Elza de Souza Benevides	8.000,00
Francisca Hildamar de Amorim Velame	8.000,00
Gilvan José da Silva	8.000,00
Henrique José Conceição dos Santos	4.000,00
Jonas Silva Dias	8.000,00
Jorge da Silva Santos	8.000,00
José Antonio Passos de Almeida	8.000,00
José Aparecido dos Santos	8.000,00
Josenildo Santos de Brito	4.000,00
Lauro Teixeira Deiró	8.000,00
Leane Lopes dos Santos	8.000,00
Loureleno Alves de Oliveira	8.000,00
Maria Aparecida Barbosa dos Santos	8.000,00
Silvio Ribeiro dos Santos	8.000,00
Suedi da Silva Lopes	4.000,00
Wilson Fiaes Pinto da Silva	4.000,00

12. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às recomendações do órgão ou unidade de controle interno

Quadro LXXXIV – Providências Adotadas para dar Cumprimento às Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno Expedidas Em 2008.

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº 181/ASTEC/AUDIT/PRISI/FUNASA de 24/01/2008.	Solicita priorizar e concluir análise da prestação de contas do convênio nº 3855/01 PM.de Canudos-Ba.	Atendido parcialmente conforme memo.nº 13/NUCONV/CORE/BA de 19.02.2008	NUCONV
Despacho 436/PGF/FUNASA/BA	Solicita informações referente 25130.017.549/2007-63	Atendido conforme despacho nº001/NUCONV/CORE/BA de 02/01/08.	NUCONV
Despacho 437/PGF/FUNASA/BA	Solicita informações referente 25130.017.547/2007-74	Atendido conforme despacho nº002/NUCONV/CORE/BA de 02/01/08.	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº077SADET/COPON/CGCON de 08.02.08	Solicita envio convenio 80/02 da Sec.de Saude do Estado /Ba.	Atendido em 18/02/08	NUCONV
Memo. Nº77 /SADET/COPON/CGCON de08/02/2008.	Solicita processo 25100.002386/01 referente ao convênio 80/02 da Secretaria de Saude do Estado da Bahia.	Enviado em 20.02.2008 via malote contendo 04 volumes.	NUCONV
Despacho nº034/PGF/PF/FUNASA/BA	Solicita referencia of.PRM/IOS nº024/08Ministerio Publico Federal.	Atendido conforme despacho nº17/08/NUCONV/CORE/BA de 25.02.08	NUCONV
Memo.nº 418-CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 21/02/2008.	Solicita inforamções referente ao convênio nº 177/03 da PM.de Macururé.	Atendido conforme memo. nº 17NUCONV/CORE/BA de 28.02.08.	NUCONV
Despacho nº041/PGF/PF/FUNASA/BA	Solicita informaações referente processo 25130.001942/08-16	Atendido conforme despacho nº36/NUCONV/CORE/BA de 03.03.08	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Despacho 039/PGF/PF/FUNASA/BA	Solicita informações ref.of.0110/08 Ministerio Publico em Eunapolis-Ba	Atendido conforme despacho nº37/NUCONV/CORE/BA de 05.03.08	NUCONV
Despacho nº049/PGF/PF/FUNASA/BA	Solicita informações ref.of 286 Poder Judiciario comarca de Santana-Ba	Atendido conforme despacho nº38/NUCONV/CORE/BA de 06.03.08	NUCONV
Despacho CGCON/COPON	Solicita autos TCE referente convenio 1224/98 da PM.de Morro do Chapéu/Ba.	Enviado em 13.03.08 conforme despacho nº43/NUCONV/CORE/BA de 13.03.08.	NUCONV
Memo.nº 182/ASTEC/AUDIT/PRESI/FUNASA de 24/01/2008	Solicita priorizar e concluir análise da prestação de contas do convênio nº 817/02 PM.de Canápolis-Ba.	Atendido conforme memo. nº 22/NUCONV/CORE/BA de 14.03.08	NUCONV
Memo.nº 379/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 15/02/2008.	Solicita informações referente aos convênios nºs.3646/01 e 248/02 da PM.de Santa Terezinha-Ba.	Atendido conforme nº14/NUCONV/CORE/BA de 19.02.2008.	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº 568 CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA DE 11/03/2008	Referencia ao memo nº 17/08NUCONV/CORE-BA	Atendido conforme memo.nº 23/NUCONV/CORE-BA de 17.03.08.	NUCONV
Despacho 064/PGF/PF/FUNASA/BA	Solicita informações ref.of.177/08 Ministerio Publico Federal	Atendido conforme despacho 52/NUCONV/CORE/BA de 31.03.08	NUCONV
Memo nº 584 ASTEC/AUDIT/PRESI/FUANSA de 12.03.08	Solicita informações referente ao convenio 1417/99 da PM.de Juazeiro em TCE.	Atendido conforme mrmo nº 45/NUCONV/CORE/BA DE 16.04.08.	NUCONV
Memo.nº 707/ASTEC/AUDIT/PRESI/FUNASA de 31.03.08.	solicita informações referente ao convenio 610/01 da PM. De Mairi-Ba	Atendido conforme memo.nº39/NUCONV/CORE-BA de 11.04.08.	NUCONV
Memo.756/CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 03.04.2008.	Solicita informações referente aos convenios 2379/05 e 0315/05 da PM. De Cipó-Ba.	Atendido conforme memo.nº 38/NUCONV/CORE/BA de 10.04.08.	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº 763/ASTEC/AUDIT/PRESI/FUNASA de 03.04.08.	Solicita conclusão TCE e envio Auditoria-Interna referente convenio 1417/99 PM.de Juazeiro.	Atendido conforme memo.nº45/NUCONV/CORE/BA de 16.04.2008	NUCONV
Memo nº845 COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUANSA de 08.04.08	Solicita informações sobre atual situação dos convênios 809/01,563/02,818/02 da PM. de Itiruçu	Atendido conforme memo.nº 44/NUCONV/CORE/BA de 15/04/08.	NUCONV
Memo. nº 848 COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 08.04.08	Solicita informações Relatório de Auditoria nº2007/110-convênio162/03-PM-Biritinga-Ba	Atendido conforme memo.nº46/NUCONV/CORE/BA de 16.04.2008.	NUCONV
Memo.nº885 COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA de 11.04.2008	Solicita informações referente ao convenio 1.648/01 da PM.de Santa Inês-Ba.	Atendido conforme memo.nº47/NUCONV-CORE-BA de 17.04.08.	NUCONV
Despacho nº89/PGF/PF/FUNASA/BA	Solicita informações ef.of.0364/08/MP ref.convenio 2699/05 de Itapetinga-Ba	Atendido conforme despacho nº96/NUCONV/CORE/BA de 24.04.08	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Despacho nº94/PGF/FUNASA/BA	Solicita informações ref.relatorio de fiscalização nº408 da CGU/BA.	Atendido conforme despacho nº98/NUCONV/CORE/BA de 25.04.08	NUCONV
Memo.nº 874 ASTEC/AUDIT/PRESI/FUNASA de 11.04.08	Solicita informações Relatorio Auditoria 2006/57 -convênio 168/2003- PM.Jaguarari-Ba.	Atendido conforme memo.nº65/NUCONV/CORE/BA de 26.05.08.	NUCONV
Oficio nº485/PGF/PF/BA de 06.05.08.	Solicita informações referente convenio 1648/01 da PM de Santa Ines-Ba.	Atendido conforme despacho 115/NUCONV/CORE/BA de 09.05.08.	NUCONV
Memo.nº 890 CORAC/CGRAC/AUDIT/PRESI/FUNASA de 14.04.08.	Solicita informações referente convênio 2452/01 da PM. De Conceição do Almeida -Ba.	Atendido conforme memo.nº 49/NUCONV/CORE-BA de 17.04.08	NUCONV
Memo.nº1018COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 29.04.08.	Solicita constatações do convenio 1282/04-PM de ICHU-Ba referente nota técnica nº 658/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR.	Atendido conforme memo.59/08NUCONV-CORE-BA de 07.05.08.	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Ofício nº490/PGF/PF/BA de 07.05.08.	Solicita informações informações referente convenio 2378/01 da PM.de Barrado Rocha-Ba.	Atendido conforme despacho nº118/NUCONV/CORE/BA de 12/05/08.	NUCONV
Memo.nº 893COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 14.04.08	Solicita informações conclusivas prestação contas convenio 3846/01 da PM de Juazeiro=Ba.	Atendido conforme memo nº 66NUCONV/CORE-BA de 19/05/08	NUCONV
Ofício nº538/PGF/PF/BA de 16.05.08	Solicita informações referente convenio 2379/05 de Cipó-Ba	Atendido conforme despacho nº143/NUCONV/CORE/BA de 20.05.08.	NUCONV
Memo.nº900 ASTEC/AUDIT/PRESI/FUNASA de 14.04.2008	Solicita informações referente conclusão da TCE do convenio 1702/01 da PM.de Serrolandia-Ba.	Atendido memo nº86/NUCONV/CORE/BA de 18.06.2008.	NUCONV
Memo.nº971 COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 23/04/08	Solicita informações medidas adotadas ref.irregularidades R.Auditoria 00190.0354303-40 e 0019001499/05-97	Atendido conforme memo.nº101/NUCONV/CORE/BA de 11.07.08	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº1199 CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 13.05.08	Solicita cópia dos pareceres técnicos e financeiros referente convenio 1648/01 da PM de Santa Ines-Ba.	Atendido conforme memo.nº70/NUCONV/CORE/BA.	NUCONV
Memo.nº 1334/CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 29.05.08	Solicita informações atualizadas referente convenio1444/98 da PM. De Bom Jeus da Lapa-Ba.	Atendido conforme memo.nº 76NUCONV/CORE/BA	NUCONV
Memo.nº1373CORAC/CGAUD/AUDT/PRESI/FUNASA de 03.06.08	Solicita informações atualizadas do convenio 0038/6 da PM.de Amelia Rodrigues.	Atendido conforme memo.nº77/NUCONV/CORE/BA de 09.06.08	NUCONV
Memo.nº1369/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 02.05.08	Solicita informações acerca do convenio 3646/01 PM.de Santa Terezinha- Ba	Atendido conforme despacho nº196/NUCONV/CORE/BA de 09.06.08.	NUCONV
Memo.nº 1386/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 04.06.08	Solicita informações ref.nota tecnica 198/06-CGU referente convenio 1230/01 da PM.de Boninal- Ba.	Atendido conforme memo.nº83/NUCONV/CORE/BA de 13/06/08.	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Despacho nº170/PGF/PF/FUNASA/BA de 16.06.08	Solicita informações convenio 2379/05 da PM de Cipó-ba quanto denuncia Sr.Solano Lopes de Menezes.	Atendido conforme despacho nº219/NOCONV/CORE/BA de 18.06.08.	NUCONV
Memo.nº1408/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA DE 06.06.08	Solicita informações atendimento memo.971/AUDIT/PRESI/FUNASA	Atendido conforme memo.nº101/NUCONV/CORE/BA de 11.07.2008	NUCONV
Memo.nº1615 /COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 23.06.08	Solicita priorização da análise prest.contas convenio 817/02 da PM de Canápolis- Ba.	Atendido conforme memo.nº94/NUCONV/CORE/BA de 01/07/08	NUCONV
Memo.nº1658/COGIN/CGAUD/FUNASA/PRESI de 24.06.08	Solicita pronunciamento conclusivo referente analise final prest.contas do convenio 610/01 da PM. De Mairi/Ba	Atendido conforme memo.nº93/NUCONV/CORE/BA de 01/07/08	NUCONV
Memo.nº1655/CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 24.06.08	Solicita informações ref.convenios 1447/05 e 0412/6 da PM de Formosa do Rio Preto-Ba.	Atendido conforme memo.nº92/NUCONV/CORE/BA de 01.07.08.	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº1650/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 24.06.08.	Solicita informações ref.apontamentos proc.00190028020/07-30,convênio 67/01 da PM de Conceição de Almeida Ba.	Atendido conforme nota Técnica e despacho 425/08/DIESP/CORE/BA.	NUCONV
Memo.nº1657/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 24/06/2008	Solicita informações ref.providencias adotadas a cerca R.Fiscalização 284 CGU	Atendido conforme memo.nº96/NUCONV/CORE/BA de 04.07.08	NUCONV
Memo.nº1616/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 24.06.08	Solicita andamento TCE ref.convenios 841/01 e 3653/01 da PM de Medeiros de Neto-Ba.	Atendido conforme memo.nº91/NUCONV/CORE/BA de 30.06.08	NUCONV
Memo. Nº1754/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 04.07.08.	Solicita informações medidas adotadas verificadas R.Auditoria nº00190.00354303-40 e 00190.01499/05-97.	Atendido conforme memo.nº101/NUCONV/CORE/BA de 11.07.08	NUCONV
Memo.nº1839/CORAC/CGAUD/PRESI/FUNASA de 07.07.08.	Solicita informações referente convenio 1792/04 da PM.de Seabra.	Atendido conforme memo.nº108/NOCONV/CORE/BA de 22.07.08.	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº1834/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 17.07.08.	Solicita cópia da prest.de contas final referente convenio 1064/02 da PM de Mairi-Ba.	Atendido conforme memo.nº120/NUCONV/CORE/BA de 07.08.08.	NUCONV
Memo.nº1813/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 15.07.08	Solicita informações atualizadas dos convenios 1292/99 e 2907/89 da PM.de Ribeira do Pombal/ba.	Atendido conforme memo.nº111/NUCONV/CORE/BA de 28.07.08.	NUCONV
Memo.nº1904/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 23.07.08	Solicita copia prestação de contas completa do convenio1186/97 da PM.de Porto Seguro-Ba.	Atendido conforme memo.nº112NUCONV/CORE/BA de 29.07.08.	NUCONV
Memo.nº1881/COGIN/CGAUD/AUDIT de 23.07.08.	Solicita medidas adotadas ref.Nota Tecnica 1441/CGU-PR convenio3709/01 da PM.de SantanBarbara-Ba.	Atendido conforme memo.nº118/NUCONV/CORE/BA de 06.08.08.	NUCONV
Despacho PGF/PF/FUNASA de 12.08.08	Solicita informações referente convenio 3109/98 da PM de Mutuipe- BA.	Atendido conforme despacho nº331/NUCONV/CORE/BA de 13.08.08	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº1650/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA	Solita informações convenio 67/01-Governo do Estado	Atendido conforme despacho Nº 351/NUCONT/CORE/BA DE 20.08.08	NUCONT
Despacho nº244/PGF/PF/FUNASA de 12.08.08.	Solicita informações referente convenio 1284/99 da PM de Ubaíra/BA	Atendido conforme despacho nº332/8/NUCONT/CORE/BA de 13.08.08.	NUCONT
Memo.nº2166/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 03.09.08.	Solicita providencias adotadas para sanar irregularidades R.de fiscalização 288/04 ref.convenio 182/03 da PM. De Wanderley.	Atendido conforme memo.nº128NUCONT/CORES- BA de 09.09.08.	NUCONT
Memo.nº2176/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 03.09.08.	Solicita informações conclusiva sobre aprovação ou não da prest.contas do convenio 610/01 da PM de Mairi.	Atendido conforme memo.nº132/NUCONT/CORE/BA de 18.09.08.	NUCONT
Memo.nº2188/COGIN/CGAUD/AUDIT de 04.09.08.	Solicita a cerca das medidas adotadas ref. Nota Tecnica 1460/CGU-PR do convenio 191/03 da PM. De Curaçá.	Atendido conforme memo.nº1236/NUCONT/CORE/BA de	NUCONT

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo. nº2223/CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 08.09.08	Solicita verificação de possíveis irregularidades convenio 1648/01 da PM.de Santa Ines	Atendido conforme memo.nº130/NUCONT/CORE/BA de 11.09.08.	NUCONT
Memo. nº2359/CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 19.09.08.	Solicita se foram adotadas medidas para instaurar de TCE referente convenio 1648/01 da PM de Santa Ines-Ba.	Atendido conforme memo nº 140NUCONT/CORE/BA de 23.09.08.	NUCONT
Memo. nº2377/CORAC/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 23/09.08	Solicita copia portaria de instauração de TCE do convenio 026/04 da PM.de Biritinga- Ba.	Atendido conforme memo.nº142/NUCONT/CORE/BA de 29.09.08.	NUCONT
Memo. nº2422/COGIN/AGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 25/09.08.	Solicita a cerca das medidas adotadas ref. Nota Técnica 1715/DSSAU/DS/SFC/SCG-PR.	Atendido conforme memo.nº146/NUCONT/CORE/BA de 01.10.08.	NUCONT
Memo. nº2642/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 13.10.08	Solicita cópia das prestação de contas do convenio 3760/01 da PM. de Paraguaçu-Ba.	Atendido conforme memo.nº154/NOCONT/CORE/BA de 22.10.08.	NUCONT

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº2643/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 13.10.08	Solicita informações sobre providencias adotadas referente convenio 610/01 da PM de Mairi-Ba.	Atendido conforme oficio nº132/NUCONT/CORE/BA de 18/09/08.	NUCONT
Memo.nº 2648/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 13/10/08	Solicita informações sobre medidas para sanear irregulares apontadas p/Acórdão nº1995/08-PM.de Maragogipe-Ba.	Atendido conforme memo.nº157/NUCONT/CORE/BA de 24.10.08.	NUCONT
Memo.nº2722/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 21.10.08.	Solicita informações sobre providencias adotadas ref.Nota Técnica 1266/06-dos convenios 1521/02,980/01e 793/02.	Atendido conforme memo.nº152/NUCONT/CORE/BA de 23.10.08.	NUCONT
Despacho nº381/PGF/PF/FUNASA/BA de 10.11.08	Solicita informações referente convenio1320/98 da PM.de Araci.Ba	Atendido conforme despacho nº386/NUCONT/CORE/BA de 11.11.08	NUCONT
Memo.nº2739/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 23.10.08	Solicita copia da prestação de contas do convenio 3654/01 PM de Medeiros Neto-Ba.	Atendido parcialmente conforme memo.nº 160 e 161/NUCONT/CORE/BA de 30.10.08.	NUCONT

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO CUMPRIMENTO
Memo.nº2741/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 23.10.08	Solicita atendimento memo.nº2642 ref.copia prest.contas convenio 3760/01 PM de Cabaceiras de Paraguaçu-Ba.	Atendido fax nº40 de 17.11.08.	DIESP
Memo.nº2934/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 10.11.2008.	Solicita medidas adotadas acerca irregularidades apontadas parecer Técnico final convenio 610/01 da PM.de Mairi.	Atendido conforme memo.nº169NUCONT/CORE/BA DE 20.11.08.	DIESP
Memo.nº2965/COGIN/CGAUD/AUDIT de 12.11.08.	Solicita informações medidas adotadas referente Nota Técnica 775/CGU-PR dos cvs.3555/01,182/03,3873/01.	Atendido conforme memo nº181/NUCONT/CORE/BA de 11.12.08	DIESP
Memo.nº3003/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 13/11/08.	Solicita pronunciamento quanto Nota Técnica 1918/CGU-PR ref.cvs. 1636/05 de Tanque Novo-Ba e 1734/04 PM de Itaquara	Atendido conforme memo.nº173/NUCONT/CORE/BA de 19.11.08	NUCONT

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº2986/COGIN/CGAUD/AUDIT de 13.11.08.	Solicita informações ref.Nota técnica 1285-CGU referente convenios: 035/04,161/03,600/01,890/99.	Atendido conforme memo.nº182/NUCONT/CORE/BA de 11.12.08	NUCONT
Memo.nº3042/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 19.11.08.	Acusa recebimento memo nº059/nuconv/Core/Ba e solicita pareceres finais convenio1282/04 da PM de Idhu-Ba.	Enviado pareceres.	DIESP/NUCONT
Memo.nº3057/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 19.11.08.	Solicita informações atualizadas referente convenio 2956/01 da PM. De Boquira.	Atendido conforme memo.nº178/NUCONT/CORE/BA de 04.12.08	NUCONT
Memo.nº3099/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 26.11.08.	Solicita informações atualizadas convenio 0793/02 da PM.de Coribe	Atendido conforme memo.nº180/NUCONT/CORE/BA de 09.12.08.	NUCONT
Oficio.nº286/PGF/PF/FUNASA/BA de09.12.08	Solicita informações referente convenio 12010/98 da PM.de Ponto Novo/Ba	Atendido conforme despacho nº422/NUCONT/CORE/BA de 09.12.08.	NUCONT

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo. nº3222/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 05.12.08.	Solicita informações atualizadas referente convenio2956/01 da PM de Boquira.	Atendido conforme fax.42 de 12.12.08	DIESP
Memo. nº3221/COGIN/CGAUD/AUDIT/PRESI/FUNASA de 05.12.08.	Solicita priorizar analise prest. conta convenio2728/1 da PM.de Maragogipe-Ba.	Atendido conforme memo.nº183/NUCONT/CORE/BA de 05/12/08.	NUCONT
Memo. nº3407/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 24/12/08.	Solicita informações ref. notificação nº133 ref. falhas convenio 2956/01da PM.de Boquira	Atendido conforme memo.nº04/NUCONT/CORE/BA de 12.01.09	NUCONT
Memo. nº2889/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI. De 05/11/08.	Acusa recebimento memo nº136/NUCONT/CORE/BA e Solicita cópia parecer financeiro convenio 191/03.	Atendido conforme memo.nº187/NUCONT/CORE/BA de 23/12/08	NUCONT
Memo. nº3287/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 11/12/08.	Solicita priorizar medidas adotadas ref. Relatorio de Fiscalização nº540 ref. convenio0793/02 da PM.de Coribe,	Atendido conforme memo.n186/NUCONT/CORE/BA de 18/12/08	NUCONT

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo.nº3092/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 30.10.08.	Solicita pronunciamento quanta fiscalização pela CGU/PR referente convenio 0793/02.	Atendido conforme fax.41 de 28.11.08	DIESP/NUCONT
Memo.nº3408/COGIN/CGAUD/AUDIT/FUNASA/PRESI de 24/12/08.	Solicita atendimento Relatório de Demandas Especiais CGU/PR nº00190004647/06-14.	Atendido conforme fax nº 44 de 30.12.08	DIESP/ NUCONT
Memo nº 2899/08/Auditoria, de 05.11.08 - Conceição do Almeida - MSD. CV 2452/01 e 0128/02.	Enviar cópias dos pareceres técnico e financeiro bem como relatórios de visita atualizadas sobre a situação da obra.	Encaminhada cópia dos pareceres técnico e financeiro bem como relatórios de visita através do Ofício nº 1332/08.	DIESP/NUCONT
Memo nº 2218/08/Auditoria, de 05.09.08 - Boquira - SAA. CV 2956/01 e 1057/02.Uauá MSD CV 2486/01 e SAA.2223/01 e 0994/02.	Requer cópias dos pareceres técnico e financeiro bem como das Portarias de instauração de TCE, quando for o caso e parecer conclusivo.	Encaminhada cópia dos pareceres técnico e financeiro dos Convênios 994/02 e 2223/01 através do Memo nº 269/08.Quanto aos Convênios 1057/02 e 2986/01 estavam à época sob os cuidados da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.	DIESP

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo nº 0117/08/Auditoria, de 20.11.08 - Medeiros Neto - CV 0841/01 e 3653/01.	Encaminhar cópias dos relatórios de visita técnica demonstrando quantidades e os percentuais de execução das obras, cópias dos pareceres financeiros das prestações de contas bem como as cópias das Portarias de instauração de TCE.		DIESP
Memo nº 2505/08/Auditoria, de 30.09.08 - Coribe - CV 0793/02.	Encaminhar cópias dos pareceres técnico e financeiro bem como relatórios de visita atualizadas sobre a situação da obra.	Enviada cópia dos pareceres técnico e financeiro bem como relatórios de visita através do Memo nº 326/08.	DIESP
Memo nº 1086/08/COCEC, de 19.12.08 - Uauá MSD CV 1637/05.	Apresentar relatório técnico com percentual compatível com recursos liberados e prestação de contas.	A insuficiência e/ou falta de pessoal técnico aliado a prioridade, pela Presidência, aos Convênios do PAC. Vide Memo nº 016/09.	DIESP

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Memo nº 3317/08/Auditoria, de 16.12.08 - Tanhaçú CV 1128/97 e CV 2198/98.	Apresentar informações atualizadas acerca dos questionamentos relacionados a execução física.	A insuficiência e/ou falta de pessoal técnico aliado a prioridade, pela Presidência, aos Convênios do PAC. Vide Memo nº 016/09.	DIESP
Memo nº 3160/08/Auditoria, de 02.12.08 - Itiruçu - CV 809/01, 818/02, 824/02, 563/02.	Priorizar a emissão de parecer conclusivo.	Emitido parecer técnico conclusivo do CV 809/01, os demais encontram-se pendentes.	DIESP
Relatório nº: 208089	Planejar adequadamente as atividades a serem desenvolvidas durante o exercício, como forma de possibilitar a avaliação da Gestão da Entidade.	Elaboração do Plano Operacional 2008 com a definição das metas a serem alcançadas de acordo com a disponibilidade de recursos humanos para o acompanhamento das atividades a serem executadas, assim como a capacidade operacional da instituição.	ASPLA

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Apresentar as metas financeiras previstas para cada Ação em confronto com os recursos dispendidos, quando do Relatório de Gestão.	O Relatório de Gestão foi elaborado segundo as diretrizes da Portaria CGU n 2238, de 19 de dezembro de 2008. Por ocasião da elaboração do Plano Operacional já foi estimado o custo das atividades a serem executadas, por Ação de Governo. Durante o monitoramento do referido Plano foi realizado também o acompanhamento das aplicações financeiras, por ação.	ASPLA

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Atentar para os dados constantes no Relatório de Gestão, verificando se os mesmos representam os resultados alcançados.	No Relatório de Gestão os resultados alcançados foram demonstrados por ação do Programa de Governo que a Coordenação Regional executa. Os resultados foram também avaliados, segundo diretrizes da Portaria CGU n 2238, de 19 de dezembro de 2008.	ASPLA
Relatório nº: 208089	Implementar, quando do planejamento das metas a serem alcançadas para cada Ação, parâmetros que possibilitem a avaliação da gestão da Entidade.	O Plano Operacional 2008 foi elaborado com a definição de parâmetros que possibilitam a avaliação da metas a serem alcançadas, o que permitiu a avaliação do desempenho institucional, conforme apresentado no Relatório de Gestão.	ASPLA

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Atentar para as informações apostas no Relatório de Gestão, mais especificamente para os dados referentes à previsão e realização das atividades, como forma de possibilitar a avaliação da efetividade da Gestão da Entidade.	No Relatório de Gestão 2008 foi apresentado os dados que possibilita a realização de avaliação do processo de gestão da Coordenação Regional.	ASPLA
Relatório nº: 208089	Atentar para que os dados constantes no Relatório de Gestão reflitam efetivamente os resultados almejados e os alcançados pela Entidade, de forma a possibilitar a avaliação da gestão.	O Relatório de Gestão foi elaborado por Programa de Governo que a Coordenação Regional executa. Em cada um destes Programas foram apresentadas, por ação, as atividades desenvolvidas, os investimentos realizados e os resultados alcançados contextualizado na avaliação realizada de cada ação.	ASPLA

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Atentar para as informações prestadas no Processo de Contas, notadamente no que se refere ao quantitativo de pessoal, como forma de possibilitar a sua avaliação.	O processo de tomada de contas foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle.	ASPLA
Relatório nº: 208089	Manter arquivo das pastas funcionais dos servidores atualizadas, notadamente no que se refere às Fichas de Cadastro para Concessão ao Auxílio-Transporte Coletivo.	O arquivo está atualizado	DIREH

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	<p>Proceder ao pagamento das diárias em momento anterior ao do deslocamento dos servidores, obedecendo à legislação.</p>	<p>Elaboração de um Plano de Viagens trimestral, por unidade organizacional, a saber: Gabinete da Coordenação, DIADM, DIESP, DSEI, DIREH, ASCOM, ASPLA, levando-se em consideração o orçamento disponível e o teto do SIPAD. Este plano será coordenado, acompanhado e avaliado pelo chefe da DIADM.</p> <p>O chefe da DIADM elaborará um memorando circular definindo as diretrizes a serem adotadas na concessão de diárias. O referido memorando será assinado pelo Coordenador Regional.</p>	DIADM

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Formalizar, para concessão de diárias, processos contendo os documentos necessários à comprovação da legalidade da concessão	Manutenção do arquivo por conformidade diária no SIAFI (já implantado) Emissão no SIPAD da cópia da PCD e da relação de pagamento, para fazer a juntada com o Relatório de Viagem e proceder ao arquivamento em pastas, por unidade organizacional, em ordem alfabética.	DIADM
Relatório nº: 208089	Conceder e prorrogar diárias apenas se precedidas de pedido devidamente justificado.	Conforme dito anteriormente, neste documento, o chefe da DIADM elaborará um memorando circular definindo as diretrizes a serem adotadas na concessão de diárias.	DIADM

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Manter processo formalizado para as diárias, contendo todas as informações necessárias para a comprovação da legalidade das concessões.	Emissão no SIPAD da cópia da PCD e da relação de pagamento, para fazer a juntada com o Relatório de Viagem e proceder ao arquivamento em pastas, por unidade organizacional, em ordem alfabética.	DIADM
Relatório nº: 208089	Verificar a possibilidade de readequação da lotação do quadro funcional, com vistas a reduzir o valor dispendido com diárias.	Elaboração de escala de trabalho dos servidores lotados nos Pólos Base e que desenvolvem atividades de motorista; Contratação de locação de veículos com motorista; Remoção de dois (2) servidores para o Pólo Base e Disponibilização de alojamento em algumas aldeias, o que reduz o valor das diárias em 50%.	DIREH

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Conceder e Prorrogar diárias com deslocamento ocorridos às sextas-feiras, sábados, domingos e feriados apenas se precedidas de pedido devidamente justificado.	Todas as unidades organizacionais serão orientadas quanto a prorrogação de diárias e a forma da justificativa, conforme determina o Decreto nº5.992/2006	DIADM
Relatório nº: 208089	Prorrogar diárias apenas se precedidas de pedido devidamente justificado	Esta recomendação também será implementada a partir da definição das diretrizes a serem adotadas na concessão de diárias, as quais serão divulgadas através de memorando circular da Coordenação Regional.	DIADM

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Designar servidor para desempenhar as atividades inerentes a seu cargo.	Todos os servidores que dirigem veículo oficial na Coordenação Regional da Bahia são credenciados, conforme dispõe os dispositivos legais.	DIREH

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Verificar as necessidades de despesa com diárias quando do planejamento orçamentário.	<p>O Plano Operacional 2008 foi elaborado com a inclusão da estimativa do orçamento a ser utilizado em cada ação dos Programas de Governo (etapa1). A área de Modernização realizará um estudo sobre a concessão de diárias no período de janeiro a junho do ano em curso, com vistas a avaliar os procedimentos que estão sendo adotados na concessão de diárias, tendo como um dos parâmetros o Decreto nº5.992/2006 (etapa2). A Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional em conjunto com a Divisão de Administração está realizando o acompanhamento dos recursos utilizados, por Programa, Ação de Governo e elemento de despesa (etapa 3).</p> <p>No caso específico das diárias, a mesma só será liberada quando da existência do orçamento no Programa/Ação para qual é objeto da concessão de diárias.</p>	DIADM

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Recomendamos que o Gestor, quando da realização dos procedimentos licitatórios, observe o disposto da Lei nº 8.666/93, notadamente não impondo limites a competitividade, respeitando o princípio da impessoalidade.	<p>A Coordenação Regional obedece rotineiramente o recomendado pela Controladoria Geral da União no que diz respeito à matéria dos procedimentos licitatórios.</p> <p>No caso específico ocorreu o acréscimo antes da assinatura do contrato visando a obediência ao princípio da economicidade e eficiência, fato que não trouxe prejuízo a administração pública.</p> <p>Será elaborado um memorando circular, pelo chefe da Divisão de Administração, orientando os gestores das diversas unidades organizacionais, a respeito da emissão do Pedido de Bens e Serviços, PBS, com as reais necessidades da unidade requisitante, quando da realização da pesquisa de mercado a autoridade ordenadora decidirá quanto a autorização final de aquisição em função da dotação orçamentária disponibilizada pela Presidência da FUNASA.</p>	DIADM
Relatório nº: 208089	Providenciar os devidos registros das aposentadorias no SISAC.	Os registros estão sendo realizados	DIREH

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Realizar o pagamento dos proventos de aposentadoria observando os normativos correspondentes.	Os dispositivos legais estão sendo observados	DIREH
Relatório nº: 208089	Manter regulares todos os processos de pensão	Todos os processos estão regulares	DIREH
Relatório nº: 208089	Promover a devida capacitação dos servidores que labutam com o SISAC.	Os servidores estão capacitados	DIREH
Relatório nº: 208089	Realizar o pagamento dos proventos de aposentadoria observando os normativos vigentes.	Os dispositivos legais estão sendo observados	DIREH

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Recomendamos que o Gestor, quando da realização dos procedimentos licitatórios, observe o disposto da Lei nº 8.666/93, notadamente não impondo limites a competitividade, respeitando o princípio da impessoalidade.	Os dispositivos legais estão sendo observados	DIADM
Relatório nº: 208089	Exigir em todas as compras, obras e serviços, independentemente da modalidade licitatória, a comprovação da regularidade fiscal da empresa contratada.	A Coordenação Regional obedece rotineiramente o recomendado pela Controladoria Geral da União no que diz respeito à matéria dos procedimentos licitatórios. A Divisão de Administração realizará uma reunião com todos os gestores para frisar sobre a necessidade da empresa contratada está adimplente quanto a exigência da Lei 8.666/93.	DIADM

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Deixar de realizar procedimento licitatório tão somente nas hipóteses restritas especificadas em Lei.	<p>A Coordenação Regional obedece rotineiramente o recomendado pela Controladoria Geral da União no que diz respeito à matéria dos procedimentos licitatórios.</p> <p>No caso presente foram realizados dois contratos anteriores a essa inexigibilidade que na prática não surtiram o efeito desejado em virtude das empresas contratadas não serem detentoras da tecnologia e peças originais Atlas/Schyndler, o que motivou a inexigibilidade.</p>	DIADM
Relatório nº: 208089	Promover o acompanhamento concreto e sistemático dos convênios desde a sua celebração, verificando a legalidade dos atos praticados pelo Conveniente, notadamente na realização das licitações cabíveis, bem como na execução dos contratos, oriundos de recursos repassados pela FUNASA.	<p>A área de convênios celebra os convênios de acordo com os preceitos legais.</p> <p>A Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional realizará uma reunião com a equipe de convênios e prestação de contas para discutir e avaliar os procedimentos que estão sendo adotados nas respectivas áreas de trabalho, a fim de que os desvios possam ser corrigidos.</p>	NUCONV

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	A resposta do Gestor não elide a contratação, muito pelo contrário, a reafirma.	Conforme dito na providência a ser implementada na recomendação 001 do item 6.3.1.1. será realizada uma reunião da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional com a equipe de convênios e prestação de contas para discutir e avaliar os procedimentos que estão sendo adotados nas respectivas áreas de trabalho, a fim de corrigir os desvios, que se fizerem necessário.	NUCONV
Relatório nº: 208089	Respeitar o prazo legal para a entrega do processo de Prestação de Contas.	Recomendação acatada e a Coordenação Regional envidará esforços para o cumprimento do prazo.	ASPLA
Relatório nº: 208089	Desenvolver os indicadores de desempenho seja de forma individual seja em parceria com a Presidência/FUNASA.	Os indicadores de desempenho foram desenvolvidos, conforme demonstra o relatório de gestão 2008.	ASPLA

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Atentar para as determinações que orientam os órgãos e entidades sobre organização e formalização dos processos de prestação de contas, mais especificamente no que diz respeito às recomendações dos órgãos de controle interno.	O Assessor do Coordenador Regional está recebendo todas as correspondências advindas dos órgãos de controle, a fim de que as mesmas possam ser incluídas no corpo do relatório de gestão 2008.	ASPLA
Relatório nº: 208089	Manter arquivo com as declarações de bens e rendas dos servidores detentores de função atualizada.	O arquivo está sendo realizado	DIREH

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável
Relatório nº: 208089	Atentar para as determinações que orientam os órgãos e entidades sobre organização e formalização dos processos de prestação de contas, mais especificamente no que diz respeito às informações referentes aos convênios firmados.	O processo de tomada de contas foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle.	ASPLA

13. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU

Quadro LXXXV – Providências Adotadas para dar Cumprimento Às Determinações e Recomendações do TCU Expedidas em 2008.

:

NÚMERO DA DECISÃO OU ACÓRDÃO	Descrição da Recomendação OU DETERMINAÇÃO	Providências Adotadas	Setor Responsável
Acórdão nº125/2008- of.8706/DPTCE/DP/SEC/CGU- PR de 27 de março de 2008	Solicitando envio TCE do convênio nº1717/99 da PM.de Juazeiro	Atendido conforme of. Nº 554 de 16/04/2008	TCE
Ofício nº1302/2008 de 17/10/2008	Soliciando informações da análise da prestação de contas dos convenios nºs 2486/01 e 2223/01 da PM de UAUA..	Atendido conforme of. nº 1492 de 10/11/2008.	NUCONT

14. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão EM 2008 nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria	88	88
Pensão	66	66

15. Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Tomadas de Contas Especiais e as Tomadas de Contas Especiais cujo envio ao Tribunal foi dispensado com base nos Incisos I a IV ° do § 1º do art. 5º da Instrução Normativa – TCU nº. 56, de 5/12/2007.

Não houve ocorrências no período.

16. Informações sobre composição de recursos humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na unidade	367		359		364	
Funcionários contratados - CLT em exercício na unidade	0		0		0	
Total Pessoal Próprio	367		359		364	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de função de confiança, sem vínculo	1		1		1	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/93)	0		0		0	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal terceirizado Vigilância/Limpeza						
Pessoal terceirizado Apoio Administrativo	0		0		0	
Pessoal terceirizado outras atividades	0		0		0	
Estagiário						
Total Pessoal Terc + Estag.						

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na unidade, com onus	0		0		0	
Pessoal requisitado em exercício na unidade, sem onus	0		1		1	
Total de pessoal requisitado, em exercício na unidade	0		1		1	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela unidade, com onus	0		0		0	
Pessoal Cedido pela unidade, sem onus	3628		3518		3379	
Total de pessoal cedido pela Unidade	3628		3518		3379	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas						
Pessoal envolvido em ações de suporte						
Total Geral						

17. Outras informações consideradas relevantes para a avaliação e da conformidade e do desempenho da Gestão.

Campo não utilizado.

18. Contúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.